

The background is an abstract painting with a rich, textured surface. It features a palette of vibrant colors including reds, oranges, yellows, greens, and blues, layered and blended together. The brushstrokes are visible, creating a sense of depth and movement. The overall composition is dynamic and somewhat chaotic, reflecting the complexity of the subject matter.

ANTROPO LOGIA DA AMAZÔNIA

dissonância e desafios à institucionalização

Alfredo Wagner

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR – UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – CESTU/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidadde Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES– Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie – FriedrichSchiller-Universitätjena

Germán Palacios – Professor Titular – Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia – Honorary fellow, University of Wisconsin-Madison

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de Milano-Bicocca

Alfredo Wagner Berno de Almeida

ANTROPOLOGIA DA AMAZÔNIA:
dissonância e desafios à institucionalização

Manaus – Amazonas
2019

Copyright © todos os direitos reservados ao autor

Coordenador do PNCSA Alfredo Wagner Berno de Almeida

Colaboração Rosiane P. Lima e Juliene P. dos Santos

Revisão Rosiane Pereira Lima

Imagem da capa Eva Bochkor

Projeto Gráfico (diagramação e capa) Marcela Costa de Souza

Ficha catalográfica

A447a Almeida, Alfredo Wagner Berno de.

Antropologia da Amazônia: dissonância e desafios à institucionalização. - 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

129 p.: il.

ISBN: 978-85-7883-522-4

1. Antropologia. 2. Conhecimento científico. 3. Amazônia. I. Título.

CDU 378+304

(Bibliotecária Responsável: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro - Manaus, AM
Cep.: 69010-170

E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pnca.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo
VI, 3801 - Tirirical, São
Luís - MA, 65055-000
Fone:(98) 3244-0915

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	7
QUADROS DEMONSTRATIVOS	11
APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO: "O CAMPO DA ANTROPOLOGIA NA AMAZONIA LEGAL: ENSINO E PESQUISA"	19
INTRODUÇÃO	23

I PARTE

BREVE COMENTÁRIO SOBRE AS INICIATIVAS DE INSTITUCIONALIZA- ÇÃO DA PESQUISA E DO ENSINO DE ANTROPOLOGIA NA REGIÃO AMAZÔNICA	33
História Social da Formação do Campo da Antropologia na Ama- zônia	38
Novas Estratégias Empresariais	64
Entidades Confissionais e Conhecimento Científico	67
"Antropologia de Relatórios"	68

II PARTE

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA NA AMAZÔ- NIA	75
Programas de Pós-graduação: Mestrado	77
Institucionalização dos programas de pós-graduação e frag- mentação da "área de Ciências sociais"?	79

O PPG em Cartografia Social e Política da Amazônia/UEMA	81
Ensino e Pesquisa como atividades coetâneas e com desenvolvimento paralelo?	85
A formação acadêmica do corpo docente e sua composição mediante um repertório de informações que abrange o corpo discente, as dissertações, as teses, as linhas de pesquisa, os grupos de pesquisa e os projetos	86
Corpo Docente	87
Os Discentes	94
Dissertações e Teses	95
"Áreas de Concentração" e Linhas de Pesquisa	97
Os Grupos de Pesquisa	105
"Áreas de Concentração" e Projetos de Pesquisa	111
Insuficiências no Apoio Técnico e Administrativo: uma logística incongruente mediante a montagem de um acervo digital?	118
MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI	121
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CSS – Centros de Ciências e Saberes

CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DPU – Defensoria Pública da União

EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales

ESMAP – Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

g.m. – grifos meus

G.P. – Grupo de Pesquisa

G.T.A. – Grupo de Trabalho Amazônico

IAEP – Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMM – International Council on Mining & Metals

IESA – Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MN – Museu Nacional

MPF – Ministério Público Federal

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

PBDTC – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPG – Programa de Pós-Graduação

PPG-7 – Projeto de Preservação de Florestas Tropicais

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

PPGCSPA – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política na Amazônia

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

PPGSCA – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM

PR – Presidência da República

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UNICAMP – Universidade de Campinas

USP – Universidade de São Paulo



QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO I – PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: DOUTORADO	76
QUADRO II – PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO	78
QUADRO III – CORPO DOCENTE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO ..	89
QUADRO IV – CORPO DISCENTE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO ..	94
QUADRO V – DISSERTAÇÕES E TESES A PARTIR DO ANO DE INICIAÇÃO ...	95
5.1 DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGA/UFPA	95
5.2 DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGSA/UFPA	96
5.3 DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGAS/UFAM	96
5.4 DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGCSPA/UEMA	97
QUADRO VI – LINHAS DE PESQUISAS	99
QUADRO VII – GRUPOS DE PESQUISAS	106
QUADRO VIII – PROJETOS DE PESQUISA	112
QUADRO IX – PESSOAL DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	129
QUADRO X – RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS	120
QUADRO XI – INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: MPEG	122
QUADRO XII – CURSOS DE GRADUAÇÃO	125



APRESENTAÇÃO

Certamente que, antes de tudo, se deve levar em conta que ainda é demasiado cedo para avaliações conclusivas e para argumentos acabados e definitivos sobre os efeitos sociais e científicos da implementação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia. Parece-me também que é prematuro incidir em afirmativas ou prognósticos triunfalistas a respeito disto, classificando este início do século XXI como uma “década de grande expansão” da antropologia na referida região. No que concerne a esta assertiva, cabe relativizar primeiramente a adjetivação e, em segundo lugar, ler criticamente o argumento preponderante que enfatiza a quantidade de cursos de graduação e pós-graduação, os números crescentes dos formandos em antropologia, a multiplicação dos grupos de pesquisa registrados no CNPq e dos projetos de pesquisa em execução, bem como os índices bibliométricos concernentes à produção de livros e artigos. Os próprios óbices que remetem à qualidade desta produção, mesmo indicando as dificuldades de implementação de um padrão de trabalho científico e de produção permanente, parecem inclinar as interpretações para uma apreciação de cunho burocrático com ênfase em critérios quantitativos e nas medidas de institucionalização características das duas últimas décadas. Estes talvez sejam alguns dos maiores riscos a que estão sujeitos os relatórios de avaliação circunscritos às agências de fomento de ciência e tecnologia ou mesmo às associações científicas, como este que agora exponho para discussão. Aceitar simplesmente dialogar neste plano

institucional, tão marcado por critérios quantitativistas ou bibliométricos e por um tempo assaz encurtado, deixando de lado a reflexividade, a leitura crítica e um tempo de execução mais detido, pode consistir numa intrincada camisa de força intrínseca ao discutível gênero textual da “antropologia de relatório”. Haja vista que não se procedeu a entrevistas com membros dos corpos docentes e discentes ou com planejadores de políticas científicas, diretamente referidos à implementação dos programas de pós-graduação em antropologia. As vias de acesso mostram-se absolutamente singulares como se pode constatar no decorrer do trabalho ora apresentado.

Não são poucos, portanto, os sinais de alerta e, de alguma maneira, desanimadores, relativos às dificuldades de se consolidar um padrão de trabalho científico, de garantir condições de possibilidade para uma produção científica de qualidade inquestionável, plenamente reconhecida e, enfim, de manutenção de uma produção regular sem atropelos e intermitências. Formar equipes de pesquisa, executar projetos articulados, incentivar treinamentos para exercícios classificatórios com vistas a montagem de exposições, editar coleções de livros ou periódicos e assegurar condições duráveis de implementação de programas de pós-graduação constituem desafios permanentes à implementação de políticas científicas, às instituições de ensino superior da região e aos próprios antropólogos que nelas trabalham.

Este presente desafiador, segundo Canguilhem, ao contrário do passado não é o lugar desordenado de interrogações retrospectivas, mas o lugar em que se interroga, consoante uma pluralidade de perguntas, as vias e os meios de produção de conhecimentos tal como eles se apresentam no cotidiano. Assomam-se dificuldades, obstáculos aos trabalhos de campo, medidas que limitam os procedimentos de pesquisa, as relações de entrevista e as próprias incursões exploratórias, seja em regiões metropolitanas ou em áreas rurais. De igual modo tem-se as dificuldades extremas de desqualificar as evidências primeiras, firmando novas maneiras de descrever e de compreender.

Este relatório foi elaborado, meio a estes óbices, a partir de um convite feito pela Profa. Bela Feldman Bianco, com base em nossa experi-

ência de trabalho conjunto na “Comissão Culturas, Línguas e Povos da Amazônia”, da CAPES. Fui convidado pela mencionada professora para produzir uma interpretação em cima de dados levantados no âmbito de projeto apoiado pela ABA. Foram-me enviadas informações elementares relativas aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia. A partir da leitura constatei a limitação dos dados disponíveis e temendo elaborar um relatório superficial em demasia, procurei ampliar consideravelmente esta base de dados e problematizar o lugar social de onde os antropólogos produzem. Ampliei, em decorrência, a abrangência das interpretações, através de um trabalho de acessar informações de cada um dos programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia, objetivando construir dados imprescindíveis e buscando estabelecer as bases para um repositório relativo à respectiva produção científica. Para tanto contei com a colaboração de Rosiane Pereira Lima (Mestra PPGSCA/UFAM)¹ e Juliene P. dos Santos, mestranda no PPGCSPA/UEMA, respectivamente, e com o apoio financeiro no âmbito do PNCSA. Com a experiência que elas reuniram a partir do domínio do DSpace, contribuindo para produzir um repositório no âmbito do PNCSA, pacientemente trabalharam para compor os quadros demonstrativos que integram o livro ora apresentado. Sou-lhes grato por este esforço de pesquisa.

Este relatório foi encaminhado aos contatos da ABA, que me foram passados pela mencionada professora, em outubro de 2018, e transformados em *e-book* com o seguinte título **Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia**. Houve descuidos formais na composição dos quadros que foram devidamente reparados em momento posterior.

Durante os sete meses seguintes prossegui trabalhando nesta pesquisa, visando transformar o relatório em livro com o apoio continuado do PNCSA/UEA/UFAM e das citadas pesquisadoras. Inicialmente, em novem-

¹ Para um aprofundamento consulte-se (LIMA, Rosiane Pereira. **Preservação digital e "divulgação" científica na Amazônia**. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6049> >. Acesso em: 21 jun. 2019)

bro de 2018, apresentei os resultados no seminário de comemoração dos 10 anos do PPGAS da UFAM, em Manaus. Nos meses posteriores atualizei informações, incluí as justificativas para inclusão do PPGCSPA da UEMA, bem como perscrutei iniciativas de elaboração de novas propostas como aquela do IFAM, Manaus, mantendo o recorte de privilegiar os PPGs em Antropologia e suas vicissitudes. Agora em junho de 2019 decidi, finalmente, pela impressão do livro mesmo sem conseguir converter plenamente **o estilo relatorial em um gênero textual mais condizente com um livro**. Ainda que de execução menos rápida que um relatório, as peças deste livro não diferem fundamentalmente daquelas contidas no relatório. Mesmo tendo produzido alterações diversas e ampliado significativamente o trabalho de pesquisa permito-me falar tão somente numa segunda edição revisada, com alterações na ordem de exposição, com achegas e acréscimo de fontes e com a adoção de um novo título que melhor reflita as partes tratadas. Ainda assim, com estas limitações, insisti em publicá-lo como livro, porquanto possui um potencial polêmico que requer uma circulação mais abrangente para um público amplo e difuso, direta e indiretamente alcançado pela produção antropológica.

Dito isto torna-se mais factível compreender que devo a elaboração deste livro à conjunção de um parecer que produzi a partir da “Comissão Culturas, Línguas e Povos da Amazônia”, da CAPES, em 2006, e de uma solicitação da Profa. Bela Feldman Bianco, coordenadora do projeto “O Campo da Antropologia no Brasil: Formação, Pesquisa e Inserção Profissional”, em 2018, para proceder à interpretação dos programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia. Com apoio nesta convergência e nos debates por ela propiciados reforcei a convicção de publicar o livro e também de convidar a antropóloga Bela Feldman para prefaciá-lo, mediante seu esforço continuado de trabalhar a questão no decorrer destes mais de dez anos.

Não ignoro, a advertência de Borges que abre *Inquisiciones*², de que o prefácio é aquela parte dos livros, em que o autor é menos autor, mas

² La prefación es aquel rato del libro em que el autor es menos autor". Cf. Borges, J.L., *Inquisiciones*, 1925.

sinto-me seguro de asseverar que o esforço de reflexividade e o senso crítico tem nos aproximado a todos face às pressões oficiosas que hoje são dirigidas contra a pesquisa antropológica e contra o trabalho dos antropólogos. Reafirmar os fundamentos históricos de nossas práticas não deixa de ser uma maneira de rebater as visões estigmatizantes e autoritárias, que hoje são engendradas ardilosamente contra o trabalho dos antropólogos.



PREFÁCIO

O CAMPO DA ANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA LEGAL: PESQUISA E ENSINO³

Bela Feldman-Bianco⁴

Otávio Velho, em seu clássico “Antropologia para sueco ver” (1980), nos relembra que, embora a tradição antropológica seja antiga no país, a institucionalização da disciplina se iniciou com a criação da Associação Brasileira de Antropologia em 1953 e o posterior desenvolvimento da pós-graduação em antropologia a partir do final da década de 1960, em pleno regime ditatorial. Entre 1968 e 1980, foram criados sete cursos de mestrado e dois doutorados em antropologia que revolucionaram “a composição dos grupos profissionais, seus eixos de pesquisa ...(levando à) constituição na escala adequada de uma comunidade científica. (ibid.:90)”. Mas, levando-se em conta a inexistência à época de cursos de graduação em antropologia, houve uma vinculação institucional direta do campo antropológico com a pós-graduação.

³ Nesta oportunidade agradeço ao apoio da Associação Brasileira de Antropologia e da Capes, por meio da Coordenação de Projetos Especiais, fundamental para a viabilização do projeto de pesquisa **O Campo da Antropologia no Brasil: Formação, Pesquisa e Inserção Profissional** e que resultou, além da coletânea *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, Alcances e Desafios*, organizado por Daniel Simião e Bela Feldman-Bianco, também o volume sobre *Os Programas de Pós-Graduação na Amazônia*, de Alfredo Wagner Berno de Almeida.

⁴ Presidente da ABA na gestão 2011-2012.

Vinte e quatro anos depois, *O Campo de Antropologia no Brasil*, organizado por Trajano e Ribeiro (2004) retratou o “estado das artes” da pós-graduação em antropologia no período entre 1992 a 2002. Com base em um conjunto de análises calcadas em dados predominantemente quantitativos extraídos de relatórios trienais fornecidos pelos cursos de mestrado e doutorado e de *survey* sobre egressos, essa coletânea indicou a consolidação e dinamismo de uma pós-graduação, majoritariamente concentrada no sul e sudeste do país, que se caracterizou por uma formação em antropologia social. Naquela década, o único curso de mestrado em antropologia social na Amazônia, estabelecido na Universidade Federal do Pará em 1994, havia se transformado em um novo Programa de Mestrado em Ciências Sociais, aprovado pela CAPES em 2002. A situação não era muito diferente no Nordeste, que, naquela época, contava somente com um programa de mestrado em Antropologia Social (criado ainda em 1977) acrescido em 2001 por um doutorado, ambos na Universidade Federal de Pernambuco.

Em comparação, em 2012, como resultado das políticas da era Lula (2002-2010) voltadas à expansão da educação superior, a pós-graduação em antropologia totalizava 21 programas de mestrado e 12 de doutorado. Entre 2002 e 2012, dada a existência de uma demanda reprimida por cursos de antropologia, foram criados mais seis cursos de mestrado e um de doutorado no Nordeste. Embora em menor número, num contexto marcado por projetos governamentais voltados para a região amazônica, como por exemplo o Acelera Amazônia, foram ali estabelecidos dois programas combinando mestrado e doutorado, além de um mestrado interinstitucional. O primeiro foi o programa induzido pela CAPES, implantado na UFAM em 2007, com foco em antropologia social. O segundo, foi o programa baseado em três dos quatro campos de antropologia, estabelecido em 2010 na UFPA. O mestrado interinstitucional foi criado em 2011, em Boa Vista, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em colaboração com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Como representante da área de Antropologia e Arqueologia na CAPES entre 2005 e 2007, eu havia investido na abertura de novos cursos. Lembro que, logo no início de meu mandato, realizei uma primeira reunião

com colegas de várias universidades da Amazônia por ocasião da Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste (ABANNE) de 2005, a fim de discutir a viabilidade de desenvolvimento de projetos para abertura de Programas de Pós-Graduação em Antropologia na região. Logo depois, em inícios de 2006, com o apoio da Diretoria de Avaliação da CAPES e do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação, constitui a comissão “Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal” que contou com a participação de Alfredo Berno Wagner de Almeida (UFAM), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ), Bruna Franchetto (Museu Nacional/UFRJ), Denny Moore (Museu Goeldi), Eduardo Góes Neves (MAE/USP), Jane Beltrão (UFPA), João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ) Luiza Garnelo (UFAM), Mauro William Barbosa de Almeida (UNICAMP). Essa comissão teve como encargo mapear criticamente o estado das artes do ensino e pesquisa na região, com atenção especial às interfaces entre Antropologia Social, Antropologia Linguística e Arqueologia. Como o propósito era subsidiar políticas públicas para a região, um relatório final da comissão foi enviado à CAPES, que foi, sem dúvida, de valia tanto para o projeto de criação da pós-graduação da UFAM como para o da UFPA. Com base nas recomendações feitas pelos participantes dessa comissão e em sua própria contribuição, Alfredo Wagner publicou, “Anotações e comentários à pauta da primeira reunião da Comissão Culturas, Línguas e Povos da Amazônia”, como parte da coletânea *Amazônia e outros temas: coleção de textos* (2010), no qual nos propiciou uma importante retrospectiva crítica sobre os conhecimentos e práticas acumulados no campo da institucionalização da pesquisa e do ensino da antropologia, particularmente no que concerne à região amazônica.

Levando em consideração seu profundo conhecimento sobre a região, Daniel Simião e eu, quando do planejamento *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectivas, Alcances e Desafios* (2018), um dos projetos da minha gestão à frente da ABA (2011-2012), convidamos Alfredo Wagner para contribuir com um capítulo sobre a pós-graduação na Amazônia para essa coletânea de textos. Para nossa agradável surpresa, recebemos um texto de quase cem páginas que, muito além das nossas expectativas, nos

oferece uma retrospectiva histórica da constituição da pesquisa e ensino de antropologia na região, abordando ainda a dissociação existente entre os programas de pós-graduação e graduação estabelecidos na Amazônia e que está no cerne da constituição da pós-graduação em antropologia no Brasil. Por isso, em vez de um capítulo de uma coletânea, sugerimos e brindamos a publicação desse texto em forma de livro.

É inegável a sua importância nos dias de hoje, quando estamos a confrontar e a lutar contra as ameaças à pesquisa e aos retrocessos e cortes de verbas no que tange à educação no nosso país.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2018 constata-se que são oito as instituições universitárias e museais concernentes ao domínio da antropologia, nas unidades da federação que compõem a Amazônia. Sete delas referem-se diretamente a instituições universitárias de ensino e pesquisa (UFAM, UFPA, UFRR, UFOPA, UEMA), compreendendo quatro programas de pós-graduação, sendo três deles com seus respectivos doutorados e mestrados e o quarto, o da UEMA, com apenas o mestrado. Além destes programas há três cursos de graduação, respectivamente na UFAM, na UFOPA e na UFRR. Uma destas instituições, a oitava, diz respeito tão somente ao exercício da pesquisa antropológica e concerne a um museu, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), com suas divisões de pesquisa, coleções e exposições.

Embora o propósito inicial deste texto seja privilegiar uma apreciação comentada dos programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia, realizarei algumas observações mais detidas, focalizando tão somente a formação deste domínio de conhecimento nesta região e os problemas que se colocam à estruturação de instituições de ensino e pesquisa a ele referidas. Evitarei, assim, o espectro do repertório absoluto como se a reconstituição histórica consistisse num saber pleno que pudesse dar conta de tudo, como se tudo estivesse arquivado. Não é bem assim. Semelhante trabalho de pesquisa está por ser executado: uma história das ciências cujo objetivo seria polemizar criticamente com a produção de naturalistas viajantes, missionários, administradores coloniais e militares, bem

como figuras aristocráticas de um Estado dinástico e agentes pombalinos partidários da razão de Estado. Estes últimos com suas pretensões iluministas alinharam-se também em oposição ao modelo teológico de colonização, demonstrando que o pensamento social na Amazônia e de interpretação sociológica da Amazônia conhece dissensos e cesuras profundas, à primeira vista inextrincáveis (ALMEIDA, 2008a). Nesta ordem, considerando as inúmeras limitações, teóricas e temporais, que ora se me colocam, mencionarei além dos programas de pós-graduação, mas de maneira tangencial, apenas os três cursos de graduação em antropologia, cujo funcionamento mostra-se relativamente dissociado e autônomo dos programas de pós-graduação, bem como outros estabelecimentos de ensino superior em que antropólogos imprimem orientação ou executam as principais pesquisas ora em andamento. Haja vista, que os corpos docentes destes referidos programas e aqueles dos cursos de graduação em antropologia não são necessariamente os mesmos e que o pessoal discente destes programas não é composto exclusiva ou principalmente de egressos daqueles cursos. Em outras palavras inexistente uma relação umbilical entre os programas de pós-graduação em antropologia e os cursos de graduação, não obstante a pressão e a força integradora institucional e aquela do domínio de conhecimento que os aproxima com seus instrumentos conceituais, com seus esquemas de explicação e pretensões normativas. De acordo com a abordagem aqui adotada esta dissociação merece ser problematizada ao extremo e deve ser tomada como objeto de reflexão, para que se possa **compreender com acuidade uma particularidade da institucionalização universitária da antropologia, no caso brasileiro, que aparece primeiro como pós graduação, em 1968, para depois, quase 40 anos depois, ter instituídos os seus cursos de graduação na Amazônia.** Esta interpretação do antropólogo Castro Faria, que aparece sintetizada em muitas de suas conferências, condensa o percurso de meio século do ensino institucionalizado dos programas de pós-graduação em antropologia no Brasil. Sublinhe-se que no ano de 2018, em que o Museu Nacional completou 200 anos, o PPGAS do Museu Nacional-UFRJ, que é o primeiro pós-graduação em antropologia no País, completou cinco décadas de existência.

Por outro lado, os cursos de graduação, como no caso da UFOPA, da UFRR e da UFAM, não são necessariamente produtos de programas de pós-graduação, que, aliás, não existem nas duas primeiras universidades mencionadas. No caso da UFAM, em que existe um PPG, não se registra uma articulação entre a graduação e o PPG, e ambos não se conjugam como se fizessem parte do que poderia ser lido como uma possível estratégia de “expansão” do domínio da antropologia.

O argumento acima grifado, de autoria de Castro Faria⁵, inspira uma relativização das interpretações correntes, que enfatizam uma visão triunfalista do que comentadores oficiosos usualmente denominam de “década de grande expansão” das instituições universitárias adstritas à antropologia, notadamente dos programas de pós-graduação. Semelhante década compreende, consoante o Quadro I, adiante apresentado, o período de fundação de três programas de pós-graduação em antropologia existentes na Amazônia: os dois da UFPA e aquele da UFAM. Tal período, que seria denominado e uma “década de ouro” dos PPGA’s na Amazônia, corresponde, em verdade, a oito anos e vai de 2002 a 2010. Seria uma década curta, porém intensa. Com apoio nesta percepção crítica podemos asseverar que o campo da antropologia na Amazônia não se expande gradativa e cumulativamente, como se fosse possível traçar uma continuidade ou estabelecer um tempo linear, com etapas bem definidas, do período denominado “quinhentista” aos dias de hoje, como pretende H. Baldus em sua **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira** (1954), ou ainda entre a produção de naturalistas e viajantes, referidos notadamente aos museus, e aquela dos atuais PPGA’s. De certo modo tal movimento parece reproduzir ou refletir uma certa trajetória expansionista no âmbito nacional tributária de políticas científicas como aquelas da passagem do século XX para o XXI e, notadamente, da primeira década do século XXI. No mais verificam-se descontinuidades sucessivas e intermitências desde pelo menos o início da

⁵ Consulte-se para um aprofundamento: Castro Faria, Luiz - **Antropologia: Duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro. CNPq-MAST. 2006 (org. Alfredo Wagner B. de Almeida e Heloisa Bertol Domingues).

quarta década do século XIX, com o Regulamento de 1842 — que foi o primeiro regulamento do Museu Nacional, quase um quarto de século depois de sua fundação e que, de certo modo, definiu o desenvolvimento de pesquisas no âmbito deste Museu⁶, principalmente a partir de 1876 — e num momento posterior a este dispositivo regimental com a fundação do Museu Goeldi, em 1866.

A autoevidência das constatações que, no momento atual, ou seja entre 2015 e 2018, sustentam as formulações da burocracia das agências de fomento sobre a aludida “grande expansão” da pós-graduação em antropologia, provavelmente tem que ser repensada e submetida a uma análise mais detida e rigorosa. Embora numericamente demonstradas, por sua flagrante obviedade, tais constatações de base estatística constituem, em certa medida, um obstáculo ao entendimento das condições reais de funcionamento destas instituições universitárias. As leituras desta tendência ascensional mostram-se comumente restritas a dados quantitativos e a fontes documentais e arquivísticas ou mais exatamente a uma estatística primária (número de programas de pós-graduação, de docentes, de linhas de pesquisa, de áreas de concentração, de discentes, de teses e dissertações defendidas). Consideradas em seu conjunto cabe ressaltar que elas ressentem de informações detidas, com maior poder descritivo, como depoimentos, entrevistas com os agentes sociais responsáveis pelo seu funcionamento e o uso de técnicas de observação direta, com descrições pormenorizadas que possibilitem uma análise mais aprofundada e criteriosa das situações ad-

⁶ A “grande reforma do Museu Nacional”, que foi fundado em 1818, concerne ao regulamento instituído por Ladislau Neto, em 1876, que estabelece três seções e na primeira delas aparece a antropologia, juntamente com a zoologia, a anatomia e a paleontologia. A antropologia então era classificada nos meandros da História Natural e a luta pela sua desnaturalização foi resultado de múltiplas rupturas conceituais e nas diferentes formas de abordagem, que permitiram os fundamentos de uma distinção depois consagrada: antropologia biológica e antropologia social.

Consulte-se L. de Castro Faria - As Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa Nacional. 1949.

Abelardo Duarte - **Ladislau Neto (1838-1894)**. Maceió. Imprensa Oficial. 1950 (Edição Ilustrada contendo o Regulamento do Museu Nacional de 9 de fevereiro de 1876).

versas, dos problemas e desafios colocados à manutenção destes programas recém-implantados e ao processo de produção científica permanente. A hipótese de se construir uma interpretação comentada a partir do “Coleta CAPES”, não foi levada em conta, porquanto correria o risco de permanecer enredada numa interminável interlocução, bibliométrica e quantitativa, com critérios de avaliação tomados às ciências experimentais e atrelados a determinados periódicos com pontuação máxima atribuída por instancias acadêmicas de consagração, refletindo os esforços incessantes por uma certa legitimação e por uma posição confortável no *ranking* oficial, ou seja, buscando sempre aproximar-se ao máximo dos quesitos estabelecidos pela CAPES. Trata-se de um discurso direcionado com todos os limites próprios de uma avaliação universitária, mas bastante controlada burocraticamente por pressupostos de administradores de políticas científicas.

A ausência do ponto de vista dos agentes sociais (professores, alunos, funcionários e autoridades universitárias) parece-me um impasse elementar a ser superado para que se logre uma análise mais acurada e de maior rigor, bem como a ausência das representações dos agentes da esfera burocrática, que desenham as políticas de ciência e tecnologia e são responsáveis diretos por sua implementação e por seus resultados. Os que integram as instâncias legitimadoras, responsáveis pela classificação da produção intelectual e científica, tão pouco são instados a falar. Os quadros demonstrativos elaborados para produzir este relatório, com toda certeza, como veremos adiante, não logram suprir esta lacuna. A mesma dificuldade constata-se na amostra e nos questionários *on line*, produzidos no âmbito da pesquisa de Barbosa Neves (2017) com egressos de PPGA's do País. As perguntas bem montadas para os chamados “respondentes”, elaboradas nos meandros da perspectiva sociológica, não alcançam uma superação destes impasses. Pode-se inclusive indagar mais sobre os efeitos da autoevidência nesta maneira de recorrer à sociologia para pensar a antropologia. Pode-se dizer ainda, sem qualquer propósito de objetivar uma história da ciência ou de retomar indefinidamente interrogações retros-

pectivas, que uma apreciação como a que ora busco apresentar não se reduz à memória biobibliográfica de um determinado estado da produção antropológica nem a um laboratório de epistemologia⁷, que enfoque de maneira crítica seus instrumentos analíticos, nem tampouco corresponde a uma análise exaustiva do repertório de dados quantitativos ora disponíveis. Não! O propósito deste relatório, nos limites em que foi colocado, consiste tão somente numa reflexão crítica, preliminar, sobre a relação entre:

i) a institucionalização do domínio da antropologia, numa “província periférica”, afastada dos centros de poder, cujas unidades universitárias são de estruturação relativamente recente, e

ii) as dificuldades colocadas aos agentes sociais que buscam dinamizá-las⁸, uma vez que carecem de plenas condições de possibilidades, para propiciar aos discentes uma formação mais cosmopolita, e carecem de igual modo dos demais recursos capazes de assegurar um padrão de trabalho científico de excelência.

O pano de fundo desta abordagem relacional compreende, pois, uma apreciação relativizadora e crítica da chamada “década de grande expansão” dos programas de pós-graduação em antropologia e seus efeitos mais pertinentes. Privilegiei uma leitura distante de certo ufanismo e de uma grandiloquência, que alimentavam ilusões de ousados planos arquitetônicos para construção de “imenso museu”, como no caso da UFAM, e de edificações grandiosas, quase monumentais. Estas ambições hiperbolizadas, que tornaram rotina a presença de arquitetos do centro-sul do País para discutir detalhes de plantas baixas que redefiniriam o *campus* em Manaus. Dialoguei criticamente com estas narrativas burocráticas de linguagem pomposa e exuberante que, em 2006, sublinhavam a existência de recursos abundantes, que faziam brilhar os olhares desavisados.

⁷ Cf. Canguilhem, Georges - **Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie**. Paris. Librairie Philosophique. 2000 pp.11-21.

⁸ Para maiores esclarecimentos veja-se o significado de "arquivo genealógico" da Amazônia e os obstáculos a uma captação crítica das narrativas históricas, que prevalecem a partir do senso comum erudito. in Almeida, A.W.B. de - **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro. Casa 8. 2008 pp.10-12

Os quadros demonstrativos⁹ apresentados no decorrer deste relatório, baseados numa estatística primária acompanhada de copiosas transcrições dos respectivos documentos – com informações sobre a criação dos programas de pós-graduação, as linhas de pesquisa, a formação acadêmica de docentes e discentes, com a referida produção acadêmica, e sobre as condições logísticas de funcionamento – e de descrições consideradas mais reveladoras das condições reais de implantação dos programas de pós-graduação, foram elaborados visando propiciar uma visão mais abrangente dos fundamentos empíricos das interpretações. Aparentemente cumprem uma função mais informativa e pedagógica do que propriamente analítica e se propõem a atualizar dados, facultando um repertório de informações essenciais para a apreciação comentada e crítica da implantação dos programas de pós-graduação e seus impactos mais contundentes. Evidenciam também os limites do esforço analítico na elaboração deste relatório, as dificuldades na ordem de exposição dos argumentos, notadamente na sua itemização, e suas flagrantes insuficiências interpretativas¹⁰. Procurei afastar-me de totalizações e abordagens generalizantes, que podem propiciar uma visão distorcida tais como: o somatório de dissertações e de teses e o somatório de profissionais em pauta. Busquei comentar as informações por propriedade de posição, evitando análises internalistas de questões prevalentes ou de aspectos recorrentes em teses, dissertações, artigos ou ensaios. Para além dos resultados deste procedimento afirmo que se faz

⁹ Na elaboração destes quadros contei com a preciosa colaboração da Ms. Rosiane Pereira Lima e da mestrande Juliene Pereira dos Santos, que trabalharam com afinco e dedicação no levantamento de dados e informações e não mediram esforços para uma contribuição profícua e diligente, ajudando-me a coligir os dados e organizando a exposição do material na modalidade gráfica denominada "paisagem".

¹⁰ O presente relatório dialoga com o texto que elaborei, quando de minha participação na "Comissão Cultura, Línguas e Povos da Amazônia", no âmbito da CAPES, e muitos dos argumentos de que lancei mão podem ser cotejados com estes agora apresentados. Utilizei neste relatório várias formulações que desenvolvi no trabalho para a mencionada Comissão e tive permissão para tanto, por parte de quem a coordenou, ou seja, a Profa. Bela Feldman Bianco.

Para um aprofundamento desta tentativa de problematização da formação do campo da antropologia na Amazônia consulte-se: Almeida, Alfredo Wagner Berno de - "Anotações e Comentários à Pauta da Primeira Reunião da Comissão Cultura, Línguas e Povos da Amazônia". Brasília. CAPES. 2006. Publicado também in PPGAS/UFAM - **Amazônia e outros temas**. Manaus, EDUA. Coleção de Textos Antropológicos. 2010. pp.13-46.

necessária uma discussão aprofundada dos temas que mobilizam os grupos de pesquisa e os próprios projetos em pauta, assim como as suas respectivas modalidades de pensar os objetos. Discutir a problemática ou a modalidade de percepção dos objetos parece-me imprescindível. Os temas e problemas do campo de produção acadêmica podem propiciar uma visão mais pormenorizada das abordagens privilegiadas na compreensão de processos reais e realidades localizadas, todavia não seriam suficientes sem perscrutar as modalidades de apreender ou compreender as relações sociais em pauta e seus efeitos. Cabe sublinhar ainda que na ordem de exposição dos itens do trabalho algumas informações parecem repetidas, isto ocorre, em virtude de se ter evitado analisar do ponto de vista de um tempo linear, sequencial, e se ter retomado as mesmas situações em itens diferentes, complementando informações ou aduzindo novos dados. Este estilo relatorial, que enfatiza através da repetição, não é próprio de artigos acadêmicos ou de ensaios e talvez venha a exigir uma reformulação, se o objetivo de se produzir um relatório for alterado. Abro a discussão acerca do gênero textual em jogo, frisando que ele atende a uma demanda específica de uma associação científica (a ABA) em sua relação com agências oficiais de fomento ao ensino e à pesquisa da antropologia no Brasil e, aqui, em especial na Amazônia, como a CAPES.



I PARTE



BREVE COMENTÁRIO SOBRE AS INICIATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E DO ENSINO DE ANTROPOLOGIA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Pode-se afirmar que os trabalhos de pesquisa antropológica elaborados no âmbito de unidades científicas, sediadas na própria Amazônia, cuja finalidade precípua não consiste em ensino regular¹¹, foram instituí-

¹¹ Poder-se-ia enquadrar nesta categoria o trabalho de João Barbosa Rodrigues, classificado principalmente como "botânico", mas também como "etnógrafo", "coletor de mitos" e com conhecimentos em arqueologia, que dirigiu o Museu Botânico do Amazonas, de 1883 até depois da Proclamação da República, quando foi extinto. Este Museu foi fundado em 1882. Barbosa Rodrigues realizou pesquisas na Amazônia entre 1872 e 1875 e depois a partir de 1883 até 1887. Produziu um periódico assinalado como o primeiro a circular sob o domínio do conhecimento antropológico. Esta revista tinha como título **Vellosia** e conheceu quatro edições, entre 1885 e 1888. (cf. **Vellosia**. Contribuições do Museu Botânico do Amazonas. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1892. 2ª. ed.).

Encontram-se listadas nela todas as 32 "tribus" representadas no Museu Botânico. Barbosa Rodrigues produziu trabalhos fundamentais para uma interpretação da Amazônia no final do século XIX, quais sejam: **Exploração e Estudo do Valle do Amazonas**, de 1875, que se trata de um "Relatório" apresentado ao Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; **A Pacificação dos Crichanás**, com os relatos das expedições ao Rio Jauaperi para contatar os indígenas; e a **Poranduba Amazonense**, publicada pela primeira vez em 1890 e composta das chamadas "Lendas Mitológicas", "Cantigas", "Contos Zoológicos", "Contos astronômicos e botânicos" e "vocabulário indígena".

dos formalmente a partir de 1955¹², quando é iniciada a gestão do antropólogo Eduardo Galvão¹³ como Chefe da Divisão de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Mesmo que muitos historiadores da ciência estabeleçam uma rígida distinção entre as duas instituições, museu e universidade, verifica-se que, na trajetória intelectual de Galvão, assim como naquela de Castro Faria, há uma interlocução constante entre elas, mesmo que, no caso brasileiro, uma delas, o museu, anteceda à universidade em mais de um século. Galvão e Castro Faria, são antropólogos que se posicionaram exatamente nesta intermediação e formulam seus pontos de vista a partir do lugar institucional em que desenvolveram seus trabalhos de pesquisa, ou seja, entre o museu e a vida universitária. Ambos trabalharam no Museu Nacional, desde o início da segunda metade da década de 1930-40, e Galvão trabalhou também no Museu Goeldi (MPEG), desde 1955. Ambos também estiveram perma-

¹² Imediatamente antes de 1955 ocorreram tentativas criar associações científicas voluntárias em Belém, como o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (IAEP), e em Manaus, como o Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas (IESA). O IAEP será examinado adiante. Já o IESA foi fundado em Manaus, em 1944, com o propósito de incrementar no Amazonas a língua Tupi. Participaram da comissão criadora: André Araújo, Nunes Pereira, Geraldo Pinheiro, Moacir Paixão, Mario Ypiranga Monteiro, Protazio Silva, Luiz Catete Gonçalves, Otaviano de Melo e Tabyra Fortes. Foi aclamado presidente de honra o Interventor do Estado do Amazonas, Álvaro Maia. Consulte-se a propósito os seguintes periódicos:

i) "Fundado em Manaus, o Instituto de Etnografia". **Jornal do Comércio**. Manaus, 06 de fevereiro de 1944; e
ii) **A Folha Acadêmica**. Manaus, 06 de fevereiro de 1944.

Os Estatutos deste referido Instituto foram publicados no **Diário Oficial do Amazonas** n.14.57

1, Ano LI. Manaus, 15 de março de 1944. Dentre as atividades deste Instituto importa mencionar: ação junto ao governo federal para obtenção do espólio do Conde Ermano Stradelli, constante de vários manuscritos entre os quais três estudos relativos ao nheengatu. (cf. "Valiosíssima aquisição feita pelo Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas". O Jornal. Manaus, 1º de março de 1944). Em maio de 1944 uma comissão do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas acertou com as autoridades policiais medidas para a transladação dos restos mortais do cientista Koch-Grünberg para a futura sede do Instituto. "Os restos mortais do cientista Koch, que era alemão de nascimento e fora professor das universidades de Heidelberg e Stuttgart, foram enviados para Manaus pelo prefeito de Boa Vista, e agora depositados na Chefatura de Polícia, serão oportunamente trasladados para o Instituto Etnográfico, quando o mesmo tiver instalada a sua sede na Cachoeirinha. É intuito do Instituto Etnográfico, depois da guerra, ofertar os restos mortais do Professor Koch ao Museu Nacional Alemão de Berlim, uma vez extinta a praga nazista." (Cf. O Jornal. Manaus, 23 de maio de 1944).

¹³ O livro de Galvão intitulado **Santos e Visagens**, 1956, publicado em 1976, na *Brasiliana* vol.284 São Paulo. Companhia Editora Nacional, consistiu na tese apresentada por ele à Universidade de Columbia sob o título "**The religion of an Amazon Community: a Study in Culture Change**" sob a orientação de Charles Wagley.

nentemente ligados à universidade e ao ensino da antropologia, que consideravam indissociáveis. O primeiro vinculado à UFRJ e à UFF e o outro à UnB e depois ao Museu Goeldi em interlocução constante com a UFPA e com o PPGAS/MN/UFRJ. Castro Faria participou da Expedição à Serra do Norte, em 1938, da qual também participaram Claude e Dinah Lévi-Strauss. Foi considerada a derradeira grande expedição científica à Amazônia¹⁴ no século XX.

Neste mencionado ano de 1955 o MPEG estava sob a gestão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)¹⁵. Galvão buscou ampliar o corpo de pesquisadores e incorporar outros profissionais à Divisão de Antropologia (INPA, 1961 p.31)¹⁶. Até 1955 esta Divisão não possuía

¹⁴ A partir desta expedição foram produzidos **Tristes Trópicos** (1955), de Lévi-Strauss, e **Um outro Olhar. Diário da Expedição à Serra do Norte** (2001), de Castro Faria. Para maiores detalhes consulte-se: Heloisa Bertol Domingues "A última expedição etnográfica do século XX" in Castro Faria (2001:12-26).

¹⁵ Em 1961, com o INPA sob a direção do médico Djalma da Cunha Batista, é lançada a publicação **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (I.N.P.A.). 1954-1961**, apresentando os principais trabalhos de pesquisa referidos às suas três divisões, a saber: 1ª. - Pesquisas de Recursos Naturais, 2ª. - Pesquisas Biológicas e 3ª. - Centro de Pesquisas Florestais. A primeira menção à produção antropológica concerne à Segunda Divisão no item 4 denominado "Pesquisas de sóro-antropologia" e registrado nos seguintes termos: "Procurando contribuir para o melhor conhecimento da composição étnica da população amazônica, Luiz Montenegro vem realizando uma série de trabalhos sobre fator D (Rh), grupos sanguíneos (sistema ABO) e índice de siclemia." (p.13). Sobre o chamado Setor de Antropologia, que era subordinado diretamente à Diretoria do INPA a informação registrada é da seguinte ordem: "O pesquisador Mario Ypiranga Monteiro, que já havia estudado a cerâmica de Manaquiri (Série Antropologia, n.1), fez investigações antropogeográficas sobre o guaraná (**Paulinia sorbilis** Mart.). Também estudou um fenômeno da morfo-dinâmica fluvial, a formação de meandros abandonados, "sacados". (p.16). Quanto aos pesquisadores que visitaram o INPA no período focalizado o único antropólogo registrado é Edison Carneiro, em 1961.

¹⁶ A despeito de não possuir um quadro permanente de antropólogos o MPEG, através do próprio Goeldi e dos administradores que o sucederam, mostrou "interesse por estudos de etnografia e arqueologia da Amazônia. Viajantes e etnólogos foram estimulados a colaborar com o Museu, contribuindo com coleções para o seu patrimônio. Deles destaca-se Koch-Grünberg, por seus estudos das áreas do rio Negro e do rio Branco, realizados nos primeiros anos deste século. Entre os colaboradores de data mais recente, salienta-se Curt Nimuendaju, que durante algum tempo chegou a ocupar a chefia da Divisão. Da sua atividade junto ao Museu, embora em caráter eventual, é bastante citar que os catálogos apontam cerca de 2.400 peças etnográficas por ele coletadas."(INPA, 1961) O reconhecimento deste trabalho por instâncias de consagração, no plano internacional, corrobora isto. Haja vista que Curt Nimuendaju é citado por Robert Lowie, em 1937, na Introdução do trabalho classificatório intitulado **The History of Ethnological Theory**, que foi traduzido para o espanhol, em 1946, sob os auspícios do Fondo de Cultura Economica, Mexico, nos seguintes termos: "Solamente cuando a un verdadero talento observador se unen una estancia larga en el país objeto de estudio y um conocimiento profundo de la etnografía profesional, se pueden obtener resultados tan magníficos como los que caracterizan los trabajos de Nimuendajú." (LOWIE, 1946:17). O mesmo tipo de reconhecimento não é estendido a Koch-Grünberg, cujos relatos são considerados inadequados ou confusos por Lowie (cf. LOWIE, *ibid.*:16).

um corpo permanente de pesquisadores. Somente a partir desta data foram contratados profissionais considerados “especialistas”. Assim, em agosto de 1955, além do próprio Galvão, foram contratados o arqueólogo Peter Hilbert e “aproveitado” o antropólogo Armando Bordalo da Silva¹⁷, que exercia a direção ao tempo da assinatura do Acordo com o INPA. Posteriormente, em 1957, foi admitido Carlos Moreira Neto, que fizera o curso de especialização em antropologia no Museu do Índio (RJ), e o missionário franciscano Protásio Frikel¹⁸ (Gunter Frikel), ao mesmo tempo que o “auxiliar” Edson Diniz tinha sua formação facilitada por bolsa de estudo (INPA. *ibid.* p.32). Com a organização da Divisão foram realizadas seis expedições, sendo quatro para o estudo dos Caribe, dos rios Trombetas e Parú, e duas para os grupos Kaiapó do rio Xingú.

Neste período os pesquisadores estrangeiros que, através de pesquisas etnológicas, colaboraram com a Divisão foram os seguintes: Seth Leacock (Universidade da Califórnia), que pesquisou os Maués; Yvens Yde e G. Polykrates (Museu de Copenhague, Dinamarca), que pesquisaram povos indígenas do Mapuera e do Trombetas, e William Crocker (Universidade de Wisconsin) que estudou os Canela, no Maranhão. Dos trabalhos de campo registrados pela Divisão de Antropologia, entre 1955 e 1960, tem-se a seguinte tendência ascensional constante: 02 realizados em 1955, 07 em 1956, 08 realizados em 1957, 13 realizados em 1958, 14 realizados em 1959 e 16 em 1960¹⁹.

Sete anos após iniciada a organização da Divisão, em 1962, foram incorporados ao seu corpo de pesquisadores: Roberto Las Casas e Klass Wortmann. No ano seguinte, em 1963, ingressaram como bolsistas nesta

¹⁷ Armando Bordalo da Silva foi um dos fundadores do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará e publicou em 1949 sua palestra proferida em 28 de fevereiro de 1948 sob a forma de livro com a denominação de: **Aspectos Antropos-Sociais da Alimentação na Amazônia**, dialogando com Josué de Castro.

¹⁸ Frikel realizou pesquisas etnológicas entre os Mundurukú, Aparai, Xikrin, Kayabi e Tyrió (Alto Parú de Oeste, Serra do Tumucumaque) em regiões do Baixo Amazonas, no Estado do Pará.

¹⁹ Uma Nova Série do **Boletim do MPEG** começou a ser publicada em dezembro de 1957 e até julho de 1961 foram lançados 11 números, com as seguintes autorias: Peter Paul Hilbert, William Crocker, Roberto Cardoso de Oliveira, Protasio Frikel, Armando Bordallo da Silva, Eduardo Galvão, Carlos Moreira Neto e Expedito Arnaud. Galvão, Hilbert e Frikel aparecem cada um deles com duas publicações.

mesma Divisão do MPEG, Conceição Correa e Expedito Arnaud. Este processo de incorporação de pesquisadores, alguns deles com experiências acadêmicas e outros mais diretamente vinculados à ação indigenista, como Frikel e Arnaud, compondo uma equipe de composição heterogênea, foi interrompido com a ida de Galvão para a UnB, em 1963, a convite de Darcy Ribeiro²⁰.

Aliás, tal como em outros países, o MPEG abriu as portas para associações voluntárias regionais, com declarados propósitos científicos, e esta modalidade de articulação desempenhou historicamente um papel de destaque no campo da produção antropológica²¹ na Amazônia. Há, assim, muitas publicações, com distintos gêneros textuais (artigos, ensaios, livros), que traduzem tais articulações intelectuais, bem como exposições *permanentes* de artefatos coletados (cerâmica, arte plumária) a partir do trabalho de campo em sítios arqueológicos e de sistemas classificatórios complexos.

De maneira resumida importa sublinhar, entretanto, **que a institucionalização da pesquisa antropológica, com todos os procedimentos de**

²⁰ Empenhado na organização da Universidade Brasília, Darcy Ribeiro convida Galvão para ser o coordenador do Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH). Galvão dispunha de um vasto capital intelectual e científico, mantendo relações regulares com universidades norte-americanas e européias, e possuía um conhecimento acurado dos povos indígenas da Amazônia, além de visar uma ampliação das pesquisas antropológicas nesta região. O ICCH foi convidado pelo Institute of Latin American Studies, de New York, para treinar bolsistas norte-americanos de pós-graduação. Neste período estavam sendo realizados levantamentos linguísticos de povos indígenas em colaboração com o Summer Institute of Linguistics, da Califórnia. Seus pesquisadores trabalhavam na tradução e atualização do **Handbook of South American Indians**, que tinha como editor Julian H. Stewart, e cujo volume 5, datado de 1963, tinha como tema geral *The Comparative Ethnology of South American Indians*.

Galvão foi expulso da Universidade de Brasília, pelo reitor Laerte Ramos de Carvalho, em outubro de 1965, juntamente com sete outros colegas. Este ato arbitrário da ditadura militar interrompeu os esforços no sentido de institucionalização universitária da pesquisa antropológica. Para maiores informações consulte-se Salmeron, Roberto A. - **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Brasília. UnB. 2007. 2ª. edição revista. Pp.121-123.

²¹ Poderia ser discutido neste item o papel do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) que teve instituída, em 1952, por decisão do Conselho Deliberativo do CNPq, uma bolsa para pesquisador em antropologia e que não logrou quaisquer desdobramentos num programa de pós-graduação em antropologia, mesmo sem ter uma estrutura de museu e acolher outros pós-graduações. Na gestão do médico Marcos Barros, no INPA, foram feitos esforços na direção de se criar um PPGAS e para tanto, em 2004/2005, foi organizado um curso de especialização neste sentido. Participaram ativamente desta iniciativa a historiadora Ednéia Mascarenhas e a antropóloga Ana Carla Bruno. O INPA tem em seu quadro funcional apenas uma antropóloga e linguísta exatamente Ana Carla Bruno, PhD pela Universidade do Arizona, que desenvolve projetos de pesquisa na região amazônica e, atualmente, é professora do PPGAS-UFAM.

obtenção de dados, cujas práticas de campo lhes são intrínsecas, antecede, portanto, àquela do ensino superior em antropologia e do próprio aprendizado dos seus métodos de trabalho.

Está-se diante, em verdade, de uma distinção entre o processo de constituição do domínio de conhecimento antropológico numa determinada região, a Amazônia, e os procedimentos relativos à sua institucionalização em termos universitários através de atos de Estado. Assim é que os convido ao exercício de atentar para algumas indagações que intentam propiciar uma ordem de exposição a este relatório e, ao mesmo tempo problematizar suas assertivas.

História social da formação do campo da antropologia

As perguntas que tenho considerado pertinentes propor para uma apreciação avaliativa não são novas e já houve quem refletisse sobre elas como demonstrarei a seguir. Desde janeiro de 2006, quando integrei a “Comissão Cultura, Línguas e Povos da Amazônia” e participei da reunião realizada na CAPES, em Brasília, detive-me num repertório de indagações, que tenho redefinido frequentemente, no decorrer destes 12 (doze) anos. As alterações e revisões analíticas a que procedi não se distinguem qualitativamente daquelas que consistem no ponto de partida. Elas hoje podem ser assim retomadas e resumidas:

i) qual o grau de institucionalização dos antropólogos, que efetivamente se acham produzindo conhecimentos científicos na região amazônica, e qual o estado desta produção intelectual num momento em que se aprofunda a revisão dos esquemas interpretativos usuais? Em outras palavras: de onde estão falando os antropólogos? De que lugares “institucionais” constroem suas interpretações? Qual o grau de formalização ou de institucionalização destes referidos lugares?

ii) Há lugares e instituições concorrentes, em disputa pela legitimidade de se focalizar questões amazônicas e que mobilizam profissionais em antropologia? Em que medida estes lugares são espaços sociais de intercâmbio de conhecimentos e de práticas face ao uso dos recursos naturais?

0

iii) Qual a posição e quais os critérios de competência e saber a partir dos quais estes antropólogos se colocam? Como articulam estes critérios com aqueles de agentes sociais que se mobilizam em defesa dos recursos florestais contra desmatamentos, devastações e dos impactos sociais provocados por megaprojetos de infraestrutura, de mineração e vinculados aos denominados “agronegócios”?

iv) Como interpretar a chamada “década de expansão” do campo da antropologia na região amazônica num momento em que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de côco babaçu, castanheiros, piaçabeiros e demais extrativistas objetivam suas identidades coletivas em formas político-organizativas intrínsecas às suas maneiras de mobilização e produzem conhecimentos específicos sobre a Amazônia?

As tentativas de respostas certamente são diversas, tanto no tempo, quanto na dispersão dos lugares institucionais de onde são produzidas. Deste modo, numa leitura retrospectiva, pode-se considerar como ponto de partida, para efeitos deste relatório, dois trabalhos de classificadores e comentadores da produção intelectual em ciências sociais, produzidos até 1950, que elencam as agências de produção científica, os autores, as escolas de pensamento, as formas de abordagens e os pensamentos de escola. Eles enfatizam, sobretudo, a produção sociológica. As menções à antropologia são absolutamente incidentais. Os referidos repertórios privilegiam a sociologia, cujos cursos no Brasil, implantados desde 1933, com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, antecedem em pelo menos três décadas e meia à instituição do primeiro curso de antropologia, o PPGAS do Museu Nacional, em 1968. Os classificadores, responsáveis pelos chamados “balanço da produção intelectual e científica”, “panorama da produção acadêmica”, “estado da arte”, “notícias sobre pesquisas e estudos”, “relatórios de avaliação” e congêneres, se cingiram a levantamentos bibliográficos²² da produção em ciências sociais, assim como a

²² Uma ilustração desta ordem concerne a Herbert Baldus. Em 1941, por solicitação de Rubens Borba de Moraes, ele iniciou sua **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**, procedendo ao levantamento de fontes documentais em bibliotecas localizadas em São Paulo. Em 1949 ampliou o levantamento nos Estados Unidos, em Portugal, na Espanha, na França, na Inglaterra, na Áustria, na Alemanha, na Suécia e na Suíça. Lançou o livro em 1954, numa homenagem ao XXXI Congresso Internacional de Americanistas reunido em São Paulo.

comentários, resenhas e “surveys”. Refiro-me precisamente aos trabalhos classificatórios de Donald Pierson, que procurou resenhar a produção sociológica no Brasil²³ até 1940, e ao repertório de fontes levantadas por Guerreiro Ramos e Evaldo Silva Garcia²⁴, correspondente ao período de 1940-1949. Tais classificadores estabelecem uma interlocução constante, dedicando-se a produzir “listas”, agrupamento de textos por autores e temas, ou levantamentos bibliográficos de maior abrangência. Agrupam indistintamente sociólogos e antropólogos, num momento em que se verifica um primeiro reconhecimento universitário da antropologia, com a inclusão da disciplina “Antropologia” na grade curricular de várias faculdades (sociologia e política, filosofia). Um dos marcos institucionais mais significativos, neste âmbito, corresponde à cadeira de Antropologia criada em 1939, na Universidade do Brasil. Arthur Ramos foi designado para ocupar interinamente esta “cátedra” de Antropologia e Etnologia na Faculdade Nacional de Filosofia.

Guerreiro Ramos e Silva Garcia citam de passagem agências transnacionais e antropólogos de outros países que marcaram presença no Brasil, como Charles Wagley, Alfred Métraux e Melville Herkovits, dentre outros, e assim se manifestam sobre os autores brasileiros:

“A mais nova geração de sociólogos e antropólogos brasileiros manifesta nitidamente a **tendência para os estudos monográficos, para a análise exaustiva de temas modestos, mas bem delimitados**. Comprovam-no as produções de Édison Carneiro, Mário Wagner Vieira da Cunha, Florestan Fernandes, Alceu Maynard de Araújo, Egon e Francisco Schaden, Virgínia Bicudo, Gioconda Mussolini, Antônio Cândido, Luis Aguiar da Costa Pinto, Carlos Drumond, Carlos Borges Schmidt, Lucília Hermann, René Ribeiro, Lavínia Costa Vilela, Alice Canabrava, Tales de Azevedo, Manuel Diégues Jr., Lourival Câmara e outros.” (RAMOS e GARCIA, 1950:15).

²³ Pierson, D.- "Survey of the literature on Brazil of sociological significance published up to 1940" in The joint committee on Latin American Studies of **The National Research Council, The American Council of Learned Societies and the Social Science Research Council**. Harvard University Press. 1945

²⁴ Guerreiro Ramos, A. e Garcia, Evaldo Silva - **Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949)-com especial referência a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos**. Rio de Janeiro. Conselho de Imigração e Colonização. 1950.

“Panoramas” classificatórios como estes, apoiados num critério arbitrário referido a autores consagrados ou “notáveis”, perdem doravante sua força explicativa e seu papel norteador com a prevalência de critérios acadêmicos instituídos com a fundação de agências nacionais de fomento ao ensino e à pesquisa, como o CNPq e a CAPES, bem como de atos oficiais de implementação de ações e medidas de política científica. A classificação da produção intelectual e científica torna-se atributo de agências, que organizam institucionalmente os diferentes domínios do conhecimento, disciplinam instancias de legitimação e consagração e instituem critérios de avaliação, e não necessariamente de agentes reconhecidos como “notáveis”, “clássicos” ou como exímios classificadores. O início da década de 50, com a fundação de tais agências e as medidas dela decorrentes, anuncia a profundidade desta clivagem.

Assim, a partir de janeiro de 1951 com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e, logo após, da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), tem-se uma formalização de iniciativas classificatórias daquela ordem. As agências oficiais recém-criadas, destinadas ao fomento e à implementação da política científica, vão fazer vigir seus próprios critérios de monitoramento e de avaliação da produção científica e do ensino superior, contrapondo-se às iniciativas individuais de cientistas sociais. Doravante eles serão acionados pelas referidas agências com seus critérios respectivos e sua iniciativa classificatória estará subordinada a elas.

A primeira iniciativa oficial que consegui registrar remete ao estudo, de autoria de Costa Pinto e Edison Carneiro, intitulado **As ciências sociais no Brasil**, realizado especialmente para atender à solicitação da CAPES. Foi publicado em 1955. Logo após, no início da segunda metade dos anos 50, a CAPES determinou a realização dos chamados “Estudos de Desenvolvimento Regional” para todo o País. Foram programadas pela CAPES 22 monografias²⁵ Faziam parte de uma série denominada “Levanta-

²⁵ A monografia relativa ao Amazonas foi elaborada sob orientação e responsabilidade de Américo Barbosa de Oliveira, Alexandre Fontana Beltrão, Tomás Pompeu Accioly Borges e Moacir Paixão e Silva. Cf. “Nota Explicativa” in **Estudos de Desenvolvimento Regional (Amazonas)**. Série Levantamentos e Análises. N.11. CAPES, 1959. 110pp.

mentos e Análises”. Tais estudos consistiam em “estimar as necessidades de pessoal qualificado”, produzindo através da contratação dos serviços de uma organização especializada, uma empresa de consultoria intitulada “Serviços de Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados”, um “balanço” ou uma “avaliação regional” na qual não se falava em levantamentos bibliográficos, nem em “estado da arte”, mas em “produção atual dos quadros técnicos”, “necessidade de novos quadros” e “tendências”. No que diz respeito ao que hoje se denomina “Amazônia Legal” foram produzidos “relatórios” sobre os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Mato Grosso, todos publicados no decorrer de 1959. Prevaleceu um gênero textual de avaliação denominado “diagnóstico”, analisando a “necessidade de pessoal” e implicando numa análise dos sistemas produtivos e da esfera de circulação da produção científica. Sobressaíram neste trabalho avaliativo, no elenco de demandas, proposições relativas ao papel do Estado como agente de desenvolvimento. Esta categoria “desenvolvimento” foi incorporada ao planejamento oficial norte-americano no imediato pós-guerra e disseminada através das políticas dirigidas aos países recém-libertos do jugo colonial. Ela consolidava a passagem de uma condição de colônia para uma situação de industrialização e urbanização intensificados.

Em 1966, com a ação autoritária de completo desmantelamento da UnB, como examinarei mais detidamente adiante, o governo ditatorial instituiu o Decreto-Lei n.53 de 18 de novembro de 1966, que fixava princípios e normas para a organização das universidades brasileiras. Este decreto recebeu adendos com o Decreto-Lei n.252, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelecia normas complementares ao decreto anterior de 1966. Tais dispositivos passam a reger as normas relativas à pós-graduação, que perduram, de certo modo, até o presente.

Em 1972 foi instituído o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), consoante o Decreto n.70.553, de 17 de maio de 1972, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Tem-se então a primeira avaliação nesta nova etapa de estruturação do ensino superior em que pelo menos três programas de pós-graduação em Antropologia já estavam em funcionamento, o PPGAS do Museu Nacional, desde

1968, o do IHFC da Universidade de Campinas (UNICAMP), desde 1969, e o terceiro que estava com sua implantação recém-concluída, aquele do Instituto de Humanidades da Universidade de Brasília.

Por determinação deste PBDCT foi realizada a primeira e mais conhecida avaliação institucional, coordenada por antropólogo e executada por equipe que incluía antropólogos, focalizando a estruturação do domínio da antropologia na denominada “área de ciências sociais”. Trata-se do “relatório²⁶” de avaliação dos cursos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia Social, coordenado pelo antropólogo Roberto da Matta que o fez juntamente com o também antropólogo Roque de Barros Laraia. Destaco uma formulação que se tornou doravante imprescindível de ser problematizada nas avaliações porventura realizadas:

“O desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais, como aconteceu com outros ramos do conhecimento científico no Brasil, não ocorreu paralelamente com a implantação dos programas de pós-graduação.” (MATTÁ e LARAIA, 1974: p.6) (g.m.)

Estes autores chamam a atenção para o fato desta relação só se tornar uma preocupação a partir da segunda metade da década de 1960-70. Não avançam numa explicação, todavia, e nos autorizam, a elaborar suposições. Uma delas é que isto se dá justamente em 1968, quando novas normas já vigiam. Outra leva em conta a data em que foi instituído o primeiro programa de pós-graduação em antropologia no Brasil, o PPGAS do Museu Nacional, coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira²⁷. A consta-

²⁶ Embora os responsáveis tenham sido Matta e Laraia, participaram das reuniões do grupo de trabalho que discutiu ou contribuiu com materiais ao relatório, pelo menos onze professores, dentre eles os antropólogos Sílvio Coelho dos Santos e Ruben Oliven. O relatório foi oficialmente publicado com distribuição dirigida e não-comercial, qual seja: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/MEC - **Pesquisa Fundamental e Pós-Graduação. Sociologia, Ciência Política e Antropologia Social-PBDCT**. Relatório elaborado por Roberto da Matta (coord.) e Roque de Barros Laraia. Brasília, MEC. 1974.

²⁷ Consta da primeira página desta avaliação a informação de que Cardoso havia sido convidado juntamente com Matta para coordenar esta avaliação, porém, não pode aceitar, por motivo de viagem, relativa ao programa de pós-graduação da UnB, o qual coordenava nesta data, convidou então o professor Roque de Barros Laraia, desta mesma instituição, para substituí-lo.

tação de que projetos de pesquisa antropológica, notadamente aqueles desenvolvidos em regiões amazônicas, antecederam à criação do primeiro Programa de Pós-Graduação, fortalece argumentos anteriores. Por outro lado eleva-se o *status* acadêmico da antropologia, que até então estava restrito a uma “cadeira” ou a uma disciplina em cursos de ciências sociais, ciência política e direito. Castro Faria havia problematizado esta questão junto ao CNPq dizendo já na primeira metade dos anos 1960-70, quando funcionava no Museu Nacional o Curso de Especialização em Antropologia, implementado por ele e Roberto Cardoso, a saber:

“Temos antropólogos no Brasil, mas não temos cursos de Antropologia. Temos cursos de Ciências Sociais ou de Sociologia e Política na PUC-RJ e em Belo Horizonte (MG), mas curso de Antropologia não temos.” (CASTRO FARIA, 2006:22) (g.m.)

A ênfase nos trabalhos de pesquisa ganhou corpo, antecedendo, entretanto, à própria institucionalização da ação pedagógica. Castro Faria arrematou este argumento, posteriormente, explicando a ação pedagógica da seguinte maneira:

no Brasil a Antropologia percorreu um itinerário invertido em relação a outras formações acadêmicas. Primeiro se instituiu enquanto programa de pós-graduação e somente depois é que houve propostas de criação de cursos de bacharelado em Antropologia.

No que diz respeito à antropologia e especificamente à Amazônia reflexões desta ordem foram retomadas em 2006, no âmbito da CAPES, nas atividades concernentes à Comissão “Cultura, Línguas e Povos da Amazônia”, coordenada pela antropóloga Bela Feldman Bianco²⁸. Um dos resultados dos trabalhos desta Comissão consistiu, como já foi sublinhado, na fundamentação “técnica” da implantação do PPGAS da UFAM, em 2007.

²⁸ Participaram desta Comissão os antropólogos: João Pacheco de Oliveira Filho (MN-UFRI), Luiza Garnello (UFAM), Eduardo Góes Neves (USP), Antonio Carlos de Souza Lima (MN-UFRI), Jane Beltrão (UFPA), Denny Moore (MPEG) e Alfredo Wagner (UFAM). Terri Valle de Aquino foi convidado, mas não pode comparecer em virtude de viagem de campo. Mauro Almeida também foi convidado, mas não pode comparecer.

Para complementar esta reconstituição deveras resumida recorro aos debates e circunstâncias que viabilizaram historicamente e de maneira peculiar a estruturação do campo da antropologia na região amazônica. Mesmo que reiterando algumas informações, julgo imprescindível a compreensão das vicissitudes deste estendido processo de formação de um domínio de conhecimento científico em que as instituições universitárias aparecem “tardamente”, como pontua Laraia²⁹.

Desde os “Acordos de Washington”³⁰, firmados em 1942, pelo Brasil e pelos E.U.A., até 1949-50, houve um certo consenso sobre “a necessidade da vinda de técnicos norte-americanos” para pesquisar as potencialidades do País, notadamente do extrativismo na Amazônia. Importa enfatizar que borracha, castanha e babaçu constituíam os objetos específicos dos mencionados “Acordos”. Foi um tempo em que prevaleceu o *modus operandi* das “Missões Técnicas” norte-americanas tanto para estudos sobre os óleos vegetais e organização de sua exportação, quanto para produzir planos de gerenciamento de gastos públicos e investimentos em saúde e em edu-

²⁹ Consoante a interpretação de Laraia: "Recorro inicialmente a um texto de Florestan Fernandes, publicado na antiga revista Anhembi (números 72, 73 e 74 de 1956-57) intitulado "Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil", no qual o referido autor discutia a existência ou não de um padrão intelectual de trabalho científico no Brasil. Para que esse desenvolvimento ocorresse, Fernandes postulava a necessidade da existência de centros de difusão do pensamento e do conhecimento científico.

Para ele, o treinamento sistemático do pesquisador é a primeira condição, e a mais importante de todas, para um contínuo aperfeiçoamento de padrões intelectuais definidos de investigação científica. Acrescenta, então, que esse treinamento "repousa no ensino universitário, mas só se completa depois na experiência concreta de pesquisas". Tudo isto que - decorridos hoje 58 anos da publicação do referido artigo - nos parece simples, era uma tarefa extremamente difícil naquela época, porque no Brasil as universidades surgiram tardiamente. Essa lacuna teve que ser preenchida pelos Museus." (LARAIA, 2017:16) (g.m.).

³⁰ Durante a II Guerra Mundial, quando o Japão se apoderou das regiões produtoras de borracha na Ásia, as forças armadas norte-americanas e inglesas, para manter suas tropas em deslocamento, tiveram que procurar áreas de borracha nativa para suprir de matéria prima a indústria militar. Procuraram também garantir seu abastecimento com outros produtos extrativos como óleos vegetais, amêndoas e castanhas. Para tanto firmaram acordos comerciais com o Brasil objetivando adquirir a quase totalidade, ou seja, de 75% a 90%, da produção de borracha, amêndoas de babaçu e castanha. Quanto à força de trabalho os norte-americanos financiaram o recém-criado Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), cuja meta era trazer para a Amazônia até maio de 1943, 50 mil trabalhadores. Em janeiro de 1943 o SEMTA passou a trabalhar em conjunto com o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), que cuidava da saúde da força de trabalho, evitando interrupções imprevistas no processo produtivo. Aí se agruparam os antropólogos, coordenados por Charles Wagley, que se dedicaram a trabalhos de pesquisa consoante os temas de saúde e "migração".

cação, em transporte e energia. No âmbito desta cooperação técnico-científica, valendo-se de contatos anteriores com o Departamento de Antropologia do Museu Nacional, foi que o antropólogo norte-americano, Charles Wagley, desenvolveu pesquisas na Amazônia com seus alunos da Universidade de Columbia e incorporou, de maneira tímida, “quadros técnicos” de instituições de pesquisa localizadas no Centro Sul do Brasil.

Em 1939 tivera início o primeiro Programa de Treinamento e Pesquisa em Antropologia, patrocinado conjuntamente pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia e pelo Museu Nacional. Charles Wagley estudou inicialmente os Tapirapé, no Mato Grosso. Depois, de novembro de 1941 a março de 1942, realizou a primeira parte do trabalho de campo com os Tenetehara, no Maranhão. Três estudantes do Museu Nacional integravam sua equipe: Nelson Teixeira, Rubens Meanda e Eduardo Galvão. Em 1945 Wagley e Galvão retornaram a campo³¹, concluíram os trabalhos e elaboraram **The Tenetehara Indians of Brazil: a culture in transition**, que foi publicado em 1949 pela Columbia University Press.

Esta iniciativa de formação de antropólogos³² foi retomada no pós-guerra, principalmente sob os auspícios da UNESCO. Em 1946 foi proposto

³¹ Um dos procedimentos de campo para treinamento de alunos de antropologia adotado por C. Wagley neste período pode ser aqui destacado. Durante a II Guerra Mundial o governo brasileiro através do Ministério da Educação e Saúde (mais especificamente por meio da agência de saúde pública, o SESP) e o governo norte-americano implementaram programas de educação e saúde na região amazônica. Estudantes de antropologia, norte-americanos, alunos de C. Wagley, eram colocados como observadores em navios que transportavam os chamados “soldados da borracha” do Nordeste para a Amazônia. Embarcados no porto de Fortaleza tais antropólogos produziram relatórios, entrevistas e notas que estão por serem coligidas e analisadas de maneira mais detida. Um deles, John Henry Edward, autor de “Health Report”. Fortaleza, Brazil, April 25, 1944; descreveu sua experiência de viagem de Fortaleza a Belém no navio “Comandante Ripper”, do Lloyd Brasileiro, que transportava 988 pessoas recrutadas pelo Departamento Nacional de Imigração, sendo 673 homens, 140 mulheres e 175 crianças. O total de “soldados da borracha” que foram recrutados e transportados para a Amazônia, correspondeu a 54 mil trabalhadores.

³² Há iniciativas informais de ministrar aulas de antropologia realizadas neste mesmo período, que podem ser lembradas apenas para efeitos de rápida menção e simples registro. Em 1943, por exemplo, “Curt Nimuendajú deu aulas improvisadas ao sr. Harald Schultz, servidor do Serviço de Proteção aos Índios e, atualmente, estudante de Etnologia Brasileira na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O resumo dessas aulas, do qual tiramos as seguintes notas, foi redigido pelo discípulo e revisto pelo mestre.” (cf. Herbert Baldus - “Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil”. **Sociologia**. Vol 8. São Paulo, 1946 pp.36-44).

No que tange à Amazônia importa citar, antes mesmo da vigência dos Acordos de Washington, as experiências do Curso de Etnologia, ministrado por Curt Nimuendajú, entre 1941 e 1944, em Belém, no Museu Goeldi. O

o Instituto da Hiléia Amazônica, que ganhou corpo com reunião em Belém, realizada em agosto de 1947, na qual foi elaborado um programa de estudos científicos para a Amazônia. Logo depois a UNESCO, numa tentativa de estabelecer novas bases para a cooperação científica, através de sua Divisão de Ciências, endossou a proposta do Instituto. A este tempo a equipe de C. Wagley, que também passara a trabalhar para a UNESCO, incorpora novos antropólogos norte-americanos (Marvin Harris, Ben Zimmerman e Harry W. Hutchinson) e cientistas sociais brasileiros (Thales de Azevedo e Costa Pinto), junto ao projeto "Races et Classes dans le Brésil Rural" (1950-1951). Incorpora também no trabalho de campo em Gurupá, no Baixo Amazonas, Eduardo Galvão que, como já foi mencionado, fora indicado para trabalhar com Wagley na pesquisa sobre os Tenetehara (1941-42) pelo Departamento de Antropologia do Museu Nacional. Um dos colaboradores deste trabalho, evidenciando a relação de antropólogos com outros produtores intelectuais, foi o romancista Dalcídio Jurandir, autor de acuradas descrições literárias sobre realidades localizadas e em especial sobre o Baixo Amazonas e a Ilha de Marajó.

De maneira autônoma e independentemente destas iniciativas foi fundado em Belém, no dia 27 de setembro de 1947, o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (IAEP). Tratava-se de uma associação voluntária da sociedade civil, cuja "sede provisória" localizava-se no Museu Goeldi, como informam as suas respectivas publicações entre 1950 e 1955. Em razão deste tempo de localização pode-se dizer que o IAEP não era exatamente um corpo estranho ao Museu. Isto é, o IAEP congregou principalmente intelectuais regionais, que integravam uma elite erudita, histórica-

Curso foi ministrado em três períodos, com duração de quatro a oito meses, a saber: 11 de novembro de 1941 a 24 de fevereiro de 1942, 21 de janeiro de 1943 a 15 de junho de 1943 e 12 de janeiro de 1944 a primeiro de agosto do mesmo ano. O número de alunos não excedeu a cinco, senão vejamos: Aída Maranhão, que "frequentou as aulas somente até o meio do segundo período" e Emília Dwyer, que frequentou somente as aulas sobre linguística, que corresponderam ao terceiro período. As demais frequentaram todos os períodos: Evalda Xavier Falcão, Ligia Estevão de Oliveira e Maria de Lourdes Jovita. (Cf. "Breve Esquema do Curso de Etnologia ministrado por Curt Nimuendajú no Museu Paraense Emilio Goeldi...". Cópia deste documento de pesquisa me foi gentilmente cedido pela antropóloga Selda Vale da Costa). Uma outra cópia deste esquema foi reproduzida por Nunes Pereira ao final de seu livro Curt Nimuendajú (Síntese de uma vida e de uma obra). Belém, 1946. 60pp. Nunes Pereira aparece na capa como Presidente do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas.

mente atrelada ao Estado, mas incorporou também pesquisadores estrangeiros, de universidades estrangeiras, e estreitou vínculos com o MPEG. Produziu sete publicações, sendo a primeira em 1949 e a derradeira em 1955. Os autores que tiveram seus trabalhos publicados foram os seguintes: Armando Bordalo da Silva, Nunes Pereira, Eurico Fernandes, Peter Paul Hilbert, Frederico Barata, Betty Meggers e Clifford Evans³³.

Numa situação em que se discutia³⁴ o desenvolvimento científico sob a égide do “nacionalismo” a proposta do Instituto da Hiléia Amazônica, gerou forte polêmica na Câmara dos Deputados e foi derrotada. Antropólogos do Museu Nacional colocaram-se contra a iniciativa, não obstante, os esforços contrários, envidados na época pela direção do próprio departamento de Antropologia da instituição. O “nacionalismo” consistia num

³³ Cf. Costa Pinto, L.A. e Carneiro, Edison - **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro. CAPES.1955. (Estudo realizado especialmente para atender à solicitação da CAPES). Em levantamento realizado nos “sebos”, notadamente os de Belém, conseguimos, Emmanuel de Almeida Farias Jr. e eu, as seguintes publicações diretamente produzidas sob a editoria do IAEF, sete brochuras numeradas, sendo que a derradeira remete ao número nove. Este levantamento permitiu ampliar o repertório de autores, senão vejamos: Barata, F. - **A arte oleira dos Tapajó. Considerações sobre a cerâmica e dois tipos de vasos característicos**. Belém. IAEF. 1950. Publicação n.2. 47pp.

Nunes Pereira - **Histórias e Vocabulário dos Índios Uitoto**. Belém. IAEF.1951. 34pp. Publicação n. 3. (Nunes Pereira faz referencia a “Sir Roger Casement” no prefácio).

Fernandes, Eurico - **Algumas notas sobre os Waiano e os Apalaí, do Rio Jari**. Belém. IAEF. 1952. 25pp.Pub.N.4.(Há 9 páginas de texto e as demais são fotos de P. P. Hilbert e Ed. Miller).

Peter Paul Hilbert - **Contribuição à Arqueologia da Ilha de Marajó. Os “tesos” marajoaras do alto Camutins e a atual situação da Ilha do Pacoval, no Arari**. Belém.IAEF.1952. 32pp. Publicação n.5.

Barata, Frederico - **A arte oleira dosTapajó. III Alguns elementos novos para a Tipologia de Santarém**. Belém. IAEF. 1953. N.6. 16pp

Meggers, Betty J. e Evans, Clifford - **Uma interpretação das culturas da Ilha de Marajó**. Belém. IAEF. 1954. 21 pp. Publicação n.7 (Com um mapa e dez estampas).

Murphy, Robert e Yolanda - **As condições atuais dos Mundurucú**. Belém. IAEF. 1954. 44pp. Publicação n.8 (Com 2 mapas e 21 estampas).

Hilbert, Peter Paul - **A cerâmica Arqueológica da região de Oriximiná**. Belém. IAEF.1955.76pp. Publicação n.9 (com um mapa e 49 estampas).

³⁴ No prefácio à primeira edição de **Uma Comunidade Amazônica (estudo do homem nos trópicos)**, em 1953, C. Wagley esclarece o seguinte a respeito desta questão: “Durante os três anos e meio em que fui membro da **missão técnica** brasileira do Instituto de Assuntos Inter-americanos, ligado ao SESP, desempenhei várias funções: como membro do escritório regional do SESP no Vale Amazônico, como diretor de seu Programa de Migração, proporcionando assistência médica a milhares de pessoas que deixavam seus lares, no árido Nordeste, para trabalhar no Amazonas, como assistente do Superintendente do SESP, finalmente, como diretor de sua Divisão de Educação Sanitária. No decorrer desses anos muito aprendi sobre o Brasil, tanto na minha qualidade de antropólogo, quanto na de administrador” (WAGLEY;1953:10).

fator político de agregação, mobilizando inclusive militares, e trazia à baila o “tema da transplantação e as enteléquias”, como acentuaria Guerreiro Ramos, na interpretação sociológica e/ou antropológica do Brasil.

Um dos subprodutos desta tendência consistia em afirmar uma produção sociológica brasileira. Para tanto o Conselho de Imigração e Colonização apoiou em 1949 um levantamento geral das publicações realizadas no Brasil, entre 1940 e 1949, referentes a migrações, relações raciais, colonização e “assuntos correlatos”, como anteriormente já mencionei. O sociólogo Guerreiro Ramos coordenou este levantamento, que incluiu inúmeras publicações concernentes à Amazônia, seja quanto à situação focalizada, seja quanto à naturalidade dos autores. Arthur Cezar Ferreira Reis, Nunes Pereira, Samuel Benchimol e Agnelo Bittencourt, considerados “clássicos” da Amazônia Eles são mencionados ao lado de: Roquette Pinto, C.Wagley, Alfred Métraux, Melville Herkovitz³⁵, e Otavio da Costa Eduardo, todos eles com pesquisas na Amazônia.³⁶

³⁵ Sobre o trabalho de campo de Herskovits, junto aos Saramaka "Bush Negroes", na "Guiana Holandesa", atual Suriname, nos anos 1928-29, leia-se: Price, Richard and Price, Sally - **The root of roots or How Afro-american Anthropology Got Its Start**. Chicago. Prickly Paradigm Press. 2003

³⁶ Neste levantamento foram incluídos os seguintes autores referidos à Amazônia: Benchimol, Samuel - "O aproveitamento de terras incultas e a fixação do homem ao solo". **Boletim Geográfico**. Ano IV. Setembro de 1946 n.42 pps. 684-700.

Bittencourt, Agnelo- "Povoamento e fixação demográfica em o Estado do Amazonas." **Boletim Geográfico**. Ano IV. Janeiro de 1947 n.46 pp.1265-1272

Costa Eduardo, Otavio - "Three-Way religious acculturation in a North Brazilian City". **Afro-América** vol.III. 1946 pp.81-90

Ferreira Reis, Arthur Cezar- "A Amazonia Brasileira". **Revista Brasileira de Geografia**. Ano IX. Janeiro-março de 1947 n.1 pp.83-104 e "A formação humana-política do Pará". **Boletim Geográfico**. Ano III fevereiro de 1946 n.35 pp.375-382

Herkovitz, Melville J. - "Drums and drummers in afro-brasilian cult life". *The musical quarterly*. Vol. XXX N.4 1944 pp.477-492

Herkovitz, M.J. and Francês - "The negroes of Brazil".**Yale Review** vol.XXXII 1943 pp.264-266

Métraux, A.- "La civilization Guyano-Amazonienne et ses Provinces Culturelles" **Acta Americana** vol. IV N.3 julho-setembro de 1946 pp.130-153

Nunes Pereira - **A Casa das Minas** Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. N.1 março de 1947

Roquette Pinto - "Contribuição à Antropologia do Brasil". **Revista de Imigração e Colonização** Ano 1. N.3 julho de 1940 pp.437-451

Wagley, Charles- "Notas sobre aculturação entre os Guajajara". **Boletim do Museu Nacional**. Antropologia. Nova Série. N.2 Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.1943

Cf. Guerreiro Ramos, A. e Garcia, Evaldo da Silva- **Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949) - Com especial referência a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos**. Rio de Janeiro. Conselho de Imigração e Colonização (Presidência). Empresa Gráfica. Ouidor.1949

Denotando polêmicas que, de certo modo, ainda são atuais, importa frisar que havia apreciações críticas de que os resultados das chamadas “missões” tanto a “Mission Française”, representada pelos professores franceses na USP, desde a primeira metade dos anos 30, quanto as “Missões Técnicas”, representadas pelos cientistas norte-americanos no âmbito de acordos comerciais que focalizavam o extrativismo na Amazônia, precisavam ser relativizados. O argumento central é que não haviam contribuído decisivamente para a consolidação do domínio da antropologia no Brasil e nem sequer lograram conseguir implantar um padrão de trabalho científico. O chamado padrão “normalien” dos franceses era tão distante das situações localizadas, quanto o denominado “técnico” dos norte-americanos, cujo ritmo de pesquisa era embalado pelas flutuações dos acordos comerciais. Tais “missões” não teriam conseguido sobrepujar, por exemplo, outras vertentes de produção etnográfica e etnológica no País. Os exemplos voltavam-se para o repertório de conhecimentos etnográficos (incluindo-se cartográficos) produzidos por autores como Curt Nimuendajú e por autores referidos ao próprio Museu Nacional como Roquette Pinto e Raimundo Lopes (hoje, aliás, praticamente “esquecidos” quando se fala de antropologia na Amazônia) e de modo mais recuado Barbosa Rodrigues e, antes dele, João Batista de Lacerda. Em virtude disto propugnavam por fortalecer um “centro nacional de pesquisa” com força na Amazônia, inclusive no domínio das ciências sociais. Estas proposições que vieram, em certa medida, desaguar, como já foi sublinhado, na criação do CNPq³⁷ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em janeiro de 1951, e na própria CAPES (então designada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) contariam inclusive com a simpatia de antropólogos brasileiros que estavam estudando no exterior.

Em 29 de outubro de 1952 o Presidente Getúlio Vargas criou, através do decreto n.31672, o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazô-

³⁷O Conselho Nacional de Pesquisas foi criado pela Lei n.1310, de 15 de janeiro de 1951, subordinado diretamente ao Presidente da República. Subordinado, por sua vez, ao CNPq foi instituído logo depois, em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), que foi instalado em Manaus (AM).

nia), que foi instalado oficialmente em julho de 1954. Nas sessões do Conselho Deliberativo do CNPq³⁸, realizadas entre 12 e 17 de agosto de 1952, havia sido definida a finalidade da instituição de pesquisa “inteiramente nacional”, “que deveria tomar a si a responsabilidade oficial pelo estudo da geologia, da flora, da fauna, da **antropologia** e dos demais aspectos característicos da natureza amazônica e das condições de vida das populações da região.” (Rodrigues et al,1981). Os recursos financeiros provinham de doações do CNPq e do apoio da SPVEA (Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia). Dentre as 18 bolsas de estudo concedidas uma delas foi destinada à área denominada de “antropologia cultural”.

Conforme já foi sublinhado no ano de 1954 o Museu E. Goeldi passou a ser administrado pelo INPA. Neste ano Eduardo Galvão apresentou sua tese de doutorado ao departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, sob a orientação de Wagley, com o título “The religion of an Amazon Community- a study in culture change”³⁹. Tratava-se do resultado de seu trabalho de campo em Gurupá, Baixo Amazonas, em 1947 e 1948. É a primeira tese de doutorado em antropologia defendida por antropólogos brasileiros no exterior, em especial nos Estados Unidos (EUA). Trata-se de um trabalho sobre a região amazônica considerado “clássico”. Anteriormente, pode-se registrar um outro trabalho de pesquisa, tornado livro e intitulado **The negro in northern Brazil- a study in acculturation**, de autoria de Octavio da Costa Eduardo, que focaliza as práticas religiosas em Santo Antonio dos Pretos (MA). Costa Eduardo foi aluno de Donald Pierson⁴⁰

³⁸ Leia-se: Rodrigues, William A.; Silva, Marlene F. da; Suano da Silva, A. F. e Ribeiro, Nazaré G. - "Criação e evolução histórica do INPA (1954-1981)" Suplemento da **Acta Amazônica** 11 (1): 7.23- 1981.

³⁹ Foi publicado no Brasil em 1955. Vide: Galvão, Eduardo - Santos e Visagens- um estudo da vida religiosa de Itá: Amazonas. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1955. Série 5.a Brasileira n.284.

⁴⁰ A Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em São Paulo, em 1933, foi a primeira instituição brasileira voltada precipuamente para a formação de especialistas e pesquisadores em ciências sociais. Em 1939 ela contratou o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que então era colaborador de Robert E. Park, da Universidade de Chicago, em projetos de pesquisa na Universidade de Fisk, Tennessee. Pierson havia se doutorado em Sociologia, na Universidade de Chicago, em 1939. Todavia, realizara trabalho de campo em 1935 e 1936 na Bahia, onde permaneceu por 22 meses. O trabalho que produziu foi publicado em 1942 sob o título **Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia**. Em 1941 Pierson organizou o Departamento de Sociologia e Antropologia Social, na Escola Livre de Sociologia e Política. Este Departamento foi transformado, em 1943, em uma Divisão de Estudos Pós-Graduados sob a própria direção de Pierson.

e posteriormente orientado por Melville J. Herskovitz, na Northwestern University⁴¹. Os custos acadêmicos de Costa Eduardo, no ano 1944-45, foram financiados pela Rockefeller Foundation. O trabalho de campo foi realizado no Município de Codó, Vale do Itapecuru, no Maranhão, durante nove meses, entre novembro de 1943 e julho de 1944, e foi financiado pelo Museu Nacional, cujo Departamento de Antropologia se encontrava sob a coordenação de Heloísa Alberto Torres. Escrevendo no Rio de Janeiro, em março de 1947, a Introdução ao livro de Nunes Pereira intitulado **A Casa das Minas. Culto dos Voduns Jeje no Maranhão**, Arthur Ramos aduz que o trabalho de campo de Costa Eduardo foi realizado sob os auspícios do “Program of Negro Studies” do Departamento de Antropologia da Northwestern University.

Desde o início dos anos 50 firmou-se um propósito governamental de expandir os “quadros brasileiros de nível superior”. A Presidência da República instituiu a Assessoria Econômica da Presidência, que produzia, dentre outros, “diagnósticos” sobre os produtos florestais e extrativistas. Seus componentes viajavam por várias regiões do País, inclusive pela Amazônia, faziam observações de campo e eram notadamente das formações acadêmicas de economia e geografia vinculadas respectivamente aos dois Conselhos Nacionais o de Geografia e o de Economia. O Estado incentivava pesquisas científicas, sobretudo as coadunadas com seus esforços de desenvolvimento econômico. O Primeiro Plano Quinquenal da Amazônia, 1954-1955, produzido no âmbito da Superintendência do Plano de Valorização

⁴¹ M.J.Herskovitz realizou pesquisa etnográfica sobre a “história social do negro” na África e na ex-Guiana Holandesa (atual Suriname), conforme já dito, e orientou também o médico e antropólogo René Ribeiro em seus estudos sobre “relações de raça”, nos anos 40, quando este integrava o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife (PE). Herskovitz apresentou trabalho ao I Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, realizado em 1934, em Recife. Franz Boas, que o orientou, bem como a C. Wagley, manifestou-se favoravelmente à realização deste mencionado Congresso, reforçando seu interesse pelo desenvolvimento de pesquisas antropológicas no Brasil.

Cabe acrescentar que o Instituto Joaquim Nabuco, fundado por Gilberto Freyre e que teve como chefe de seu Departamento de Antropologia René Ribeiro, funcionou também na Amazônia, na cidade de Manaus (AM), até 2003, quando encerrou suas atividades de pesquisa e publicações, mantendo tão somente o “Museu do Homem do Norte, cuja sede foi fechada na Rua Sete de Setembro, no centro da cidade, e o acervo transferido para o Centro Cultural Povos da Amazônia.

Econômica da Amazônia (SPVEA), coordenado por Arthur Cezar Ferreira Reis, possuía uma “Sub-comissão de Desenvolvimento Cultural”. Diante de uma situação plural, então classificada pelos planejadores como “sociedades e culturas diversas”, o documento orientava para fatores mais gerais e apregoava o seguinte:

“Neste Primeiro Plano Quinquenal as pesquisas deverão orientar-se principalmente para a investigação dos processos sócio-culturais mais gerais que disciplinam a vida das *populações amazônicas*.” (sic) (p. 277).

A este tempo, ou seja, em 1955, o Museu do Índio, pertencente à Seção de Estudos do então Serviço de Proteção aos Índios, dirigido por Darcy Ribeiro, que viera de trabalho de campo no vale do Gurupi, junto aos Kaapor⁴², promove os primeiros cursos de especialização para formação de antropólogos, quais sejam, os denominados “Cursos de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”⁴³. Colaboram nesta iniciativa Eduardo Galvão, Luiz de Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira.

Em 1958 Castro Faria convida Roberto Cardoso, que estava vinculado à Seção de Estudos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), para trabalhar no departamento de Antropologia do Museu Nacional. Eles iniciam cursos de especialização, em meados de 1960, objetivando formar antropólogos.

Em 1960 o curso do Museu Nacional teve seis alunos, dentre os quais Roberto da Matta, Roque Laraia e Alcida Ramos. Durante três anos estes cursos funcionaram regularmente, ou seja, até 1963. Os alunos da segunda turma (Julio César Melatti, Marcos Magalhães, Rubinger...), funcionaram como auxiliares de campo daqueles da primeira turma estudando os Assurini (Roque Laraia) e os Gavião (Roberto da Matta). Melatti produziu sua tese sobre os Krahô e em 1970 publicou o conhecido livro **Índios do Brasil**. Os participantes da terceira turma (Cecilia Helm e Silvio Coe-

⁴² Vide Ribeiro, Darcy - Diários Índios. Os Urubu-Kaapor. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

⁴³ Darcy Ribeiro esteve entre os Urubu ou Kaapor de dezembro de 1949 a março de 1950 e também de agosto a novembro de 1951, no âmbito de atividades desenvolvidas pelo programa de pesquisas etnológicas do Museu do Índio (SPI).

lho...) pesquisaram, juntamente com Roberto Cardoso, os Ticuna, no Alto Rio Solimões.

Os estudos de antropologia em instituições científicas sediadas na própria Amazônia estavam se consolidando, conforme já foi dito, e Galvão apoiava profissionais para frequentar os cursos do Museu Nacional⁴⁴. A partir de 1963, entretanto, os cursos de especialização foram suspensos.

Darcy Ribeiro a este tempo organiza a Universidade de Brasília e convida Galvão para o setor de Antropologia. Em novembro de 1963 Galvão começa a dirigir o Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília e funda o Departamento de Antropologia (DAN)⁴⁵.

Nos anos de 1965 e 1966 foi duramente reprimida a experiência da Universidade de Brasília. Por força da imposição da ditadura militar o DAN foi desativado e forçado a uma dispersão dos antropólogos ali agrupados⁴⁶. Em fevereiro de 1966 E. Galvão retorna ao Museu Goeldi, em Belém,

⁴⁴ A produção intelectual de E. Galvão neste período sublinhava que a classificação de povos indígenas em grupos linguísticos deixava de ser satisfatória. O seu objetivo consistia numa "adaptação" do conceito de "área cultural" e suas respectivas divisões, tais como elaboradas por Steward e Murdock.. Em virtude disto adotava como critério determinante a "ênfase à distribuição espacial contígua de elementos culturais, tanto os de natureza ergológica, como os de caráter sócio-cultural (...). Igualmente importante é a definição da situação de contato e do contexto cultural das frentes pioneiras nacionais. Consideramos de maior significação enfatizar a ocorrência de fenômenos de aculturação inter-tribal." (GALVÃO, 1960:14-15). O conceito de área cultural, segundo Galvão, apresentaria dificuldades caso aplicado diretamente a povos indígenas no Brasil. Daí o procedimento que ele chama de "adaptação". No que concerne especificamente à Amazônia Galvão assinala o seguinte ponto de partida: "Uma tentativa pioneira deve-se a Wissler (1922) que embora interessado, particularmente, em aplicar o conceito de área cultural a tribos norte-americanas, o estendeu para a América do Sul, identificando em território brasileiro uma única área, a Amazônica. Sua caracterização tinha apoio no conceito de áreas de alimentação (food áreas), definindo-a como "área da mandioca". Kroeber (1923), fazendo a revisão do esquema geral de Wissler, manteve a área Amazônica, designando-a, porém, de área da Floresta Tropical. A pouca utilidade desse esquema, aplicado a problemas de etnografia brasileira, era flagrante e nenhum interesse despertou." (GALVÃO, 1960:4). Cf. "Áreas culturais indígenas do Brasil 1900-1959". **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Nova Série n.08. Janeiro de 1960

⁴⁵ Neste ano de 1963 E. Galvão apresentou na VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, de 8 a 12 de julho, um trabalho intitulado "A Etnologia Brasileira nos últimos anos". Ao enumerar as agências que estavam dinamizando a produção antropológica menciona, além de universidades e museus (Nacional, Goeldi e Paulista), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Então, na análise de Galvão, o fato mais novo concernia à criação do Centro de Estudos de Cultura e Línguas Indígenas do Brasil, da Universidade de Brasília, que iniciou, ainda em 1963, um programa compreendendo a região do Brasil Central e a Amazônia. Cf. Galvão, E. - "A Etnologia Brasileira nos últimos anos" in revista do **Museu Paulista**. Nova Série. Volume XIV. São Paulo, 1963 pp.38-44.

⁴⁶ Mediante este ato arbitrário o Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) decidiu transferir a VII Reunião da ABA, que deveria realizar-se em Brasília (DF), para a cidade de Belém (PA). A

onde reassume a Divisão de Antropologia. No mesmo período, em 1967, foi extinto o SPI e criada a Funai, que se constituiu numa agência destinada a comportar profissionais de diferentes formações acadêmicas, abrigados sob a designação burocrática e genérica de “antropólogos”, que demandassem estudar povos indígenas na Amazônia e ainda produzir “relatórios de identificação” e monitorar projetos econômicos implementados junto a povos indígenas.

Em 1966 Roberto Cardoso defende sua tese sobre os Terena e se volta, juntamente com Castro Faria e David Maybury-Lewis⁴⁷, para projetos de pesquisa com propósito não apenas de formar antropólogos, mas de consolidar a produção científica neste domínio de conhecimento. Para tanto combina o trabalho de pesquisa com o ensino, através da montagem de um programa de pós-graduação em antropologia social no Museu Nacional⁴⁸.

Entre 1962 e 1967 foram executados dois grandes projetos de pesquisa, que envolveram antropólogos do Museu Nacional e também de Harvard:

referida reunião foi realizada de 6 a 11 de junho de 1966 e inserida nas atividades do Simpósio da Biota Amazônica e das comemorações do centenário do Museu Goeldi. Importa acrescentar que de 1963 a 1966 a diretoria da ABA era assim composta: Presidente- Eduardo Galvão, Secretário Geral- Roberto Cardoso de Oliveira e Tesoureiro- Roque de Barros Laraia. O Conselho Científico era composto por: Luiz de Castro Faria, Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Herbert Baldus, Tales de Azevedo, René Ribeiro, Manuel Diegues Jr., Loureiro Fernandes, Protásio Frikel, Aryon Dall'Igna Rodrigues. Além de C.Wagley, E. Galvão e R.Cardoso apresentaram comunicações antropólogos já capacitados nos próprios cursos realizados no Museu Nacional, como Roberto da Matta e Aryon Dall'Igna Rodrigues, e em Belém, no Museu Goeldi, como Protásio Frikel, Expedito Arnaud, Edson Soares Diniz e Carlos Moreira Neto e ainda Napoleão Figueiredo e Anaiza Vergolino, ambos da UFPA. Também participaram ativamente inúmeros antropólogos norte-americanos vinculados ao Smithsonian Institution, tais como Betty J. Meggers, Clifford Evans, William H. Crocker, Marjorie Crofts, Patricia Ham e Arlo Lee Heinrichs. Mediante estas comunicações e aquelas outras na área de arqueologia, com Mário Simões (Museu Goeldi), e da antropologia biológica, com Francisco Salzano (UFRGS) (Cf. VII Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, Pará. 1966. 58p.), percebe-se uma tentativa de afirmação e reconhecimento científico das instituições regionais e de seus próprios antropólogos face aos aparatos do governo ditatorial.

⁴⁷ O livro de David Maybury-Lewis - **The Savage and the Innocent**, de 1965, descreve a sua experiência entre os Xerentes e os Xavantes. Ele, com sua mulher Pia e o filho Biorn, viveu oito meses entre os Xerente em 1955-56, e um longo tempo com os Xavante no decorrer de 1958.

⁴⁸ Roberto Cardoso realizou trabalho de campo entre julho e novembro de 1955, em sua pesquisa junto aos Terena com financiamento do Museu do Índio-SPI e a pesquisa junto aos Tükuna com apoio do CNPq teve seu trabalho de campo em abril e maio de 1959. Cf. Roberto Cardoso de Oliveira - **Os Diários e suas margens. Viagem aos territórios Terêna e Tükuna**. Brasília. Editora UnB/Fundação Biblioteca Nacional. 2002

i) “Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil”, elaborado por Roberto Cardoso de Oliveira, com apoio da UNESCO, agrupando pesquisadores que se formaram nos já citados cursos de especialização (Roque Laraia, Roberto da Matta, Julio César Melatti...) e achavam-se referidos a situações sociais empiricamente observáveis na Amazônia.

ii) “Harvard Central Brazil Research Project”, elaborado por David Maybury-Lewis, objetivava o estudo comparativo das sociedades jês do Centro-Oeste brasileiro. Participaram Terence Turner, Joan Bamberger, J. Christopher e Jean Lave, estudantes de antropologia em Harvard, e Roberto da Matta e Julio C. Melatti. A noção de “Brasil Central” adentrava pelo vale do Tocantins - Araguaia nos Estados de Goiás e Maranhão. A cidade de Imperatriz (MA) constituía-se num dos principais lugares de referência da pesquisa.

Estas iniciativas de pesquisa articuladas com os profissionais que frequentaram os cursos de especialização para formação de antropólogos convergiram, em 1968, para a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

Pode-se sublinhar, para efeitos de síntese deste tópico, que esta pré-história do ensino de pós-graduação em antropologia apresenta, portanto, dois fatores elementares:

i) as experiências de ensino aparecem indissociáveis do **trabalho de campo** ou surgem necessariamente vinculadas à existência de projetos de pesquisa, que impõem pedagogicamente uma discussão sistemática dos dados coletados e dos respectivos relatórios, cujos resultados últimos irão desaguar em dissertações de mestrado e depois em teses;

ii) **toda pesquisa antropológica na Amazônia até então estava ancorada principalmente nos Museus.** A experiência de C. Wagley, vinculado à Universidade de Columbia, e a de E. Galvão que aí defendeu sua tese e a de Octavio da Costa Eduardo vinculado à Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo, embora constituíssem uma exceção, de certo modo, também passavam pelos museus, posto que para a realização de seus respectivos trabalhos de campo colaborou de maneira decisiva o Museu Nacional.

Com a criação da SUDAM, em 1966, foram executados planos de desenvolvimento por bacias hidrográficas e estimuladas pesquisas realizadas doravante por empresas de consultoria (Sondotécnica, CERET, Hidroservice, Engevix). Ocorreu de maneira concomitante a extinção do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com denúncias de responsabilidade por suposto “genocídio”⁴⁹, e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, objetivando, dentre outros propósitos, administrar a relação dos grandes empreendimentos dirigidos para a Amazônia com os povos indígenas. Estas empresas de consultoria, como a Sondotécnica Engenharia de Solos, que realizou pesquisas nos Vales do Xingu e do Tapajós, por seu turno, incorporaram, em 1973-74, pela primeira vez, antropólogos às suas equipes técnicas responsáveis por levantamentos sócio-econômicos dos referidos vales. Novamente a referência principal foi o Museu Nacional que desde 1968 havia criado o Programa de Pós Graduação em Antropologia Social a partir das mencionadas experiências dos cursos de especialização e dos dois projetos de pesquisa igualmente já citados.

Em 1968-69, através do Projeto “Estudo do Colonialismo Interno”, coordenado por Roberto Cardoso, pesquisadores do Museu Nacional realizaram pesquisas, com fins de dissertação, focalizando as chamadas “frentes de expansão” e os chamados “povos tradicionais” na Amazônia⁵⁰.

No segundo semestre de 1968, a partir de convênio firmado entre a SUDAM e o Museu Goeldi, a Divisão de Antropologia deste Museu promoveu um curso de especialização intitulado “Curso de Pesquisa Social”. Den-

⁴⁹ Cardoso rebate a denúncia de genocídio, afirmando que “Nunca um termo foi tão mal aplicado! (...) Entre os erros cometidos pelo SPI, o genocídio não lhe pode ser imputado - com o risco de se cometer intolerável injustiça.” (Cardoso, 1972:9). Para maiores informações consulte-se: Roberto Cardoso de Oliveira - A Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro/Editora da USP. 1972.

⁵⁰ No prefácio à 3ª. edição do livro de Otávio Velho intitulado **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Manaus. UEA/PNCSA. 2013, (a primeira edição é de 1972) tentei reconstituir de maneira breve, através de relatos, cartas e documentação arquivística, as relações das equipes de pesquisa, compostas de mestrandos e professores do PPGAS do Museu Nacional. O prefácio nomeado como “A Turma do Brasil Central e a Antropologia da Amazônia” já assinala como um novo gênero textual vai se impondo na produção antropológica a partir de projetos de pesquisa que enfatizam descrições etnográficas e questões ligadas à mobilização de povos indígenas e camponeses.

tre os alunos que concluíram o curso 5 (cinco) foram admitidos como bolsistas na Divisão de Antropologia.

Em 1969 Roque de Barros Laraia foi convidado para organizar o Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Com ele foram também para a UnB: J.C. Melatti, Mireya Suarez e Eurípedes da Cunha, constituindo o núcleo inicial da nova fase de estudos antropológicos da UnB. A primeira iniciativa deste referido núcleo foi implantar a “Habilitação em Antropologia” no Curso de Ciências Sociais.

Em 1972 antropólogos do PPGAS do Museu Nacional desenvolveram trabalhos de pesquisa com “povos tradicionais” na Baixada Maranhense, numa avaliação da ação missionária canadense. A parte antropológica da avaliação foi orientada por Roberto da Matta, que mobilizou Laís Mourão e Regina Prado. Estas por sua vez, através da indicação de Lygia Sigaud, tiveram como assistentes no trabalho de campo: Terri Valle de Aquino, João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner. Entre 1975 e 1977, através de Projeto Emprego e Migração no Nordeste, coordenado por Moacir Palmeira, foi dedicado um tópico ao tema de migrações e campesinato na Amazônia, repensando as relações entre “*plantations*” e fronteira. Enquanto no Nordeste compunham a equipe de pesquisa, além de Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, José Sergio Leite Lopes, Afranio Garcia, Rosilene Alvim, Beatriz Heredia e Eliane O’Dwyer, dentre tantos outros; pesquisavam na Amazônia Otavio Velho, Neide Esterci e Alfredo Wagner. Em 1975 Laís Mourão e Alfredo Wagner retornaram ao Maranhão e publicaram um conhecido trabalho sobre questões agrárias em **Pesquisa Antropológica** ns. 9 e 10., publicação periódica organizada por Melatti e Martin Alberto Ibáñez-Novion, que circulou entre 1975 e 1983.

Em 1976 por meio de projeto de pesquisa sobre Hábitos Alimentares, coordenado por Otavio Velho, foram realizadas pesquisas no Baixo Amazonas (Santarém) e no Maranhão (Vale do Mearim). A seguir pelo menos três orientados de Velho pesquisaram situações sociais no Maranhão.

Nos anos 70, vale frisar, Eduardo Galvão encontrava-se no Museu Goeldi, em Belém. Com uma equipe reduzidíssima e sem condições de montar um grande projeto de pesquisa ou de assegurar uma reprodução dos

quadros profissionais em antropologia, Galvão mantinha pesquisa com povos indígenas do Rio Negro. Seus estudantes ou auxiliares de pesquisa do Museu Goeldi eram estimulados a aplicarem principalmente para o PPGAS do Museu Nacional.

Em 1972 Roberto Cardoso se transfere do PPGAS do Museu Nacional para a Universidade de Brasília (UnB) onde coordena a montagem da pós-graduação em antropologia. Roque de Barros Laraia e Júlio César Melatti, que já se encontravam na UnB e que haviam participado dos cursos de especialização do Museu Nacional do início dos anos 60, juntamente com Alcida Ramos, reforçam o corpo de profissionais voltados para estudos na região amazônica. Em 1973 dão início ao Curso de Mestrado em Antropologia na UnB, reforçando a área de “etnologia indígena” com os antropólogos: Peter Silverwood, Kenneth Tylor e David Price.

A partir da segunda metade dos anos 70 os PPGAS da UnB e da Unicamp se colocaram mais firmemente face a esta questão notadamente estudando povos indígenas nos altos rios Solimões e Negro, no Amazonas, e também em Roraima, no Mato Grosso e no Acre. A este tempo a ação de pesquisa de antropólogos da USP, no que concerne à Amazônia, ocorria junto a povos indígenas no Amapá, no Maranhão e no Pará (Tocantins e Baixo Amazonas).

Até o final dos anos 70 as chamadas comunidades camponesas e os povos indígenas da Amazônia permaneceram na ordem do dia de projetos de pesquisa seja do PPGAS do Museu Nacional, seja do Museu Goeldi, bem como dos PPGA's da UNICAMP e da USP.

O CNPq, por sua vez, desde 1980, objetivando atender às necessidades regionais e visando uma ação mais descentralizada implementou agências no Nordeste (Recife) e no Centro-Sul (São Paulo). Para a Amazônia, entretanto, foi instituído o Projeto Trópico Úmido⁵¹, atribuindo ênfase ao quadro natural e sem qualquer medida mais significativa para o desenvolvimento do ensino ou pesquisa em antropologia.

⁵¹ Cf. CNPq- **CNPq-Origens e Perspectivas**. Brasília. CNPq.1980 33pp

Nos últimos 35 anos assistimos aos desdobramentos daquelas vertentes de pesquisa antropológica aqui rapidamente mencionadas. Uma delas concerne ao Pará. Entre 1990 e 1997, foi realizado no âmbito da Universidade Federal do Pará o “Curso de Especialização em Teoria Antropológica”. Em 1994, a partir de experiências com sete versões do referido Curso de Especialização, foi fundado o Mestrado em Antropologia na UFPA. O não oferecimento do curso de especialização a partir de 1997 ampliou a demanda pelo Mestrado, alcançando candidatos do Maranhão e do Amazonas. Até fevereiro de 2004 defenderam suas dissertações e receberam o respectivo título 52 mestres. A quase totalidade das pesquisas elegeu referências empíricas no próprio Estado do Pará. A partir de 2003, entretanto, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e com dificuldades inerentes à manutenção de um Mestrado em Antropologia ocorreu uma modificação. A Antropologia passou a constituir-se tão somente numa das áreas de concentração do referido Programa, juntamente com a Sociologia⁵².

Os cursos de especialização em “Gestão em Etnodesenvolvimento”, organizados por Antonio Carlos Souza Lima e apoiados diretamente por João Pacheco de Oliveira Filho, em suas várias versões no Amazonas, no Pará e em Roraima, consistiram numa outra vertente. Caso venhamos a enumerar os pesquisadores que delas participam, talvez possamos ter como resultante uma vasta “rede de antropólogos”, em franca atividade, ocupando postos nas esferas públicas e privadas.

Estas três últimas décadas coincidem ademais com uma transição essencial, qual seja aquela em que os “povos tradicionais” rompem de vez com a condição de “sujeitos biologizados” designados como “populações”, considerados como necessariamente atrelados às unidades de preservação dos recursos naturais, e passam a se colocar como “sujeitos sociais”, politicamente mobilizados. Os trabalhos de pesquisa antropológica correspon-

⁵² Vide Beltrão, Jane F. (org.) - **Antropologia na Amazônia. Balanço e resumos de dissertações (1994-2004)**. Belém. UFPA. 2006

dentos a este período recente deixam entrever os efeitos deste processo de desnaturalização. Pela relevância desta passagem, de uma existência atomizada a uma existência coletiva, têm-se meios de interpretação mais acurada do advento dos movimentos sociais, em especial o movimento extrativista (seringueiros, castanheiros e quebradeiras de côco babaçu), o movimento indígena e o movimento quilombola⁵³.

Do ponto de vista do aparato governamental pode-se dizer que em 1985 começaram a ser esvaziados os órgãos de planejamento regional em favor de uma nova modalidade de desenvolvimento apoiada na cooperação técnico-científica internacional, nos fatores ecológicos e em “grandes projetos” apoiados por agências multilaterais. Os critérios de competência e as medidas concernentes aos povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e ribeirinhos, passaram a contar com novos aportes financeiros e instituições voltadas, sobretudo, para questões ambientais. Em 1990-91 foi constituído o Programa Piloto de Preservação de Florestas Tropicais (PPG-7) e em uma de suas subdivisões criado um programa específico voltado para terras indígenas, absorvendo notadamente antropólogos. O objetivo de realizar um zoneamento ecológico e econômico da Amazônia veio a favorecer tal absorção. Os antropólogos passam a ser recrutados também não apenas como implementadores locais, mas como gestores de políticas governamentais, num momento em que os fatores étnicos se tornam elementos imprescindíveis para uma “nova” administração pública, que igualmente conjugava fatores ambientais. O entendimento oficial consistia em fortalecer institucionalmente povos e comunidades tradicionais sob o signo de uma “sociedade civil organizada”, idealmente representada pelo GTA. Os antropólogos se destacam, pois, como uma das principais formações científicas recrutadas para este fim. De igual modo isto já ocorria com certos empreendimentos privados. Por exemplo: mais de uma dezena de antropólogos

⁵³ Analisei esta passagem na seguinte publicação, de minha autoria: **Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto. Terras Tradicionalmente ocupadas**. Manaus. UFAM. 2008. 2ª. ed.

foram absorvidos através do Convênio firmado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com os povos indígenas afetados pela consolidação da Província Mineral de Carajás e suas obras de infra-estrutura (barragens, ferrovia, porto, minas, rodovias, linhas de transmissão, hidrovias etc.) em meados dos anos 80.

Agências financeiras, responsáveis indiretas pelos chamados “grandes projetos” de cunho “desenvolvimentista”, e empresas mineradoras começavam a se insinuar mais fortemente no campo da antropologia, tal como há muito já sucedia no campo das ciências naturais⁵⁴. De certo modo isto foi facilitado pelas próprias instruções e dispositivos jurídico-formais instituídos a partir da Constituição Federal de 1988, tais como as resoluções do CONAMA, as diversas portarias ministeriais preocupadas com os efeitos socioambientais daqueles “grandes projetos” e, mais recentemente, a regulamentação de artigos do ADCT como seria o caso do Art.68, que trata das comunidades remanescentes de quilombos.

Declínio das agências de fomento e dos mediadores no campo burocrático ou perda de poder por parte de autoridades científicas, universitárias, vinculadas ao aparato de Estado.

Estamos hoje diante de uma nova divisão do trabalho científico, que se reflete em modalidades intrínsecas de atuação da cooperação técnica e científica internacional e em estratégias empresariais que incorporam o fator ambiental e avançam celeremente sobre diferentes campos de conhecimento científico e sobre os denominados conhecimentos tradicionais.

Na interpretação de André Gorz sobre as tendências atuais do desenvolvimento do capitalismo e sua relação com a produção de conhecimentos tem-se o seguinte:

“Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capi-

⁵⁴Um exemplo para ser recordado aqui se trata da criação e consolidação do curso de geologia da UFPA.

tal dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital de conhecimento” ou “capital de inteligência”. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato, simples, que desde Adam Smith, era considerado como a fonte do valor é agora, substituído por trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não podem mais se aplicar.

Os anglo-saxões falam do nascimento de uma *knowledge economy* e de uma *knowledge society*; os alemães de uma *Wissensgesellschaft*; os autores franceses de um “capitalismo cognitivo” e de uma “sociedade do conhecimento”. O conhecimento (*knowledge*) é considerado como a “força produtiva principal”. Marx mesmo já notava que ele se tornaria “die grosste Productivkraft” e principal fonte de riqueza” (GORZ, 2005;14) (g.m.)

Há transformações referidas ao campo de lutas da economia do conhecimento⁵⁵, que requerem uma redefinição de procedimentos de pesquisa. Adstritas a estas transformações tem-se as dificuldades operativas de se manter os padrões de trabalho científico nos cursos de pós-graduação em antropologia, cada vez mais instados a responder a demandas de caráter operacional e emergencial. Há um conjunto de dispositivos jurídicos que reforça esta tendência⁵⁶, requerendo competências e critérios de saber intrínsecos à antropologia. Laudos, perícias e pareceres consolidam-se como novos gêneros textuais. De igual modo as narrativas indígenas e quilombolas passam a usufruir plenamente de um reconhecimento jurídico.

⁵⁵ Cf. Gorz, André - **O imaterial. Conhecimento, valor e capital**. São Paulo. Annablume. 2005. (tradução de Celso Azzan Jr.).

⁵⁶ Vide Decreto n.3.945, de 28 de setembro de 2001, que define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para seu funcionamento. Há também leis estaduais do Acre e do Amapá que dispõem sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos, e leis municipais que disoem sobre o processo de reconhecimento dos Ofícios Tradicionais de Cura. Para uma apreciação deste conjunto de dispositivos leia-se: A.W.B. de Almeida (org.) e Sheilla B. Dourado - **Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Manaus. UEA Eds. 2013. 2a. edição revista e aumentada.

Novas estratégias empresariais

A partir do advento de empresas que passam a prestar serviços de consultoria e planejamento no âmbito de uma ação ambientalista transnacional (planos de manejo, de reflorestamento, de recuperação de bacias hidrográficas, de implementação de áreas reservadas, bem como a produção dos relatórios de impacto e os chamados “diagnósticos” requeridos pelo licenciamento) e de laboratórios de biotecnologia, que classificam extratos, resinas, ervas etc.; tem-se o advento de uma nova estratégia empresarial, que se interessa pela pesquisa em ciências biológicas e humanas e pelas unidades sociais definidas como “comunidades”. De um lado a identificação do potencial das “mercadorias” (recursos naturais transformados) candidatas a *commodities* e de outro as novas demandas de cursos colocadas à universidades federais e estaduais para “capacitar” executivos e gerentes de empresas mineradoras, de energia elétrica, de extração petrolífera, de papel e celulose, de produção de alumínio e similares, bem como aquelas demandas que buscam se apropriar a todo custo do patrimônio genético. Assiste-se tanto a denúncias continuadas de biopirataria, quanto a disputas em torno da adoção de dispositivos legais (decretos, leis), que permitam uma apropriação do patrimônio genético por indústrias farmacêuticas, de cosméticos, químicas e laboratórios de biotecnologia. Verifica-se, em decorrência, uma multiplicação de casos de usurpação dos conhecimentos tradicionais por empreendimentos industriais. Constata-se também que setores exportadores mais agressivos parecem incorporar o fator étnico e o conhecimento dos “povos tradicionais” e suas peculiaridades nas práticas gerenciais e administrativas. A intensidade dos conflitos sociais e os novos dispositivos jurídico-formais impõem “novas” exigências técnicas nas rodadas de negociações. Quem senta à mesa deve saber dialogar com o conhecimento concreto de realidades localizadas. Ganham força neste contexto uma antropologia de “administração de conflitos”⁵⁷, apoiada em instrumentos etnográficos, e uma antro-

⁵⁷ Wolfe, Alvin W. and Yang, Honggang(ed)- **Anthropological Contributions to Conflict Resolution**. Southern Anthropological Society Proceedings n.29. Athens and London. The University of Georgia Press. s/d

pologia aplicada com seus instrumentos de intervenção baseados no utilitarismo.

Nos quadros de montagem de uma nova modalidade de tutela, nos termos de uma inspiração neocolonialista, tem-se que todas as agências multilaterais e de cooperação internacional estampam antropólogos dentre seus quadros dirigentes e de intervenção em realidades localizadas. Eles trazem para as universidades públicas, que são as mais proeminentes na Amazônia, as condições de possibilidade facultadas pelos empreendimentos privados. A “expansão dos negócios” requer conhecimentos mais detidos de povos indígenas, de quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu, de seringueiros e ribeirinhos; de suas formas político-organizativas e de seus “conhecimentos tradicionais”. Petrobrás e Eletronorte demandam cursos e requerem antropólogos, tais como indústrias de cosméticos e farmacêuticas, laboratórios de biotecnologia e empresas de consultoria. Indústrias de cosméticos chegam a facultar bolsas de pesquisa para antropólogos. Sem dizer de associações voluntárias da sociedade civil, as grandes ong’s ambientalistas, que absorvem profissionais em antropologia e parecem estar sendo paulatinamente convertidas em iniciativas empresariais. Alcoa e CVRD igualmente requerem “cursos de especialização” ou “conferências tecnificantes” e contratam antropólogos de renome para ministrá-los. De certo modo “imitam” o Banco Mundial, o BID e as agências de cooperação internacional, que possuem antropólogos no quadro de definidores de suas políticas e nos mecanismos de monitoramento das “ações operacionais” face aos “povos tradicionais” da Amazônia e de outras regiões tropicais, sejam elas ambientais, agrárias e/ou étnicas. Aliás, conhecimentos intrínsecos aos estudiosos da estrutura agrária, dos fatores étnicos e de procedimentos cartográficos e de mapeamento social de povos e comunidades tradicionais passam a constar dos serviços prestados por ong’s num processo de mercantilização cada vez mais acentuado. A responsabilidade científica e social se transforma num pálido pano de fundo de determinadas ações empresariais cujos efeitos estão por ser analisados de maneira mais detida e rigorosa.

O exemplo mais contundente concerne ao manual elaborado a partir de uma ação financeira conjunta do The World Bank e do International Council on Mining & Metals, intitulado “Toolkit-Ferramentas para desenvolvimento de Comunidades”. Enumera 17 ferramentas que poderiam contribuir para o chamado “desenvolvimento sustentável” de “comunidades locais” nas áreas onde as minas estão localizadas, resultando no que consideram uma “administração dos riscos sociais”. Participaram da elaboração de tal manual, cujos custos de tradução no Brasil foram assumidos pela empresa mineradora Vale (ex - CVRD, Companhia Vale do Rio Doce), consultores, com formação em antropologia, que com toda certeza leram F. Tönnies, E. Durkheim e M. Weber. Então, tem-se um produto final singular: um manual produzido por cientistas sociais a partir de uma encomenda de empresas mineradoras para disciplinar relações com unidades sociais designadas como “comunidades”. Uma das alegações para tanto, mencionada explicitamente na página 14 da Versão Preliminar do referido manual, sublinha que a adoção destas ferramentas propiciaria às mineradoras o seguinte:

“Uma melhor reputação na comunidade financeira, no governo e entre outros envolvidos.”

Em outras palavras uma ação para fora mais parecendo uma vitrine para “inglês ver” ou uma cortina de fumaça, evanescente como as medidas efêmeras, que dissipam os efeitos reais da extração mineral intensificada e predatória.

Empreendimentos financeiros têm praticado inclusive uma nova modalidade de “coleccionismo” ou uma espécie de mecenato, adquirindo peças e compondo coleções (artes plumárias, cerâmicas, artesanatos de palha e fibras, urnas funerárias, instrumentos de caça, pesca e extração vegetal,) para fins de exposições, de mostras e de exposições internacionais. O mesmo parece suceder com peças dos sítios arqueológicos, que passam a constituir acervos de empresas privadas, que financiam sua “recuperação” ou “salvamento” em extensas listas de profissionais contratados. Trata-se de um capítulo de financeirização do patrimônio cultural de povos indígenas e quilombolas numa economia globalizada. Um exemplo a ser estudado

com atenção concerne ao espólio do Banco Santos, cujos artefatos da coleção de seu principal executivo, a chamada “Cid Collection”, que agora integraria a massa falida da citada agência financeira, foram exibidos na Exposição “Brésil Indien”, em Paris, em meados de 2005. A intervenção atual do Ministério Público Federal coloca em pauta procedimentos investigatórios e mobiliza arqueólogos na preservação destes artefatos. O MPF nomeia também antropólogos para elaboração de laudos e trabalhos de perícia, que objetivam descrever etnograficamente as perdas e danos das comunidades face à ação dos grandes empreendimentos e mesmo das denominadas obras de infraestrutura, militares⁵⁸ e de serviços básicos.

Entidades profissionais e conhecimento científico

Entidades religiosas como fonte de financiamento de pesquisas, sobretudo em linguística, também podem ser aqui mencionadas. Um exemplo mais conhecido trata-se das pesquisas para edição do **Ethnologue**, que é geralmente apresentado como o maior compêndio sobre línguas já feito no planeta, e que vem sendo reatualizado desde 1951, sob os auspícios do *Summer Institute of Linguistics*.

A posição de antropólogo (linguista, arqueólogo) estaria, no momento atual, disposta num complexo campo de debates e polêmicas, que colocam em questão o grau e as modalidades de institucionalização em jogo. Os projetos de lei e as leis já aprovadas, visando a co-oficialização de línguas indígenas no plano municipal, tal como sucede em São Gabriel da Cachoeira (AM), com a Lei n.145/2002 sobre as línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, ou nos municípios de Pancas (Lei n.987/2007), Santa Maria de Jetibá (Lei 1.136/2009) e Domingos Martins (Lei n.2356/2011) no Esta-

⁵⁸ O exemplo mais flagrante com respeito a obras de cunho militar concerne à Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, que desde 1980, ou seja, durante 40 anos, mantém situação de conflito social com comunidades quilombolas em virtude de tentativas sucessivas de apropriação das terras tradicionalmente ocupadas por estas comunidades. Vide: Almeida, A.W.B. de - **Os Quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara**. Brasília. MMA.2006. 2 vols.

do do Espírito Santo, no que concerne à língua pomerana, se inscrevem nas novas demandas dos movimentos sociais (indígenas, pomeranos, ciganos) e nos novos temas colocados à prática dos antropólogos.

Não apenas os temas, mas também os objetivos e os meios de pesquisá-los estariam sendo redefinidos rapidamente e colocando “outras necessidades” aos que observam o primado da autonomia na produção científica face às tentativas de transformar o esforço intelectual em conhecimento útil e aplicado. Uma das características mais fortes refere-se ao *modus operandi* das agências de desenvolvimento, que está sendo alterado radicalmente, juntamente com aquele das grandes empresas e dos aparatos governamentais voltados para a implementação de megaempreendimentos e dos chamados “corredores logísticos”. As transformações na gestão e uso dos recursos naturais e no próprio domínio formal e efetivo das florestas públicas, incluindo-se aqui a própria linguagem classificatória destes bens, assinalam novas demandas de conhecimento e novas relações profissionais na produção científica. Os critérios de competência e saber em antropologia passam a constar de maneira explícita de programas, projetos e planos quer sejam governamentais, de instituições privadas ou de entidades confessionais.

“Antropologia de relatórios”

Em virtude disto as trajetórias acadêmicas, pensadas individualmente, estariam sofrendo ademais um certo tipo de deslocamento, com uma acentuada inflexão para antropologia aplicada⁵⁹. Nesta mudança de

⁵⁹O significado desta modalidade de antropologia pode ser ilustrado com respeito ao periódico *Applied Anthropology*, que data de 1941, quando, em virtude da declaração de guerra, era demandada uma intervenção direta de antropólogos nos esforços de ações bélicas. Para alguns intérpretes da história da antropologia, mais afinados com uma disciplina aplicada, a passagem de “funcionário colonial” para “profissional habilitado a lidar com minorias” não registrou quaisquer problemas. Durante a Segunda Guerra os antropólogos norte-americanos foram acionados para servir no “War Relocation Authority”, no Conselho de Trabalho de Guerra e no Departamento de Informações de Guerra, focalizando problemas de minorias dentro dos Estados Unidos. Os conhecimentos antropológicos, segundo assevera Kluckhohn, em 1949, foram utilizados então “para empregar trabalhadores nativos na produção de alimentos nas áreas nativas e para conseguir a cooperação dos nativos com a causa aliada. Muitos antropólogos ajudaram a treinar 4.000 oficiais do Exército e 2.000 da Marinha para o governo

direção verifica-se também que estão sofrendo profundas alterações os gêneros de produção intelectual. O utilitarismo parece adquirir maior força explicativa. A criticável “antropologia de relatórios”, eufemizada por “diagnósticos” e “levantamentos rápidos” ou “ligeiros”, passa a ganhar certa proeminência. Não são poucos os profissionais que ficam com um pé nas universidades públicas e outro em organizações não-governamentais ou em serviços de consultoria, prestando serviços para viabilizar os chamados “consórcios” e “parcerias”, ou ainda em empreendimentos e plantas industriais. Não são poucos também os profissionais em antropologia absorvidos pelos órgãos públicos, através de concursos de anos recentes ou de DAS determinados (SEPPIR, MDA, MDS, MMA...) em aparatos e autarquias de intervenção direta (INCRA, IBAMA, ICMBIO, FUNAI). Inclua-se aqui o MPF e os MPs estaduais e seu crescente corpo técnico de antropólogos⁶⁰, apropriadamente mobilizável na produção de componentes processuais e de licenciamento, de análise de práticas de violência⁶¹ e de denúncias de genocídio, dirimindo questões complexas e situações conflituosas.

De outra parte tem-se que *laudos antropológicos*, perícias, *relatórios de impacto* (como no caso de rodovias, portos, hidrovias, linhões de transmissão de energia elétrica, gasodutos, bases de lançamento de foguetes, minerodutos, barragens, oleodutos) e *pareceres* mostram-se também como gêneros de produção científica (e notadamente antropológica) cada vez

militar de territórios ocupados. Os antropologistas desempenharam um papel importante, elaborando a série de folhetos distribuídos aos soldados das forças armadas, que, do ponto de vista de instrução, percorriam toda a gama, desde o emprego de gíria australiana até o comportamento adequado para com as mulheres do mundo muçulmano." (Kluckhohn, 1963:166). Antropólogos tornaram-se autores destes breves manuais, dos chamados "diagnósticos" para balizar intervenções militares diretas e de ensaios sobre relações de poder e instituições políticas dos inimigos, que contribuíam para ações geopolíticas como no caso da manutenção da figura do imperador após a derrota militar do Japão. Para um aprofundamento consultar: Kluckhohn, Clyde- *Antropologia-um espelho para o homem*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia Ltda.1963 (tradução de Neil R. da Silva). No pós-guerra, em 1949, aquele periódico citado passou a denominar-se *Human Organization* e as demandas de serviços antropológicos conheceram modificações sensíveis.

⁶⁰ Leia-se: Sanday, Peggy Reeves (ed)- **Anthropology and the public interest-Fieldwork and theory**. New York. Academic Press, Inc. 1976

⁶¹ Leia-se para efeitos de contraste: Almeida, A.W.B. de - "Cowboy Anthropology: nos limites da autoridade etnográfica". *Revista Entreprios - Etnicidade e Perspectivas Etnográficas*. n.01. Teresina. PPGA-UFPI pp.8-35

mais difundidos e devidamente institucionalizados⁶². Atralam-se às tensões e conflitos sociais, notadamente os que envolvem fatores ambientais⁶³, objetos da ação jurídica. Acompanham também a demanda permanente que se desdobra consoante a implantação, por parte dos órgãos governamentais, dos denominados “grandes projetos de infraestrutura” e, por parte de empresas, dos chamados “projetos de expansão”. Neste contexto os movimentos indígenas, quilombolas e demais movimentos sociais também incorporam antropólogos em suas mobilizações, solicitando argumentos que apoiem as pautas reivindicatórias⁶⁴.

Para interpretações anti-constitucionalistas, que consideram a jurisdição constitucional definida no pós-II Guerra Mundial para as antigas colônias como a captura da política pelo judiciário, a antropologia se aproxima em demasia tanto de estratégias empresariais quanto, paradoxalmente, dos mecanismos de controle sobre os gestores públicos e sobre a implantação dos grandes empreendimentos privados. A pergunta que se coloca é se os laudos antropológicos expressariam, deste ponto de vista, não apenas incongruências, mas também um instrumento tutelar? Esta discussão certamente não pode ser interrompida no âmbito da associação científica, a ABA, e deve ter prosseguimento, fomentando debates, até para rebater interpretações que forcem o que se poderia chamar de “redução antropológica”.

As condições de mercado destes mencionados bens simbólicos ditam as “novas” demandas e as possibilidades de envolver um número maior de pesquisadores e de estudantes de antropologia, de tecnificar laboratórios e centros de pesquisa e de redimensionar o que for considerado extremamente escasso ou “em extinção” sejam “objetos”, “meios” ou “sujeitos”.

⁶² Consulte-se O'Dwyer, Eliane Cantarino - **O papel social do antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro. LACED/ e-papers, 2010.

⁶³ Consulte-se Leite Lopes, José Sergio - **A ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e controle Público da Poluição Industrial**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2004.

⁶⁴ Consulte-se: Pacheco de Oliveira, João - "Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogênese dos atuais movimentos indígenas no Brasil". In Aarão Reis, D. et all (orgs)- *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora. 2009 pp. 29-46.

Por outro lado, constata-se uma tendência de monopólio de recursos técnicos e instrumentais por parte de empresas, cujo raio de ação estaria fora do alcance das universidades regionais. Tal tendência envolve, sobretudo, laboratórios farmacêuticos e empresas de biotecnologia e suas variantes (indústrias de cosméticos, indústrias químicas, de tintas etc), que preconizam novas regras para incorporarem a cobertura vegetal, os recursos hídricos, as resinas, os extratos e os próprios manguezais, babaçuais e carnaubais ao processo produtivo. Envolve também a ação das empresas mineradoras e petrolíferas que buscam subordinar as universidades públicas por dentro, através da montagem de institutos de tecnologia com finalidades específicas. Tais regras transcendem à divisão usual, qual seja, “mercado segmentado” versus “mercado de **commodities**”, e delinham uma incorporação de recursos científicos através do conhecimento aprofundado de ecossistemas e de comunidades tradicionais. Este tipo de conhecimento requer competências e experimentos que são intrínsecos aos pós-graduados e, sobretudo aos doutores que são levados a acoplar às suas “especialidades” respectivas a necessidade de conhecimento concreto da “região amazônica”. A divisão do trabalho científico aqui abrange não apenas biólogos botânicos, zoólogos, geólogos, economistas, geógrafos, ecólogos, arqueólogos e engenheiros, mas também sociólogos e antropólogos. Uma ilustração disto refere-se à contratação permanente e/ou temporária de antropólogos por grandes empresas de cosméticos e similares, como Natura, Aveda e Unilever, e por empresas similares que se apresentam como indissociadas dos chamados “conhecimentos tradicionais” ou “saberes nativos” como a Body-Shop. Em suma, os novos interesses empresariais incorporam um certo tipo de trabalho científico, notadamente antropológico, e demandam também, no mais das vezes, “conhecimentos úteis ou aplicados”, que correm o risco de tornar a antropologia uma “técnica”. Enquanto “técnica” ela é reduzida a um instrumento de intervenção e cada vez mais destituída de sua autoridade científica e de sua perspectiva crítica e reflexiva. Eis um enorme risco.

A “década de grande expansão”, assinalada para a implementação dos programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia, pode ser

lida, neste sentido, como uma situação preocupante e de extrema gravidade, pois, coincide com a criação de lugares institucionais sob questionamento constante relativo aos fins e à qualidade do que tem sido produzido. Nesta ordem qualquer triunfalismo consiste numa temeridade e qualquer tutela implica numa prudência analítica e numa visão mais crítica com respeito às ameaças à autonomia na produção científica.



II PARTE



PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA

Há três Programas de Pós-Graduação em Antropologia já consolidados na Amazônia, sendo dois deles na Universidade Federal do Pará (UFPA), quais sejam: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), e o terceiro na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Estes três programas de pós-graduação datam respectivamente de 2002, 2007 e 2010, isto é, já tem 17, 12 e 09 anos de existência, tendo passado por no mínimo dois quadriênios de avaliação. Consistem em iniciativas que lograram êxito recentemente, perfazendo em seu conjunto uma sequência de oito anos de implementação, no decorrer da primeira década do século XXI, e ressaltando a relevância do ensino e da pesquisa em antropologia nas estratégias governamentais relativas à Amazônia. São eles que subsidiam na região amazônica a classificação oficiosa designada como “uma década de grande expansão” e que busco problematizar no presente relatório. Além disto, em junho de 2018, foi aprovada pela CAPES a solicitação do PPGCSPA da UEMA, que se encontrava na área de ciência política, para passar à área de antropologia. Trata-se do mais recente programa, que se encontra em con-

solidação⁶⁵. Com ele totalizam, portanto, quatro os programas de pós-graduação em antropologia hoje existentes na Amazônia.

A seguir apresentarei os quadros demonstrativos correspondentes aos três cursos de Doutorado e aos quatro de Mestrado, que compõem os mencionados Programas de Pós-Graduação, e logo após irei apresentando os demais dados relativos aos docentes e discentes, às linhas de pesquisa, às áreas de concentração, aos grupos de pesquisa e às condições logísticas de funcionamento destes respectivos programas de pós-graduação.

Quadro I - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO. DOUTORADO

PROGRAMA	SIGLA DA INSTITUIÇÃO	DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO
		PÓS-GRADUAÇÃO	GRUPO DE PESQUISA ⁶⁶	
DOUTORADO EM: • SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	• PPGSA / UFPA	2002 ⁶⁷	• 2005 - Violência e Diálogo: investigações em torno da Sociologia da Ética	CNPq / CAPES / FAPESPA / FINEP
DOUTORADO EM: • ANTROPOLOGIA SOCIAL	• PPGSA / UFPA	2010	• 2002 – NAURBE	CNPq / CAPES / FAPEAM / INCT / IBP // MCTI INPA/
DOUTORADO EM: • ANTROPOLOGIA	• PPGSA / UFPA	2010	• 1999 - Cidade, Aldeia & Patrimônio • 1999 - Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente	CNPq / CAPES / FAPESPA

⁶⁵ Trata-se de uma situação em que um programa de pós-graduação, até recentemente referido à área de Ciência Política, solicitou à CAPES sua mudança para a área de Antropologia, por ter seu corpo docente constituído fundamentalmente de antropólogos e pelo fato de suas disciplinas e trabalhos de pesquisa estarem principalmente referidos à produção antropológica. Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA-UEMA), que funciona desde 2013, cuja coordenação do primeiro quadriênio esteve a cargo da antropóloga Cynthia Carvalho Martins e atualmente da antropóloga Patrícia Portela Nunes. Em junho de 2018 esta solicitação foi atendida.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO

São quatro os cursos de mestrado em antropologia na região amazônica, conforme o quadro demonstrativo abaixo registra, distribuem-se pelas seguintes unidades da federação: Pará, Amazonas e Maranhão. Neste final do primeiro semestre de 2019 há mais uma iniciativa à vista. A partir de uma experiência exitosa do Curso de Especialização “Desenvolvimento, etnicidade e políticas públicas na Amazônia”, com ênfase no conhecimento antropológico e com duração de dois anos, uma equipe de professores do Instituto Federal do Amazonas está fazendo circular para discussão interna uma pré-proposta de mestrado profissionalizante que estão designando de “Antropologia Rural”. Os professores com formação em antropologia, que contribuíram para efetivar a especialização, quais sejam: Denis Pereira, Alvatir Carolino, Claudina Maximiano, todos com doutorado em Antropologia pelo PPGAS-UFAM, lideraram a elaboração desta pré-proposta, promovendo uma consulta ampla às autoridades universitárias a respeito da iniciativa. A característica de “mestrado profissional” atenderia em princípio a um público amplo e difuso, mas atenderia, sobretudo, consoante os propositores, a uma demanda de famílias ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas que neste momento discutem as formas de utilização dos recursos naturais. Demanda esta inteiramente articulada com um objetivo interno de formação antropológica dos servidores do IFAM como um todo. Tal formação combina conhecimentos tradicionais com técnicas de manejo, informações sobre a legislação ambiental e dispositivos constitucionais, bem como inovações tecnológicas capazes de fortalecer os procedimentos de preservação e uso continuado dos recursos básicos. Há um

⁶⁶ Mencionamos nessa coluna apenas o Grupo de Pesquisa (GP), que registra projeto de investigação com data mais recuada, qual seja o primeiro projeto cronologicamente registrado junto ao CNPq através do GP. Os demais GP's encontram-se descritos de maneira pormenorizada no Quadro 06.

⁶⁷ O PPGSA/UFPA foi aprovado pela CAPES no ano de 2002, ainda com o nome de PPGCS, e iniciou suas atividades no 1º Semestre de 2003, com o funcionamento da primeira turma de Doutorado. O Programa resulta das experiências anteriores nos Mestrados em Antropologia - em funcionamento desde 1994 - e Sociologia - implantado no ano de 1999. Esses dois mestrados se uniram para formar um só Programa, o PPGCS. Ao completar 10 anos em 2013, foi retomada a proposta inicial do nome PPGSA, em substituição ao antigo nome.

sinal verde da direção geral do campus Manaus Zona Leste e da reitoria do IFAM, que abrange 14 campi no interior do Estado do Amazonas, para o encaminhamento da proposta que, caso venha a ser aprovada pela CAPES, consistirá na primeira experiência profissionalizante levada a termo na região amazônica.

Quadro II - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO. MESTRADO

PROGRAMA	SIGLA DA INSTITUIÇÃO	DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO / PROJETOS DE PESQUISAS / BOLSAS
		PÓS-GRADUAÇÃO	GRUPO DE PESQUISA ⁶⁸	
MESTRADO EM: • SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	• PPGSA / UFPA	2002 ⁶⁹	<ul style="list-style-type: none"> 2005 - Violência e Diálogo: investigações em torno da Sociologia da Ética 	CNPq / CAPES / FAPESPA / FINEP
MESTRADO EM: • ANTROPOLOGIA SOCIAL	• PPGAS / UFAM	2007	<ul style="list-style-type: none"> 2002 - NAURBE 	CNPq / CAPES / FAPEAM / INCT / IBP / MCTI INPA/
MESTRADO EM: • ANTROPOLOGIA	• PPGA/ UFPA	2010	<ul style="list-style-type: none"> 1999 - Cidade, Aldeia & Patrimônio 1999 - Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente 	CNPq / CAPES / FAPESPA
MESTRADO EM: • CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA NA AMAZÔNIA ⁷⁰	• PPGSCPA /UEMA	2013	<ul style="list-style-type: none"> 2005 - Nova Cartografia social da Amazônia 	CNPq / FAPEMA / FUNDAÇÃO FORD

⁶⁸ Mencionamos nessa coluna apenas o Grupo de Pesquisa, com data mais recuada, qual seja o primeiro cronologicamente registrado. Os demais GP's encontram-se descritos de maneira pormenorizada no Quadro 06.

⁶⁹ O PPGSA foi aprovado pela CAPES no ano de 2002, ainda com o nome de PPGCS, e iniciou suas atividades no 1º Semestre de 2003, com o funcionamento da primeira turma de Doutorado. O Programa resulta das experiências anteriores nos Mestrados em Antropologia - em funcionamento desde 1994 - e Sociologia - implantado no ano de 1999. Esses dois mestrados se uniram para formar um só Programa. Ao completar 10 anos em 2013, foi retomada a proposta inicial de nome PPGSA, em substituição ao antigo nome.

⁷⁰ Cabe reiterar que, na montagem deste Quadro II, já foi incluído o Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, que se que se encontrava até o início de 2018 na área de Ciência Política, Tal inclusão, como já foi sublinhado, foi confirmada em junho de 2018, mediante a seguinte ordem de fatos: a) seu corpo docente ser formado principalmente de doutores em Antropologia; b) sua coordenação tem sido exercida por antropólogas, c) todos os projetos realizados em seu âmbito se encontram também no domínio da antropologia; c) as disciplinas oferecidas mostram-se consoantes também com aquela da área de

Institucionalização dos Programas de Pós-graduação e fragmentação da “área de ciências sociais”?

Do cotejo dos dados contidos no Quadro I com aqueles expostos no Quadro II depreende-se que em dois casos os cursos de doutorado são criados concomitantemente com aqueles de mestrado, quais sejam: PPGAS-UFAM e PPGA-UFPA. Aliás, os dois são criados na mesma data: 2010. No caso do PPGSA-UFPA ele foi aprovado pela CAPES, oito anos antes dos dois anteriormente mencionados, ainda com o nome de Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2003, com as disciplinas ministradas para os aprovados no ingresso à primeira turma de doutorado. Este programa resulta das experiências pedagógicas anteriores no Mestrado em Antropologia, em funcionamento desde 1994, e do Mestrado em Sociologia, implantado desde 1999. Esses dois mestrados se uniram para formar um só programa de pós-graduação em 2003. Ao completar 10 (dez) anos, em 2013 foi retomada a proposta inicial, cujo nome, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, substituiu a antiga denominação, isto é, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A menção explícita à Antropologia, distinguindo-a de modo evidente da Sociologia, aponta para uma tendência atual contrária àquela pontuada no relatório ao CNPq elaborado por Matta e Laraia, correspondente ao início da década 1970-80. Para estes autores, naquele período, verificava-se o seguinte:

“o desenvolvimento das diversas ciências sociais tem significado um enfraquecimento das fronteiras existentes entre elas, possibilitando o estudo dos mesmos fenômenos sociais por especialistas diferentes, quer separadamente, quer através de uma ação interdisciplinar.” (MATTa e LARAIA, 1974:6).

antropologia, d) toda a produção intelectual e científica neste PPGCSPA, (livros, artigos, ensaios, pareceres, laudos, fascículos) encontra-se em interlocução direta e está classificada basicamente no campo da antropologia e, finalmente, a solicitação de sua coordenação junto à CAPES de transferência para a área de Antropologia foi aprovada.

A partir desta primeira década do século XXI, verifica-se ao contrário um fortalecimento de alguns domínios, no âmbito das ciências sociais, em detrimento de outros. As fronteiras entre tais domínios conhecem um avivamento, cujo resultado mais palpável aponta para o reforço de especificidades consideradas capazes de bem distinguí-los no plano pedagógico. A interdisciplinaridade estaria perdendo forças? Aparentemente sim. Está-se diante da segmentação de alguns programas interdisciplinares, gerando outros mais referidos a um domínio específico do conhecimento, sobretudo no que concerne à antropologia. O conhecimento antropológico passa a ser classificado, por um senso comum erudito, como aquele que dá conta, de uma maneira mais completa, de determinados fenômenos contemporâneos e coextensivos ao complexo campo de significados que concerne à Amazônia.

A constituição de um domínio intrínseco à antropologia e a própria consolidação da produção antropológica, com base em pesquisas etnográficas, mais detidas, - focalizando processos reais intrínsecos às realidades localizadas, formas político-organizativas, rituais de agregação, banalização das práticas de violência, modalidades peculiares de mobilização étnica e direitos territoriais-, estão contribuindo, assim, decisivamente, para novas interpretações científicas acerca dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, de suas identidades coletivas, sistemas de autodefinição e territorialidades específicas e dos diferentes usos que fazem dos recursos florestais, hídricos e do solo. A estruturação do domínio da antropologia ocorre, portanto, com a separação institucional face a outras ciências sociais. Isto passa a ocorrer principalmente com a implantação de agências específicas de ensino superior e com a emergência de critérios intrínsecos de competência e saber, no plano da fundamentação teórica e dos procedimentos de pesquisa, resultando numa fixação formal de fronteiras, que passam a ser estabelecidas institucionalmente frente a outras ciências sociais. A fluidez das fronteiras esbarra agora no muro da institucionalidade. A consolidação do campo da antropologia parece implicar no aprofundamento desta divisão.

PPG em Cartografia Social e Política da Amazônia/UEMA

Uma das ilustrações desta situação dissociativa concerne ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PGCSPA), criado a partir de Associação temporária entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que teve aprovação da CAPES no ano de 2013 com vinculação à área de Ciência Política e, cinco anos depois, em 2018, conforme já foi assinalado, recebeu aprovação relativa à mudança para a área de Antropologia.

Senão vejamos, numa breve síntese: o PPGCSPA nasceu como um desdobramento das atividades realizadas no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que já estava em andamento no Maranhão desde fins do ano 2004 através dos núcleos de São Luís e Caxias. A especialização “Sociologia das Interpretações do Maranhão”, viabilizada no âmbito da UEMA, nos anos 2008 e 2009, fundamentou a elaboração da proposta à CAPES, bem como sua interdisciplinaridade, e congregou os professores que, posteriormente foram integrados ao quadro docente do PPGCSPA.

Com os desdobramentos dos trabalhos acadêmicos o perfil do curso direcionou-se para a antropologia: os projetos apresentados pelos alunos nas seleções e os projetos dos professores aprovados nas agências de fomento vinculavam-se à antropologia e o próprio quadro de professores era constituído em sua maioria por antropólogos⁷¹. Com o final da parceria com a UFMG o colegiado do curso decidiu solicitar a mudança de área da “Ciência Política” para a “Antropologia”. O parecer da CAPES, emitido em oito de março de 2016, reconheceu a pertinência da mudança e o então coordenador de área da Ciência Política assim se manifestou:

⁷¹ Estas informações foram obtidas a partir de texto que me foi gentilmente enviado pelas professoras Coordenadoras do referido PPGCSPA, a saber: Cynthia Carvalho Martins e Patrícia Portela Nunes, a partir de solicitação que lhes fiz.

“Os projetos desenvolvidos têm caráter cada vez mais direcionado à vocação antropológica. Dessa maneira, compreendemos a solicitação encami-nhada de mudança de área e consideramos que, da mesma forma que a ciência é processo dinâmico e evolutivo, consideramos natural a demanda de ajustes na proposta inicial dado a realidade que vem se impondo. Essa Coordenação corrobora com as observações apresentadas em vossa correspondência e consi-dera natural e aceitável a migração do Programa para a área de Antropologia”.

O parecer sugeriu, contudo, o final do quadriênio como marco para efetivar a mudança de área.

Em sete de maio de 2018, mais de dois anos depois, nova solicitação de mudança de área foi enviada à CAPES. O resultado consistiu na aprovação recebida em julho de 2018. O parecer apresentado pelo então coordenador de área da Antropologia reitera a fundamentação do Programa na área de vinculação solicitada:

*“O programa esteve sempre alicerçado na ampla rede de centros acadêmicos e movimentos sociais configurada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), desde 2005 sob a coordenação do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, **estando solidamente embasado na área de Antropologia**, em termos tanto teóricos quanto metodológicos, e espelhando as formas típicas de construção do conhecimento antropológico no Brasil, o que implica a construção de conhecimento com povos e comunidades tradicionais (indígenas de diferentes etnias, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos, piaçabeiros e peçonheiros dentre outros) da ampla área região amazônica, mas não só. O desenvolvimento do PPGCSPA, como seria previsível pelo escopo temático de sua área de concentração e linhas de pesquisa, pelos aportes teóricos e metodológicos, assim como pelos compromissos ético-morais que o embasam, deu-se por essas mesmas razões, e também na institucionalização do mesmo na própria UEMA, na direção da área de Antropologia, com a incorporação de novos docentes concursados para a área no Programa”.*

Ao longo de seus seis anos de existência o PPGCSPA tem investido fortemente no fortalecimento das atividades de pesquisa, na realização de eventos científicos, na produção acadêmica, na inserção social e na

internacionalização. A intensificação das práticas de intercâmbio e cooperação científica facultaram condições inovadoras aos trabalhos de ensino e pesquisa. Dentre as parcerias destaca-se: com o Museu de Astronomia e Ciências Afins, através do Projeto “Centro de Ciências e Saberes: a experiência de Museus Vivos” (2014-2018), financiado pelo CNPq; com a Fundação Ford a partir dos projetos “Fortalecimento do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia” (2013-2014), “Nova Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica dos Babaçuais” (2014-2017), e, mais recentemente através do projeto “Nova Cartografia Social do Brasil Central” (2017- em andamento). A parceria com o PNUD-SEPPIR se deu no âmbito do projeto “Nova Cartografia dos quilombos do Brasil”. Tais projetos resultaram em vasta produção bibliográfica e foram desenvolvidos em estreita relação com agentes sociais vinculados a formas organizativas tais como movimentos quilombolas, movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, movimentos indígenas, movimento dos ribeirinhos na preservação de lagos e movimento de pescadores.

As aulas inaugurais a cada ano letivo se constituíram em oportunidades de explicitação de diferentes perspectivas teóricas desenvolvidas no âmbito do trabalho de pesquisa de professores que possuem uma trajetória profissional vinculada à história da antropologia no Brasil. Essas aulas foram proferidas pelos seguintes professores e professoras: Heloísa Bertol Domingues (MAST), José Sérgio Leite Lopes (PPGAS - Museu Nacional/UFRJ), Otávio Guilherme Velho (PPGAS-Museu Nacional/UFRJ), Henri Acselrad (IPPUR-UFRJ) e João Pacheco de Oliveira (PPGAS - Museu Nacional/UFRJ). Foram realizados eventos que contaram com a participação dos antropólogos e antropólogas: Bela Feldman Bianco (UNICAMP), Roque de Barros Laraia (UNB), Eliane Cantarino O’dwyer (PPGAS-UFF), Maria Rosário Gonçalves Carvalho (UFBA), Charles Hale (Departamento de Antropologia e do Departamento de Estudos em Diáspora Africana da Universidade do Texas-UT), Bjorn Sletto (LILLAS-BENSON-UT) e Aurélio Vianna (Fundação Ford, doutor pelo Museu Nacional). Após serem transcritas estas aulas passaram a compor uma coleção de livros com finalidade didática.

Em parceria com o Museu de Astronomia (MAST) foram realizados projeto de pesquisa e evento, como o “Seminário Internacional dos Centros de Ciências e Saberes”, e discussões em torno das experiências de museus indígenas e quilombolas e de materiais do Acervo Castro Faria que atualmente encontra-se neste mencionado Museu.

A parceria com o PPGAS do Museu Nacional tem ocorrido através dos vínculos de professores deste Museu com projetos de pesquisa coordenados por professores do PPGCSPA, com a participação em eventos científicos e intercâmbio de discentes. Reforçando os vínculos com o PPGAS do Museu Nacional, sob a coordenação de John Comerford, foi iniciado em novembro de 2018 e aprovado, através do Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD Amazônia n.21/18, o projeto “Cartografia Social e Saberes Tradicionais: ensino, pesquisa e função cosmopolita”. Este projeto tem como objetivo promover a consolidação do PPGCSPA-UEMA, através de um repertório de atividades acadêmicas que incentivem um cosmopolitismo e uma perspectiva plural nas relações entre instituições de investigação científica. Para tanto este projeto, que visa alcançar um padrão de trabalho científico, está sendo executado em parceria com o PPGAS do Museu Nacional/UFRJ e com o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da UFAM.

O PPGCSPA teve como coordenadora entre os anos de 2013-2016 a antropóloga Cynthia Carvalho Martins e atualmente, como já foi frisado, tem como coordenadora a também antropóloga Patrícia Maria Portela Nunes. O PPGCSPA tem como área de concentração “Cartografia Social e Política da Amazônia” e como linhas de pesquisa: “Cartografia social, territorialidades e movimentos sociais na Amazônia”; “Estado, Governo, políticas de desenvolvimento e territorial na Amazônia” e “Cartografia Social e Política da Amazônia e Patrimônio imaterial, narrativas orais e identidades coletivas”.

Está-se diante, portanto, não apenas de uma ampliação dos PPG’s em Antropologia, mas sobretudo da consolidação de um domínio de conhecimento científico, o antropológico, demonstrada pela eficácia continuada de seus instrumentos analíticos e pela força descritiva de seus produtos, que expressam um conhecimento concreto de realidades localizadas

e processos reais, com efeitos pertinentes sobre as agências oficiais de intervenção, sejam as governamentais, sejam aquelas constituídas autonomamente, como as do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União assim como, sobre as atividades das universidades públicas e/ou de universidades estrangeiras e de agências do terceiro setor e da cooperação internacional, hoje atuantes em diferentes regiões amazônicas, referidas a diferentes movimentos sociais e unidades de mobilização que agrupam por critérios identitários, ambientais, político-organizativos e territoriais.

Ensino e Pesquisa como atividades coetâneas e com desenvolvimento paralelo?

Consoante os dados coligidos no Quadro I constata-se, em termos da relação entre ensino e pesquisa, a partir dos registros dos projetos referidos aos Grupos de Pesquisa registrados no CNPq, que, no caso de dois PPG's, há projetos de pesquisa com datas de registro que antecedem àquela de início das atividades da pós-graduação. A pesquisa, tal como registrada pelo GP junto ao CNPq, antecede à formalização das atividades de ensino universitário, em 11(onze) anos, no caso do PPGA-UFPA, e em 8 (oito) anos, no caso do PPGAS-UFAM. Ao contrário, no caso do PPGSA-UFPA, o primeiro registro de pesquisa através de GP ocorre três anos após a criação do programa. A criação dos programas tanto é posterior ao início das atividades de pesquisa, quanto lhes antecede. Não há uma fórmula ou uma norma com etapas a serem necessariamente seguidas. As implicações destas diferenças, relativizando-se possíveis problemas nos registros formais, indicam que o ensino e a pesquisa mostram-se, em certa medida, dissociados e referidos a temporalidades próprias. Não há uma concomitância das datas de implantação dos programas e do início das atividades de pesquisa. Tais iniciativas não se conjuminam de maneira espontânea e há todo um esforço de construir o vínculo entre elas, sobretudo a partir dos quesitos avaliativos acionados pela CAPES, os quais são característicos da implementação de medidas de uma política científica. Tal evidencia estabelece uma interlocução direta e

problematiza aquele argumento dos antropólogos Matta e Laraia, na avaliação do PBDCT de 1974, relativo ao desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, que chama a atenção para o fato de que as pesquisas não se desenvolveram paralelamente à implantação dos programas de pós-graduação (MATA e LARAIA, 1974: p.6).

O esforço de conjugar os meios de produção permanente de conhecimentos, isto é, a reprodução, que ocorre através do ensino, e o processo de produção científica, através de pesquisas sistemáticas, mostra-se como uma decisão de política científica mais recente e se atém aos próprios critérios hoje estabelecidos pela CAPES na avaliação dos programas.

A formação acadêmica do corpo docente e sua composição mediante um repertório de informações que abrange o corpo discente, as dissertações, as teses, as linhas de pesquisa, os grupos de pesquisa e os projetos

O corpo docente dos três programas pode ser inicialmente circunstanciado consoante a interpretação de Castro Faria, qual seja: não se tem sua graduação em antropologia, ela remete à sociologia, à ciência política, à história, à geografia, ao direito e outros cursos. Mesmo nas instituições universitárias em que se registra tanto cursos de graduação, quanto de pós-graduação em antropologia, constata-se que os que cursam o mestrado não são aqueles necessariamente que cursaram a graduação, ou seja, o percentual de discentes do mestrado que frequentaram a graduação em antropologia mostra-se baixo. Com toda certeza isto não se deve somente ao fato dos cursos de graduação serem pouquíssimos e terem sido criados recentemente. O campo da antropologia tem exercido uma certa atração de graduados de diferentes domínios do conhecimento, em virtude de razões a serem explicitadas em outros relatórios voltados principalmente para esta questão, mas que podem ser sintetizadas com o elevado reconhecimento da produção antropológica tanto por instancias de legitimação e de consagração, quanto por agencias de fomento internacionais.

No caso dos cursos de doutorado, entretanto, o corpo discente é constituído principalmente pelos que cursaram o mestrado de antropologia. Embora não tenha procedido à devida tabulação dos dados correspondentes aos três pós-graduações aqui focalizados e tenha construído minha observação a partir de uma leitura relativamente detida e impressionista dos dados curriculares digitalmente disponibilizados pelas instituições universitárias, ousou adiantar que há uma consonância com a constatação feita pela “Pesquisa de Barbosa Neves com egressos dos programas de pós-graduação em antropologia no Brasil⁷²”. Segundo as informações propiciadas pelos 404 “respondentes” dos questionários *on line* aplicados por esta pesquisa tem-se que a maior parte dos entrevistados (95,5%) fez os cursos de graduação em: Ciências Sociais (53,2%), Humanidades (13,1%), Comunicação Social (8,9%), Psicologia (5,2%), Ciências Sociais Aplicadas (5,2%) e Letras e Artes (3,7%) dentre outros. Apenas 4,5% fizeram graduação em Antropologia. Barbosa Neves conclui do seguinte modo:

“(...) a migração institucional se dá fundamentalmente entre a graduação e a pós-graduação, mas há bem menos migração entre os dois níveis de pós-graduação *stricto sensu*.” (BARBOSA NEVES, 2017:10).

Complementam esta verificação os dados relativos às respostas à seguinte pergunta: “a graduação foi feita na mesma instituição que o mestrado?”, senão vejamos: “80% da amostra é formada por egressos de doutorado que fizeram seus mestrados também na área de Antropologia.” (BARBOSA NEVES, *ibid.*).

Corpo Docente

No caso do PPGSA/UFPA constata-se 19 (dezoito) professores permanentes e 04 (quatro) colaboradores. Verifica-se uma pluralidade de formações acadêmicas convergindo para a antropologia. Os que fizeram gra-

⁷² Consulte-se Barbosa Neves, Jorge Alexandre - "Pesquisa com egressos dos Programas de Pós Graduação em Antropologia do Brasil". Relatório Final. Parte II. Departamento de Sociologia FAFICH/UFMG. Fundação IPEAD/FACE/UFMG. Belo Horizonte, março de 2017.

duação em biologia, geografia e história deslocaram-se para a antropologia no doutorado. Enquanto 15 (quinze) cursaram o doutorado em instituições do próprio país (USP, UFPE, NAEA/UFPA), 04 (quatro) o fizeram na Inglaterra (Essex), França (Paris/EHESS e Toulouse) e Alemanha (Humboldt). Os doutorados dos membros do corpo permanente estão referidos a: Antropologia (9), Ciências Sociais/Sociologia (7), Desenvolvimento Socioambiental (1), Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (1) e Ciência Política (1). Dois dentre eles fizeram seu doutorado em PPG da própria Amazônia.

Em se tratando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA) verifica-se que os docentes permanentes são 17 (dezessete) doutores e 04 (quatro) colaboradores. Dentre eles 07 (sete) cursaram universidades norte-americanas (Pittsburg, Florida, Pennsylvania) e europeias (EHESS, Sorbonne, Trás-os-Montes e Alto Douro) sendo 09 (nove) em antropologia, 03 (três) em história, 02 (dois) em arqueologia, 01 (hum) em filosofia, 01 (hum) em sociologia e 01 (hum) em biologia. O PPGAS da UFAM apresenta 16 doutores como docentes permanentes e 03 (três) como colaboradores. Dos permanentes tem-se 14 (catorze) em antropologia e 02 (dois) em linguística. O PPGCSPA da UEMA tem 12 doutores no corpo de docentes permanentes e 04 docentes colaboradores. Dos permanentes 06 (seis) cursaram antropologia, 02 (dois) sociologia, 01 (hum) em história, 01 (hum) em Geografia Humana, 01 (hum) em direito e 01 (hum) em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Três dentre eles fizeram o doutorado em PPG da região amazônica. Pode-se afirmar que se registra o início de um processo de reprodução acadêmica na própria região focalizada, que poderá constituir num futuro próximo um dos indicadores de eficácia. Os concursos caso venham a contemplar os que estudaram em PPGs da região amazônica poderão assinalar um processo de reprodução no âmbito regional em condições de competição plena com egressos de PPGs de outras regiões do País. Certamente que esta projeção tem que ser vista tão somente como uma possibilidade e não pode ser tomada neste momento necessariamente como uma tendência ascensional.

Quadro III - CORPO DOCENTE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA / UFPA)	
Docentes Permanentes	Formação Acadêmica
Antonio Maurício Dias da Costa	Graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1996), mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (1999) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004).
Carmem Izabel Rodrigues	Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1976), Mestrado Em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1995) e Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006).
Denise Machado Cardoso	Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006), realizou estágio doutoral na Universidade do Algarve/Portugal (2005). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987).
Edila Arnaud Ferreira Moura	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1973) mestrado em Sociologia - University of Toledo (1979) e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, Universidade Federal do Pará (2007).
Edna Ferreira Alencar	Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (1986), tem mestrado e doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília (1991 e 2002).
Edna Maria Ramos de Castro	Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, realizou mestrado e doutorado em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris, 1978-1983).
Flávio Leonel Abreu da Silveira	Graduado em Biologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), com Especialização em Ecologia Humana (UNISINOS, 1993). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004).
Heribert Schmitz:	Doutorado em Sociologia Rural pela Universidade Humboldt de Berlim (2002), na Alemanha.
Kátia Marly Leite Mendonça	Bacharelado em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo (1980), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1997).
Luciana Gonçalves de Carvalho	Graduação em Ciências Sociais (1994), mestrado em Sociologia e Antropologia (1997) e doutorado em Ciências Humanas-Antropologia (2005), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Maria Angelica Motta Maués	Mestrado em Antropologia pela UnB em 1977 e o doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ em 1997.
Maria Cristina Alves Maneschy	Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1980), com mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA (1988) e doutorado em Sociologia - Université Toulouse Le Mirail, França (1993).
Maria José da Silva Aquino Teisserenc	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1988), Mestrado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1994) e doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (Conceito CAPES 7) / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003).
Raymundo Heraldo Maués	Bacharel e licenciado em História (1962) pela Universidade Federal do Pará, mestre em Antropologia (1977) pela Universidade de Brasília e doutor em Antropologia Social (1987) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional.
Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1990), doutorado em Government - University of Essex (1995) - revalidado em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - e pós-doutorado, com pesquisa em desenvolvimento territorial, pela Università di Napoli Federico II (2005).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA / UFPA)	
Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1978), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1983), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Para e em Sociologia pela Université Paris 13 (2007).
Tânia Guimarães Ribeiro	Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (2000). Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010).
Violeta Refkalefsky Loureiro	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1969), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1985) e doutorado em Sociologia - Institut Des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (1994).
Voyner Ravena Cañete	Bacharelado em História (1991), mestrado em Antropologia (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2005) pela Universidade Federal do Pará.
TOTAL = 19	
DOCENTES COLABORADORES	Formação Acadêmica
Andréa Bittencourt Pires	Graduação em Ciências Sociais pela União das Escolas Superiores do Pará (1991), mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (2002), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2003)
Claudia Leonor López Garcez	Graduada em Antropologia pela Universidad Del Cauca - Colômbia (1991); Mestre em Antropologia Andina pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Sede Equador (1995); Doutora em Antropologia da América Latina e o Caribe pelo Centro de Pesquisa e Pós- Graduação Sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC) da Universidade de Brasília (UnB) - Brasil (2000)
Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado	Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (1966), Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1980) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1989) e Pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique (1995), Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (1995) e Orstom (1990), todos em Paris - France.
Mônica Prates Conrado	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001)
TOTAL = 4	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA/UFPA)	
DOCENTES PERMANENTES	Formação Acadêmica
Agenor Sarraf Pacheco	Doutor em História Social (PUC-SP, 2009); Mestre em História Social (PUC-SP, 2004); Especialista em Métodos e Técnica em Elaboração de Projetos Sociais (PUC-MG, 2002) e Licenciado Pleno e Bacharel em História (UFPA, 1999).
Beatriz de Almeida Matos	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e Doutorado em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ.
Denise Pahl Schaan	Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), Mestre em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) e Ph.D. em Antropologia Social (Arqueologia) pela Universidade de Pittsburgh (2004).
Diogo Menezes Costa	Pós-Doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Ph.D. em Antropologia pela Universidade da Flórida - UF/USA, Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - IGPA/PUCGO e Graduação em História pela Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências e Letras - FAPA.
Edna Ferreira Alencar	Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (1986), tem mestrado e doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília (1991 e 2002)
Eliane Cantarino O'Dwyer	Graduação em História, Mestrado e Doutorado em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA/UFGA)	
Érica Quináglia Silva	Doutora em Sociologia, Demografia e Antropologia Social pela Université Paris Descartes (Sorbonne) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), com pós-doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense (2012).
Ernani Pinheiro Chaves	Graduado em Administração pela Universidade Federal do Pará (1978), Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986) e Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1993).
Fabiano de Souza Gontijo	Em 1990, começou seus estudos universitários de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), terminando sua graduação em 1995 na França, na Université d'Aix-Marseille. Mestrado interdisciplinar em Sociologia, História e Antropologia (núcleo de pesquisa "Sociologie, Histoire et Anthropologie des Dynamiques Culturel". Doutorado em Antropologia Social ("Anthropologie Sociale et Ethnologie"), em 2000 também na EHESS.
Flávio Bezerra Barros	Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, 2000), Mestrado em Ciências Biológicas (Zooologia) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2002) e Doutorado em Biologia da Conservação (2011) pela Universidade de Lisboa, Portugal.
Hilton Pereira da Silva	Graduação em Medicina - Universidade Federal do Pará (1991), Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - Universidade Federal do Pará (1990), Mestrado em Antropologia - The Pennsylvania State University, EUA (1993), Mestrado em Saúde Pública - The Ohio State University, EUA (1998) e Doutorado em Antropologia/Bioantropologia - The Ohio State University, EUA (2001).
Jane Felipe Beltrão	Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Katiane Silva	Antropóloga e psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Marcia Bezerra de Almeida	Bacharel em Arqueologia/Faculdades Integradas Estácio de Sá/RJ, Mestre em História Antiga e Medieval/Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Arqueologia/Universidade de São Paulo.
Renata de Godoy	Ph.D. em Antropologia/Arqueologia pela Universidade da Flórida/EUA (2012), Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural/Arqueologia (2003) e Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2001) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)
Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Graduação em Sociologia pela Universidad Central de Venezuela, doutorado em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França; pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França
Tiago Pedro Ferreira Tomé	Graduação em Conservação e Restauro-Arqueologia da Paisagem pelo Instituto Politécnico de Tomar (2003), mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre pelo Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2006) e doutorado em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2011).
TOTAL =17	
DOCENTES COLABORADORES	Formação Acadêmica
Andrea Kely Campos Ribeiro dos Santos	Graduação em Biomedicina pela Universidade Federal do Pará (1989), Mestrado em Ciências Biológicas (área de concentração Genética) pela Universidade Federal do Pará (1993), Doutorado em Genética pela Universidade de São Paulo, FMRP (1996) e Pós-Doc em Indiana University (2006).
Cristina Donza Cancela	Doutorado em História pela Universidade de São Paulo-USP(2006), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP(1997), sendo graduada em História pela Universidade Federal do Pará-UFGA(1992). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade de

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA/UFGA)	
Cristina Donza Cancela	Doutorado em História pela Universidade de São Paulo-USP(2006), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP(1997), sendo graduada em História pela Universidade Federal do Pará-UFGA(1992). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade de Lisboa(2014)
Júlia Otero dos Santos	Mestrado (2010) e doutorado (2015) em antropologia social pela Universidade de Brasília. Desde 2010, desenvolve pesquisa junto aos Karo-Arara, falantes da língua Ramarama do tronco Tupi e habitantes da TI Igarapé Lourdes (Ji-Paraná, Rondônia).
Sidney Emanuel Batista dos Santos	Graduação em Licenciatura Plena Em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (1974), especialização em Matemática pela Universidade de Campinas, mestrado em Pós Graduação em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Genética) pela Universidade de São Paulo (1996)
TOTAL =4	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS / UFAM)	
DOCENTES PERMANENTES	Formação Acadêmica
Alfredo Wagner Berno de Almeida	Doutorado em Antropologia Social, 1993, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional, UFRJ, Brasil.
Ana Carla dos Santos Bruno	Doutorado em Linguística e Antropologia, 2003, University of Arizona, U.A., Estados Unidos.
Carlos Machado Dias Júnior	Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social, 2006, Universidade de São Paulo. USP, Brasil.
Deise Lucy Oliveira Montardo	Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social, 2002, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Fátima Weiss	Doutorado em Antropologia Social, 2012, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
Frantomé Bezerra Pacheco	Doutorado em Linguística, 2001, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil
Gilton Mendes dos Santos	Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social, 2006, Universidade de São Paulo. USP, Brasil.
João Pacheco de Oliveira	Doutorado em Antropologia Social, 1986, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.
José Exequiel Basini Rodrigues	Doutorado em Antropologia Social, 2003, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Coordenador do Laboratório de Estudos Pan amazônicos - Pesquisa e Intervenção Social - LEPAPIS/UFAM.
Márcia Regina Calderipe Rufino Farias	Doutorado em Antropologia Social, 2006, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
Maria Helena Ortolan	Doutorado em Ciências Sociais, 2006, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Priscila Faulhaber Barbosa	Doutorado em Ciências Sociais, 1992, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Raimundo Nonato Da Silva	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1997), Especialização em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (1999), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001), Doutor em Ciência Política pela UFRGS/UFRR-NECAR.
Raquel Wiggers	Doutorado em Ciências Sociais, 2006, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Sérgio Ivan Gil Braga	Doutorado em Antropologia Social, 2001, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Sidney Antônio da Silva	Graduação em Filosofia pela Universidade Católica do Paraná (1980), mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (1995), doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutorado no Núcleo de Estudos Populacionais - NEPO/UNICAMP (2005-2006).
TOTAL = 16	
Docentes Colaboradores	Formação Acadêmica
Maria Luiza Garnelo Pereira	Doutorado em Ciências Sociais, 2002, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS / UFAM)	
Myrtle Pearl	Doutorado em Antropologia, 2010, University of Califórnia, EUA
Thereza Cristina Cardoso Menezes	Doutorado em Antropologia Social, 2004, Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
TOTAL = 3	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA (PPGSCPA / UEMA)	
Docentes permanentes	Formação acadêmica
Helciane de Fátima Abreu Araujo (UEMA)	Doutorado em Sociologia/UFC
Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Doutorado em História e Civilização /EHESS
Emmanuel de Almeida Farias	Doutorado em Antropologia/UFAM
Jurandir Santos de Novaes (UEMA)	Doutorado em Geografia Humana/USP
Sheilla Borges Dourado	Doutorada em Direito / UFPA
Patricia Maria Portela Nunes (UEMA)	Doutorado em Sociologia/UFF
Protázio César dos Santos (UEMA/UFMA)	Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / UFPA
Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA)	Doutorado em Antropologia Social / MN – UFRJ
Arydimar Vasconcelos Gaioso	Doutorado em Antropologia / UFBA
Greilson José de Lima	Doutorado em Antropologia / UFPE
Maria da Consolacão Lucinda	Doutorado em Antropologia Social / UFRJ
Cynthia Carvalho Martins	Doutorado em Antropologia / UFF
TOTAL = 12	
Docentes Colaboradores	Formação Acadêmica
Camila do Valle Fernandes (UFRRJ/MAST)	Doutorado em Letras- PUC-Rio
Heloisa Maria Bertol Domingues	Doutorado em História Social / USP
Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira	Doutorado em Geografia/UFRJ
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho	Doutorado em Antropologia/Universidade de Manchester
TOTAL = 4	

Os Discentes

De acordo com as informações disponíveis nos respectivos sítios constata-se que o corpo discente dos 03 PPGA's mais antigos totaliza 121 alunos de mestrado entre 2015 e 2018 e 129 alunos de doutorado entre 2013 e 2018. O Quadro IV registra ainda 01 aluno em 2012, que caso contabilizado elevaria o total para 130.

Quadro IV - CORPO DISCENTE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA/IES	NÍVEL	ANO	Nº DE DISCENTES
PPGSA/UFPA	Mestrado	2016	8
		2017	8
PPGSA/UFPA	Doutorado	2016	15
		2017	10
PPGA/UFPA	Mestrado	2015	12
		2016	9
		2017	29
		2018	14
PPGA/UFPA	Doutorado	2013	02
		2014	19
		2015	6
		2016	4
		2017	13
		2018	12
PPGAS/UFAM	Mestrado	2015	06
		2016	16
		2017	16
		2018	19
PPGAS/UFAM	Doutorado	2012	1
		2013	3
		2014	8
		2015	8
		2016	7
		2017	11
		2018	11
PPGSCPA / UEMA	Mestrado	2013	11
		2014	9
		2015	11
		2016	6
		2017	8

Dissertações e Teses

Consoante as informações levantadas nos sites respectivos a produção do PPGA/UFPA corresponde a 57 dissertações, entre 2012 e 2018, e 27 teses entre 2013 e 2018; enquanto que o PPGSA/UFPA apresenta 170 dissertações entre 2004 e 2017 e 94 teses entre 2003 e 2017.

O PPGAS/UFAM registra 81 dissertações defendidas, entre 2009 e 2018, mas só tivemos acesso efetivo a 59 delas, no decorrer da primeira metade de 2018. Apresenta também um total geral de 15 teses.

Não obstante ter produzido um quadro demonstrativo e indicado o total de 28 dissertações defendidas no PPGCSPA/UEMA parece-me que elas só poderão ser consideradas como diretamente referidas à “área de antropologia” a partir de 2019.

Quadro V - DISSERTAÇÕES E TESES A PARTIR DO ANO DE INICIAÇÃO

5.1) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA / UFPA)

DISSERTAÇÕES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO	TOTAL DE DISSERTAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA / UFPA)	2012	07
	2013	06
	2014	08
	2015	06
	2016	12
	2017	12
	2018	06
TOTAL GERAL = 57 DISSERTAÇÕES		

TESES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO	TOTAL DE TESES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA / UFPA)	2013	01
	2014	04
	2015	06
	2016	07
	2017	04
	2018	05
TOTAL GERAL = 27 TESES		

5.2) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA / UFPA)

DISSERTAÇÕES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO	TOTAL DE DISSERTAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA / UFPA)	2004	22
	2005	22
	2006	13
	2007	11
	2008	14
	2009	07
	2010	02
	2011	03
	2012	13
	2013	16
	2014	17
	2015	09
	2016	05
2017	16	
TOTAL GERAL = 170 DISSERTAÇÕES		

TESES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO	TOTAL DE TESES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA / UFPA)	2003	07
	2004	06
	2005	09
	2006	05
	2007	06
	2008	02
	2009	01
	2010	01
	2011	02
	2012	03
	2013	06
	2014	05
	2015	12
	2016	18
	2017	11
TOTAL GERAL = 94 TESES		

5.3) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS / UFAM)

DISSERTAÇÕES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO	TOTAL DE DISSERTAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS / UFAM)	2009	02
	2010	06
	2011	07
	2012	08
	2013	04
	2014	08
	2015	09
	2016	05
	2017	09
	2018	07
TOTAL GERAL = 73 DISSERTAÇÕES		

TESES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO	TOTAL DE TESES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS / UFAM) ⁷³	2014	01
	2015	01
	2016	06
	2017	04
	2018	03
TESES = 15 TESES		

5.4 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA NA AMAZÔNIA

DISSERTAÇÕES A PARTIR DO ANO DE CRIAÇÃO		
PROGRAMA	ANO da Defesa	TOTAL DE DISSERTAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA NA AMAZÔNIA	2015	11
	2016	7
	2017	10
DISSERTAÇÕES = 28		

“Áreas de Concentração” e Linhas de Pesquisa

Não me foi solicitado e tão pouco houve tempo disponível para realizar uma reflexão sobre as chamadas “áreas de concentração”, bem como sobre as “linhas de pesquisa” de cada um dos PPG’s e sobre os Grupos de Pesquisa e os Projetos de Pesquisa respectivos. Limitei-me à apresentação de uma lista registrando-os devidamente, consoante as informações disponibilizadas nos *sítes*. Esta limitação da coleta de informações, cingindo-as às classificações pré-definidas, pode levar este relatório a correr um risco burocrático, muito frequente na implementação de políticas

⁷³ As informações que obtivemos com respeito ao PPGAS-UFAM mostram-se incongruentes: No site do PPGAS, consultado em 18 de junho de 2019 estavam assinaladas 73 dissertações e 15 teses. Na mesma data no repositório da UFAM constavam 117 dissertações e 32 teses. Quando elaboramos o Relatório recebemos a seguinte informação da Secretaria deste PPG: "Estamos atualizando essa informação para disponibilizarmos no site. O quantitativo real de dissertações e teses defendidas. Posso afirmar que no total são 103, sendo 17 de Doutorado e 86 de Mestrado, porém alguns trabalhos (PDF) continuarão não disponibilizados, pois ocorrem várias situações, como por exemplo: aqueles que defenderam e sumiram não depositando a versão definitiva, e outros que defenderam recentemente e estão corrigindo. Estamos nos empenhando para solucionar essa pendência, pois nós precisamos ainda mais que vocês. Estamos levantando dados para apresentar na Semana de Antropologia que acontecerá em novembro, em comemoração dos 10 anos do Programa." **Nota enviada pelo PPG a mim por e-mail em primeiro de outubro de 2018.**

científicas, ao impossibilitar uma análise acurada sobre o detalhamento do que está sendo institucionalizado como de domínio antropológico. Não ignoro isto e nem poderia. Uma dificuldade derivada seria tomar estas linhas como uma maneira de enquadrar rigidamente os discentes, inibindo as “mudanças” de linha e seus efeitos, e descurando das possibilidades de relações flexíveis entre as referidas linhas.

Quadro VI - LINHAS DE PESQUISAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA/UJFPA)				
Área de concentração	Linha 1	Linha 2	Linha 3	
	<p>Antropologia Social:</p> <p>Contempla a formação de cientistas antropólogos em nível de mestrado e doutorado com capacidade de atuar em conjunto com arqueólogos e bioantropólogos. Tem por foco a formação teórica em Antropologia Social, direcionada para atuação na Pan-Amazônia, levando em consideração a relação antropólogo e sujeitos sociais junto aos quais os profissionais trabalham privilegiando a compreensão da diversidade cultural dos povos tradicionais que habitam a região, sob diversas óticas, nativas e acadêmicas.</p>	<p>Gênero e Sexualidade:</p> <p>Discute saberes, práticas, convenções, representações, sociabilidades, culturas identitárias e regimes morais na interseção com os marcadores sociais da diferença, em especial classe social, geração, raça/etnicidade, religião e corporalidade/corporeidade na perspectiva de gênero e sexualidade. Analisa políticas identitárias de reconhecimento e de ação afirmativa, múltiplas legalidades, direitos e tensões, limites e potencialidades na construção social de sujeitos, subjetividades e identidades coletivas.</p>	<p>Migrações, Diásporas e Etnicidades:</p> <p>Investiga a diversidade e a interculturalidade de experiências de grupos sociais locais ou migrantes, nativos ou transplantados, submetidos ou não a diásporas, em diferentes contextos históricos e ambientais, dentro e fora da Pan-Amazônia. Discute heterogeneidades, deslocamentos, pluralidades de modos de vida, coletivos étnicos e raciais, focalizando processos de identificação política, marcadores sociais da diferença que permeiam a mobilização social, no passado e no presente.</p>	<p>Povos Indígenas e Populações Tradicionais:</p> <p>Investiga os povos indígenas e as populações tradicionais na Amazônia a partir da diversidade cultural e biológica, na perspectiva de apreender os diferenciados saberes que possibilitam o estabelecimento de relações sociais com a paisagem. Busca compreender as formas diversas e plurais de organização social e política de forma sincrônica e diacrônica, preocupando-se com o patrimônio cultural material e imaterial dos povos tradicionais.</p>
			<p>Memória, Paisagem e Produção Cultural:</p> <p>Investiga memória em diferentes acepções, suportes, manifestações, usos e apropriações, discutindo suas tensões, interconexões e percepções nas vivências de diversos e distintos grupos e sujeitos sociais situados em espaços e tempos historicamente determinados. Aborda a paisagem como produto dinâmico das relações entre grupos humanos e ambientes, investigando ontologias e cosmologias. Estuda a produção cultural, destaca a pluralidade de registros orais, escritos, visuais e virtuais e se preocupa com o entendimento dinâmico das relações sociais, focalizando outras dimensões apreendidas na interculturalidade.</p>	
			<p>Linha 4</p>	

<p>Arqueologia:</p> <p>Objetiva a formação de cientistas arqueólogos em nível de mestrado e doutorado. O foco da área de concentração é a formação teórica em arqueologia antropológica, direcionada para atuação na Par-Amazônia, levando em consideração a relação do arqueólogo e do patrimônio arqueológico com as populações que habitam a região.</p>	<p>Arqueologia na Amazônia:</p> <p>Investiga os diversos contextos temporais e espaciais da ocupação humana na Amazônia, a partir dos vestígios arqueológicos deixados e das transformações realizadas na paisagem. Investiga a ocupação indígena, os contatos ocorridos entre os diversos grupos sociais que habitaram a região em diferentes tempos históricos. Realiza pesquisa arqueológica reflexiva e em relação com as populações que hoje habitam a região, na perspectiva da arqueologia pública.</p>	<p>Cultura Material, Patrimônio e Sociedade:</p> <p>Discute as percepções de distintos grupos sociais sobre a cultura material, considerando as críticas à categoria "patrimônio"; as reflexões de outras epistemologias da cultura material e imaterial; e o mapeamento das singularidades que constituem a relação pessoas-objetos em diferentes contextos. Reflete ainda sobre as correlações existentes entre culturas, conhecimentos, fazeres e direitos.</p>	
<p>Bioantropologia:</p> <p>Visa qualificar profissionais para que sejam capazes de atuar nas diversas interfaces entre Arqueologia, Antropologia Social e outras áreas teóricas e práticas, como na escavação e investigação de sítios arqueológicos onde existem restos esqueléticos humanos, na interação com pesquisadores interessados nos mecanismos biosociais que originam doenças entre populações tradicionais e grupos vulnerabilizados, em questões relacionadas à ética e biótica das pesquisas envolvendo seres humanos do presente ou do passado, em estudos sobre as relações entre biodiversidade e sociodiversidade, contribuindo, também, nas perícias na área de Antropologia genética e forense.</p>	<p>Antropologia Genética e Forense:</p> <p>Investiga a evolução biológica e cultural dos diversos grupos humanos que colonizaram a Amazônia desde seu passado remoto até os dias de hoje, englobando a genética e a bioarqueologia. Estuda a distribuição de genes envolvidos em doenças de caráter familiar em populações isoladas e na população em geral. Realiza estudos na área de antropologia forense e genética forense.</p>	<p>Socioecologia da Saúde e da Doença:</p> <p>Busca a compreensão das relações entre populações humanas e o meio ambiente tanto no passado (através de estudos osteológicos e bioarqueológicos) como no presente (através de estudos bioantropológicos), levando em conta a variabilidade biológica e sociocultural dos povos da região. Investiga a relação entre, por um lado, condições ambientais e socioeconômicas, e, por outro, as características genéticas, considerando as maneiras como modificações no meio ambiente (natural, social, econômico, político) afetam os grupos humanos.</p>	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA/UJFPA)			
Área de concentração	Linha 1	Linha 2	Linha 4
<p>Bioantropologia:</p> <p>Visa qualificar profissionais para que sejam capazes de atuar nas diversas interfaces entre Arqueologia, Antropologia Social e outras áreas teóricas e práticas, como na escavação e investigação de sítios arqueológicos onde existem restos esqueléticos humanos, na interação com pesquisadores interessados nos mecanismos biosociais que originam doenças entre populações tradicionais e grupos vulnerabilizados, em questões relacionadas à ética e bioética das pesquisas envolvendo seres humanos do presente ou do passado, em estudos sobre as relações entre biodiversidade e sociodiversidade, contribuindo, também, nas perícias na área de Antropologia genética e forense</p>	<p>Antropologia Genética e Forense:</p> <p>Investiga a evolução biológica e cultural dos diversos grupos humanos que colonizaram a Amazônia desde seu passado remoto até os dias de hoje, englobando a genética e bioarqueologia. Estuda a distribuição de genes envolvidos em doenças de caráter familiar em populações isoladas e na população em geral. Realiza estudos na área de antropologia forense e genética forense.</p>	<p>Socioecologia da Saúde e da Doença:</p> <p>Busca a compreensão das relações entre populações humanas e o meio ambiente tanto no passado (através de estudos osteológicos e bioarqueológicos) como no presente (através de estudos bioantropológicos), levando em conta a variabilidade biológica e sociocultural dos povos da região. Investiga a relação entre, por um lado, condições ambientais e socioeconômicas, e, por outro, as características genéticas, considerando as maneiras como modificações no meio ambiente (natural, social, econômico, político) afetam os grupos humanos.</p>	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA/ UFPA)				
Área de concentração:	Linha 1	Linha 2	Linha 3	Linha 4
<p>Sociologia e Antropologia:</p> <p>Estudos desenvolvidos nas disciplinas das Ciências Sociais com ênfase no diálogo entre obras de autores e autoras da Sociologia e sua interface com as obras antropológicas. Desenvolvimento de pesquisas e ações conjuntas cujo enfoque privilegie a interconexão entre as disciplinas e, ao mesmo tempo, as características teóricas e metodológicas da Sociologia e da Antropologia.</p>	<p>Religião e saúde, simbolismo e poder:</p> <p>Estudo de sistemas, representações práticas religiosas em suas dimensões ritualísticas e institucionais; as práticas culturais e intelectuais que envolvem manifestações do sagrado, patrimônio cultural, relações de poder e cultura, cultura popular, festas e outras formas de sociabilidade. Estudos de diferentes formas de práticas de saúde, incluindo desde aquelas ligadas à medicina popular, práticas xamanísticas e outras, tanto em populações rurais como urbanas (indígenas e não indígenas). Em tudo isso está presente o simbolismo e as práticas dele resultantes que se relacionam também às questões de poder.</p>	<p>Gênero, geração e relações etnicorraciais:</p> <p>Investiga questões relativas a gênero como expressão de identidades plurais em suas múltiplas instâncias e relações sociais. Estudos abordam também as relações intergeracionais, com enfoque na infância, juventude e velhice e dinâmicas demográficas, trânsitos e deslocamentos. Estudo das minorias étnicas, raciais e socioculturais, processos de emergência étnica, interculturalidades entre grupos afrodescendentes, indígenas, camponeses, caboclos, grupos de imigrantes e outros na/dá América Amazônica.</p>	<p>Ética, trabalho e sociabilidades:</p> <p>Estudos em sociologia da ética em suas dimensões política, institucional e intersubjetiva, em diálogo com a antropologia. Abordam-se temas como relações entre comunicação e sociedade, arte e sociedade, educação, violência e não-violência, relações com a natureza, assim como estudos teóricos de processos sociais tais como vontade, responsabilidade, liberdade, pessoa e domínios da ética. Inclui distintas formas que o trabalho assume na sociedade contemporânea, suas relações com a qualificação profissional, processo e condições de trabalho, redes de sociabilidade e análise das organizações econômicas.</p>	<p>Ações pública e coletiva, território e ambiente:</p> <p>Estudos sobre atores e ação coletiva (associativismo, movimentos sociais) nas dimensões rural e urbana; estudos sobre conhecimentos e usos dos recursos naturais; estudos sobre participação e o papel do Estado, conflitos, mediação e acordos em relação a direitos sociais; estudos sobre a ação pública em processos de territorialização; estudos sobre o desenvolvimento e os desafios sociais.</p>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS / UFAM)					
Area de concentração:	Linha 1	Linha 2	Linha 3	Linha 4	Linha 5
Antropologia social	<p>Antropologia da Amazônia Indígena: Estudos etnográficos e comparados de povos indígenas com ênfase na Amazônia: organização social, parentesco, cosmologia, ritual, teorias nativas, relação sociedade/natureza, sistemas de classificação.</p> <p>Entoques interdisciplinares de etnologia, linguística, história e política indígena.</p>	<p>Povos tradicionais e mundo rural amazônico: Estudos da problemática rural na Amazônia. Família, propriedade e patrimônio; legislação e direitos costumeiros; poder, política e conflitos fundiários; meio ambiente e desenvolvimento; territorialidade, inclusão social e identidades; saberes tradicionais e religiosidade.</p>	<p>Política, Territorialidade e Mobilização Social: Processos de reordenamento e gestão territorial; processos de territorialização e territorialidades diferenciadas; mobilizações; redefinições e emergência de identidades sociais; políticas indígenas e indigenismo; cultura e fronteiras identitárias; conflitos socioambientais, deslocamento de populações e efeitos sociais de grandes projetos; desenvolvimento sustentável e povos tradicionais; antropologia do Estado; direito e regulação social.</p>	<p>Linguagem, Arte e Sistemas Simbólicos: Estudo de diferentes formas de pensamento e comunicação humanas a partir da linguagem, arte e outras manifestações, dentro de uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica; antropologia da até; etnomusicologia; etnocosmologia; arte, performance e sociabilidade.</p>	<p>Cidade, Patrimônio e Práticas Culturais Urbanas: Apropriação e uso do espaço urbano; interação social e formas de sociabilidade; imaginário e cultura popular n contexto urbano; praticas culturais em meio urbano; patrimônio cultural imaterial e novas centralidades; migrações; redes indígenas urbanas; preconceito e construção identitária; violência conflito; individualismo gênero, família e parentesco em sociedades contemporâneas; rito, devoção e magia.</p>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA NA AMAZÔNIA			
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHA 1	LINHA 2	LINHA 3
Estado, comunidade tradicional e territorialidade da Amazônia	<p>Cartografia social, povos e comunidades tradicionais, territorialidades e movimentos sociais na Amazônia: tem como objetivo refletir teoricamente sobre a Amazônia à luz dos temas cartografia social, territorialidades e movimentos sociais. A chamada cartografia social evidencia a perda de hegemonia das condições de produção do conhecimento cartográfico, que resulta das experiências de autocartografia, divergem dos mapas oficiais por deslocarem o foco da análise do quadro natural para a reflexão crítica sobre a dinâmica de situações de conflito e antagonismo social. As condições de produção desses mapas estão vinculadas a inúmeras formas de mobilização, desde movimentos sociais organizados a diferentes formas associativas.</p>	<p>Narrativa, memória e identidades coletivas na Amazônia: visa desenvolver estudos sobre os elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial, entre eles as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, bem como objetos, artefatos e lugares, reconhecidos por povos, comunidades ou grupos, como elementos de seu patrimônio cultural, comumente acionados na afirmação de suas identidades. Fará uso das narrativas orais e escritas, de forma a cartografar a memória coletiva dos povos, grupos e comunidades que vivenciaram diferentes processos de ocupação e que atuaram como agentes sociais importantes no delineamento de formas de organização política da Amazônia.</p>	<p>Estado, Governo, políticas de desenvolvimento e territorialidades na Amazônia: desenvolver análises acerca do Estado, enquanto poder político e enquanto campo de disputa pela legitimação de modelos de desenvolvimento em construção na sociedade. Tais análises contribuirão para a compreensão das intervenções governamentais que visam a implementação de políticas de desenvolvimento, conjugadas com interesses econômicos privados, na Amazônia. A reflexão crítica desses processos implica um diálogo permanente entre diferentes disciplinas, em particular a ciência política, a antropologia, a sociologia, a economia e a geografia, visando uma interpretação mais acurada da dinâmica do capitalismo, em sua face mundializada, na região amazônica.</p>

Os Grupos de Pesquisa

Os grupos de pesquisa datam das duas últimas décadas isto é, concernem ao intervalo compreendido entre 1999 e 2019. Perfazem 31 GPs referidos a apenas 03 programas de pós-graduação. Constata-se grupos de pesquisa mais antigos que os PPGs a que agora se encontram referidos. Eles mobilizam mais de uma centena de integrantes entre alunos e professores, mestres e doutores e também pesquisadores. Certamente que este total será acrescido com a inclusão dos GPs das demais unidades, informação que não consegui levantar.

Quadro VII - GRUPOS DE PESQUISAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (PPGSA/UFGA)	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS/UFAM)	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA/UFGA)
<p>2005 - VIOLÊNCIA E DIALOGO: INVESTIGAÇÕES EM TORNO DA SOCIOLOGIA DA ÉTICA Coordenação: Kátia Marly Leite Mendonça (Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1997). Realizou Pós-Doutorado em Ética na Universidad Pontificia Comillas (2007 e 2010).</p>	<p>2002 - NAURBE - Cidades, Culturas Populares e Patrimônios Coordenação: Sérgio Ivan Gil Braga (Doutorado em Antropologia Social, 2001, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.)</p>	<p>1983 - Genética Humana e Médica Coordenação: João Farias Guerreiro (doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Genética) pela Universidade de São Paulo (1992), e Sidney Emanuel Batista dos Santos, (Doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Genética) pela Universidade de São Paulo (1996).</p>
<p>2006 - Grupo de Estudo sobre Populações Tradicionais, Identidade, Gênero e Ambiente GEPTIGAM Coordenação: Edna Alencar (Doutorado em Antropologia social e cultural.)</p>	<p>2005 - PNCSA Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Coordenação: Alfredo Wagner Berno de Almeida (Doutorado em Antropologia Social, 1993, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional, UFRJ, Brasil.)</p>	<p>1999 - Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente Coordenação: Hilton Pereira da Silva (Doutorado em Antropologia/Bioantropologia - The Ohio State University, EUA (2001))</p>
	<p>2007 - GEMA Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia Coordenação: Sidney Antônio da Silva. (Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutorado no Núcleo de Estudos Populacionais - NEPO/UNICAMP (2005-2006).)</p>	<p>1999 - Cidade, Aldeia & Patrimônio Coordenação: Jane Felipe Beltrão (Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Katiane Silva (Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pelo Museu Nacional, UFRJ.)</p>

<p>2006 -Grupo de Estudos Populações Ribeirinhas, Modos de Vida e Políticas Públicas na Amazônia Coordenação: Edila Arnaud Ferreira Moura (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, Universidade Federal do Pará (2007).)</p> <p>2008 - Grupo de Estudos Nos Mulheres: Pela Equidade de Gênero Etnicorracial Coordenação: Mônica Prates Conrado (Doutorado em Sociologia)</p>	<p>GESECS Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades Coordenação:Fátima Weiss de Jesus(Doutorado em Antropologia Social, 2012, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.) e Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Doutorado em Antropologia Social, 2006, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.)</p> <p>HISTÓRIA, LÍNGUAS E CULTURAS INDÍGENAS Coordenação: Ana Carla dos Santos Bruno (Doutorado em Linguística e Antropologia, 2003, University of Arizona, U.A., Estados Unidos.) e com participação de Frantomé Pacheco</p>	<p>2000 - Filosofia Contemporânea Coordenação: Emani Pinheiro Chaves (Doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1993); e Roberto de Almeida de Barros (Doutorado em Filosofia - Technische Universität Berlin (2006))</p> <p>2006 - Antropologia, Imagem e Patrimônio Cultural Coordenação: Fabiano de Souza Gontijo (Doutorado em Antropologia Social / EHESS, França)</p>
<p>2011- História, Cultura e Meios de Comunicação Coordenação: Antonio Maurício Dias (Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004).)</p>	<p>MARACÁ: Grupo de Pesquisa sobre Arte, cultura e sociedade Coordenação: Deise Lucy Oliveira Montardo (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social, 2002, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.)</p>	<p>2006-Grupo de Estudo sobre Populações Tradicionais, Identidade, Gênero e Ambiente GEPTIGAM Coordenação: Edna Ferreira Alencar (Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília (1991 e 2002.)) e Edila Arnaud Ferreira Moura (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, Universidade Federal do Pará (2007).)</p>
<p>2014 – Grupo de Estudos Sociedades, Ambientes e Ação Pública Coordenação: Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Para e em Sociologia pela Université Paris 13 (2007).)</p>	<p>AJURI - Cultura, Política e Meio Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Coordenação: Raquel Wiggers (UFAM), Doutorado em Ciências Sociais, e Luciana Braga Silveira (UFLA)</p>	<p>2006 - Sexualidades, Corpo e Gênero SEXGEN Coordenação: Fabiano de Souza Gontijo (Doutorado em Antropologia Social / EHESS, França)</p>

	<p>2008 - AZULILÁS núcleo de Estudos Interdisciplinares em Gênero, Família, Conflitos e Sexualidade. Coordenação: Raquel Wiggers (Doutorado em Ciências Sociais).</p>	<p>2007 - Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais Coordenação: Alfredo Wagner Berno de Almeida (Doutorado em Antropologia Social Museu Nacional, UFRJ). Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Doutorado em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França; pós-doutorado na Université de Québec à Montréal, Canadá e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França).</p>
	<p>NEPTA NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA Coordenação: Thereza Cristina Cardoso Menezes (Doutorado em Antropologia Social, 2004, Museu Nacional-UFRJ.)</p>	<p>Biologia Computacional. 2010 Coordenação: Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos (Doutorado em Genética pela Universidade de São Paulo, FMRP (1996) e Sidney Emanuel Batista dos Santos (Doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Genética) pela Universidade de São Paulo (1996)).</p>
		<p>2010 - População, Família e Migração na Amazônia Coordenação: : Antonio Otaviano Vieira Junior (Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2006) e no Centro de História da Universidade de Lisboa (2014) e Cristina Donza Cancela (doutorado em História pela Universidade de São Paulo - USP (2006)).</p>

		<p>2010 - Territorialidades, Identidades e Gestão Ambiental em Áreas Protegidas Coordenação: Edna Ferreira Alencar (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará (2007)).</p>
		<p>2011 - Grupo de Estudos Culturais na Amazônia GECA Coordenação: Agenor Sarraf Pacheco (Doutorado em História Social (PUC-SP, 2009); e Jerônimo da Silva e Silva (Doutorado em Antropologia (PPGA/UFGA, 2014).)</p>
		<p>2013 - Grupo de Arqueologia Histórica Amazônica GAHIA Coordenação: Diogo Menezes Costa (Possui Pós-Doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Ph.D. em Antropologia pela Universidade da Flórida - UF/USA).</p>
		<p>2013 - Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia-BIOSE Coordenação: Flávio Bezerra Barros (Doutorado em Biologia da Conservação (2011) pela Universidade de Lisboa, Portugal).</p>

		<p>2016 - Antropologia do Turismo na Amazônia GATA Coordenação: Renata de Godoy (Ph.D. em Antropologia/Arqueologia pela Universidade da Flórida/EUA (2012) e Fabiano de Souza Gontijo (Doutorado em Antropologia Social/ EHESS, França)</p>
		<p>2017- Ameríndia - Grupo de Pesquisa em Etnologia Indígena. Coordenação: Beatriz de Almeida Matos (Mestrado e Doutorado em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ) e Julia Otero dos Santos (Mestrado (2010) e doutorado (2015) em antropologia social pela Universidade de Brasília.)</p>
<p>TOTAL = 06 GRUPOS DE PESQUISAS</p>	<p>TOTAL = 09 GRUPOS DE PESQUISAS</p>	<p>TOTAL = 16 GRUPOS DE PESQUISAS</p>

“Áreas de Concentração” e Projetos de Pesquisa

Os projetos de pesquisa citados de maneira explícita no repertório de informações elementares disponibilizado à consulta totalizam 124, assim distribuídos: PPCSA-UFPA, 38 ; PPGAS-UFAM, 22 ; PPGA-UFPA, 31; MPEG, 5 e PPGCSPA-UEMA, 8 projetos, tal como detalhei no quadro demonstrativo a seguir apresentado:

Quadro VIII - PROJETOS DE PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - PPGSA / UFPA	
	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagens Culturais, Memória Coletiva e Trajetórias Sociais. Estudo Antropológico das Fronteiras Culturais no Mundo Urbano Contemporâneo da Cidade de Belém-PA(2006) • Ação Coletiva com Fins Econômicos no Espaço Rural do Pará: problemas e possibilidades (2006) • Identidades e Mobilizações Populares nos Bairros do Guamá e Terra Firme, em Belém (PA) (2009) • Violência e Diálogo: investigações em torno do campo da sociologia da ética (2009) • Memória Social das Lutas Populares no Pará e Análise de Narrativas (2010) • Elaboração de Mapas de Populações Tradicionais, Conflitos e Usos da Biodiversidade na Área da BR-163 (PA) (2010) • Territórios Emergentes da Ação Pública Local e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira (2010) • Observatório de Conflitos Urbanos de Belém (2011) • Redes Sociais e Formação Docente em Ciências Sociais (2011) • Estrutura Familiar e Condições de Saúde Reprodutiva de Populações Ribeirinhas Amazônicas (2012) • OSE Guyamapa – Observação por Satélite do Meio-Ambiente (2012) • Estudos Sobre as Políticas Educacionais Desenvolvidas pelos Municípios de Tefé, Uarini, Alvarães e Marãã no Estado do Amazonas (2012) • Uso de Energia em Atividades Domésticas e Produtivas em Pequenos Agrupamentos Populacionais nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã (2012) • Mercados Interculturais: linguagens, práticas e identidades em contextos amazônicos (2013) • O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação (2013) • Censos Demográficos Quinquenais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2013) • Conflitos Sociais e Mobilização em Perspectiva Comparada: as mulheres extrativistas da mangaba no Norte e Nordeste do Brasil (2013) • Gênero, Pesca e Trabalho: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, AM (2013) • Empoderamento, Ethos Local e Recursos Naturais: a cartografia social como estratégia para a elaboração de planos de ação em RESEX's marinhas do salgado paraense (2014)
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO SOCIOLOGIA	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - PPGSA / UFPA	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANTROPOLOGIA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Estado da Opinião dos Atores Sociais Relacionados ao Instituto Mamirauá (2014) • Três Gerações de Trabalhadores Rurais: e o que jovens herdaram? Estudo em um assentamento rural invadido pelo modo de vida urbano (2014) • Avaliação de Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais da Cadeia de Produção de Biocombustíveis (2014) • Caracterização Socioeconômica e Territorial de Canaã dos Carajás para Subsidiar o Planejamento do Município (2014) • Imagem, Arte, Ética e Sociedade (2014) • Catolicismo: leigos e movimentos eclesiais (2004) • Modos e Modas de Família: configurações, circulação de crianças e adoção na Amazônia (2006) • Tambor - Grupo de Pesquisa em Carnaval e Etnocologia (2009) • Água, Saúde e Qualidade de Vida em Territórios de Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral do Estado do Pará. Região do Nordeste Paraense (2010) • Mapeamento e Compreensão da Expansão do Pentecostalismo (Mesorregião do Marajó, Estado do Pará, Amazônia Oriental) (2010) • GEPI-WEB 2.0 (2011) • A Experiência do Programa Aborto Legal em uma Capital Amazônica a Partir do Olhar de Suas Profissionais: dilemas e trajetórias (2013) • Gênero, Raça e Educação: um debate ainda em construção (2013) • O Retorno para "Casa": depoimentos de mulheres brasileiras sobre "Vivendo No Exterior"(2013) • Inclusão de Indígenas no Ensino Superior: exame das políticas de ações afirmativas para indígenas na UFPA (2010-2014) (2014) • Populações tradicionais na Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: políticas públicas e dinâmicas familiares (2014) • A Invenção da "Música Negra" na Amazônia Paraense: intercâmbios entre escritores e compositores (2014) • Na Periferia do Sucesso: rádio e música popular de massa na Amazônia paraense nas décadas de 1940 e 1950 (parte II) (2014) • Riso e Performance na Cultura Popular (2014)
TOTAL =38 PROJETOS	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS / UFAM

- Epistemologias socioespaciais: Estudos comparados sobre mobilidades e usos socioespaciais em América Latina e Europa(2011-2018)
- Alteridades mitopráticas. Um estudo das relações jesuítico-guarani no Arquivo Geral das índias de Sevilha, Espanha(2011-2018)
- Etnografias da intervenção: uma reflexão sobre a qualidade da intervenção nas práticas de pesquisa antropológicas (2011-2018)
- Arte e sociabilidades na Amazônia (2012)
- Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências
- Projeto Cartografia Social e capacitação técnica de Universitários e Movimentos Sociais no Quênia e no Brasil
- A Fronteira na História da Antropologia(2014-2018)
- Povos Tradicionais e Cultivo de Alimentos(2014-2020)
- Histórias, Línguas e Culturas Indígenas do Estado do Amazonas (2016-2018)
- Haitianos em Manaus: desafios à inserção sociocultural(2016-2018)
- Mercado de terras e desterritorialização: novas dinâmicas de expropriação de recursos comunais na Amazônia (Processo: 444358/2015-3) (2016-2019)
- O Cenário Atual da Regularização Fundiária e Processos de Desmatamento na Amazônia (2017)
- O conhecimento produzido e a produção de conhecimentos antropológicos no Alto Rio Negro: leituras e produções indígenas (2017-2019)
- Venezuelanos no Amazonas: faces de uma migração forçada(2017-2019)
- Estéticas da Produção dos Conhecimentos e Circuitos de Troca no Interflúvio Purus-Madeira e no Alto Rio Negro(2017-2020)
- Estéticas da Produção dos Conhecimentos e Circuitos de Troca no Interflúvio Purus-Madeira e no Alto Rio Negro (2017-2020)
- Plantas, Paisagens e Parentelas no Baixo Interflúvio Madeira-Purus (2017-2019)
- O conhecimento produzido e a produção de conhecimentos antropológicos no Alto Rio Negro: leituras e produções indígenas(2017-2019)
- Famílias e moralidades: modelos de organização familiar e de gênero na Amazônia(2017-2020)
- Crítica Cultural, Etnicidade e estratégias Socioambientais naAmazônia
- INCT – Sub-rede Divulgação Científica da Rede Clima (2017-2022)

ANTROPOLOGIA SOCIAL

TOTAL = 21 PROJETOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA/UFGA

	<ul style="list-style-type: none"> • Povos Indígenas e Populações Tradicionais: Suplemento Arte e Literatura da Folha do Norte: Sociedade e Cultura antes da Integração Amazônica dos anos 50 e 60 (2002) • Paisagem, Memória e Gênero: Representações Estéticas e Identidade Cultural na Amazônia (2006) • Povos Indígenas e Populações Tradicionais: Estudo-Diagnóstico da Realidade da Educação Escolar nas Reservas Extrativistas do Mosaico de Conservação da Terra do Meio (Tdm) Pará (2011) • Povos Indígenas e Populações Tradicionais: Pertencimentos ocultos e "etnogêneses" identitárias como faces de etnocídio "cordial". Antropologias & Histórias "em suspenso" entre os Tembé/Tenetebara no Rio Guamá (2014) • Povos Indígenas e Populações Tradicionais: Reconfigurações Fundiárias e Reivindicações Identitárias na Amazônia Brasileira (2014) • Gênero e Sexualidade: Gênero, Pesca e Trabalho: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am (2014) • Migrações, Diásporas e Etnicidades: Rituais da Morte: Uma Abordagem Comparativa Entre Grupos Rurais Negros De Santiago (África) e da Ilha do Marajó (Brasil) (2014) • Memória, Paisagem e Produção Cultural: Imigração portuguesa: Fluxo de deslocamento, prosopografia e trajetória(1850-1920) (2014) • Memória, Paisagem e Produção Cultural: Cartografia de Patrimônios: Representações Oficiais e Populares na Amazônia Marajoara (1960-1988) (2014) • História, sujeito e poder: Foucault, leitor de Nietzsche (2015) • Preenchendo Lacunas: as experiências da diversidade sexual e de gênero em contextos rurais e interiores e em situações etnicamente diferenciadas na Amazônia e no Nordeste do Brasil. (2016) • O Patrimônio nas Teias da Memória: Representações Urbanas na Amazônia Marajoara (1950-1988). (2016) • Povos Indígenas e Populações Tradicionais: Desigualdades, violências e violações de direitos humanos na Amazônia brasileira (2017)
<p>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANTROPOLOGIA SOCIAL</p>	
<p>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ARQUEOLOGIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Arqueologia Amazônica: Mudança Cultural e Significados: Selva Cultivada: Desenvolvimento Socioeconômico e alterações Ambientais na Amazônia Pré-Colombiana (2011)

	<ul style="list-style-type: none"> • Musealização do Geoglifo Tequinho: Arqueologia Comunitária no Acre (2012) • Arqueologia Amazônica: Mudança Cultural e Significados: Unidos na Diversidade: Paisagens Monumentais, Regionalidade e Dinamismo Cultural na Amazônia Ocidental Pré-Colombiana (2012) • Arqueologia Amazônica: Mudança Cultural e Significados: Arqueologia Urbana Luso-Brasileira: Belém, a primeira cidade portuguesa na Amazônia (2013) • Arqueologia Amazônica: Mudança Cultural e Significados: Arqueologia dos Subalternos: Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu (2013) • Patrimônio Cultural/Biológico e Arqueologia Pública: Cultura Material e Sociedade: Arqueologia Histórica na Amazônia (2013) • Arqueologia Histórica dos Africanos na Amazônia. (2015) • Ciência e Estado na institucionalização da Arqueologia Brasileira (1900-1950) (2015) • Os Caminhos da Arqueologia Pública no Brasil (2015)
<p>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO BIOANTROPOLOGIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Determinantes Sócio-Ecológicos das Doenças Crônico-Degenerativas em Populações Tradicionais da Amazônia: Compreendendo a Ontogenia Destas Epidemias em Populações Vulneráveis (2007) • Antropologia Genética e Forense: Estimativas de Mistura Interétnica e Controle Genômico de Ancestralidade Humana Empregando um Painel de 30 Marcadores Indel do Cromossomo X (2010) • Antropologia Genética e Forense: Criptojudaismo: a diáspora de um povo (2012) • Socioecologia da Saúde e da Doença: Surgimento de Dentes Decíduos, Estado Nutricional, Decisões Alimentícias e Desmame na Amazônia Brasileira (2013) • Antropologia Genética e Forense: Ancestralidade Genômica e Mistura Interétnica de Brasileiros Estimadas Através de um Painel de 62 Marcadores Informativos de Ancestralidade do Tipo Indel (2014) • Socioecologia da Saúde e da Doença: Inovação Social no Setor de Tratamento de Água na Amazônia – AguaSocial (2014) • Abordagens Estratégicas em Saúde Pública: Desenvolvimento de Biomarcadores da Hanseníase Baseado no Perfil de Expressão de MicroRNAs (2015) • Efeitos em Cascata da Hidrelétrica de Belo Monte: Uma abordagem sintêmica dos impactos na saúde (2015) • Antropologia Genética e Forense: Ancestralidade Genômica e Identidade Nacional - Implicações Médicas e Forenses (2015) <p style="text-align: right;">TOTAL = 31 PROJETOS</p>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA - PPGCSPA / UEMA	
ESTADO, COMUNIDADE TRADICIONAL E TERRITORIALIDADE DA AMAZÔNIA	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento social de povos e comunidades tradicionais na Pan-Amazônia: uma rede social em consolidação (2011) • Arqueologia dos Engenhos (2012) • Territórios E Recursos De Povos E Comunidades Tradicionais Em Colisão Com Obras De Infraestrutura E Estratégias Empresariais Na Amazônia (2012) • Religiosidade e Territorialidade: saberes e práticas tradicionais na defesa dos territórios étnicos São Luís – MA (2013) • Centro de Ciências e Saberes: experiência de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais (MCTI/CNPq/SECIS) (2013) • Fortalecimento Institucional Do Programa De Pós-Graduação Em Cartografia Social E Política Da Amazônia-Ppgcspa (2014) • Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu (2014) • Projeto Nova Cartografia Social: Quilombolas do Brasil – SEPIR/PNUD (2014) <p style="text-align: center;">TOTAL = 8 PROJETOS</p>

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	
CIÊNCIAS DA TERRA E ECOLOGIA, BOTÂNICA, ZOOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS (ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E LINGUISTICA INDÍGENA)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Renas • Projeto Arqueologia de Monte Alegre (2011) • Projeto Museu da Amazônia em Rede • Projeto Cenários • Projeto Viva Amazônia (2015) <p style="text-align: center;">TOTAL = 05</p>

Insuficiências no Apoio Técnico e Administrativo: uma logística incongruente mediante a montagem de um acervo digital?

Buscando indicar as dificuldades dos PPG's no que concerne a pessoal qualificado para o exercício da parte administrativa e de apoio técnico e logístico indispensável, bem como no que diz respeito aos recursos bibliográficos, listei as informações disponíveis correspondentes a cada um dos PPG's, visando chamar a atenção para a precariedade das condições elementares à garantia de se alcançar um elevado padrão de trabalho científico. Em princípio pode-se assinalar o seguinte: um número mínimo de pessoal de apoio, inexistência de registro referente a bibliotecas, nenhuma menção a laboratórios com recursos de internet ou de *softwares* que facultem o acesso sistemático dos integrantes dos PPG's a fontes documentais disponíveis em meio digital. Ainda que carecendo, em alguns casos, da devida atualização, encontram-se disponíveis para *download* as dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação em antropologia.

Está-se diante, portanto, de toda uma ordem de dificuldades. Desde insuficiência de pessoal nos serviços de secretaria – os PPG's possuem apenas uma secretária e um colaborador de apoio - e problemas de espaços físicos para acolher núcleos de pesquisa e laboratórios até a inexistência de condições para atualização de *softwares*, que propiciem a produção de materiais necessários aos trabalhos de pesquisa como mapas e genealogias, assim como a montagem de acervos digitais apropriados. A logística encontra-se inteiramente combatida porque não acompanhou o ritmo das instituições de ensino, o desdobramento dos trabalhos de pesquisa e as inovações tecnológicas relativas a banco de dados e repositórios respectivos. Às transformações registradas na chamada “expansão dos cursos de antropologia” não correspondeu, portanto, um aprimoramento dos componentes logísticos e, sobretudo, dos dispositivos necessários à circulação da produção científica, sem dizer dos óbices detectados nos espaços físicos onde se localizam os PPG's.

Pode-se asseverar, em resumo, que a não superação destes impasses elementares, somada aos demais problemas anteriormente mencionados, permite levantar dúvidas sobre quaisquer projeções de uma tendência ascensional dos resultados a serem alcançados pelos PPG's, como um todo, nos próximos quadriênios. Para arrematar esta argumentação pode-se dizer que os Quadros IX e X concernentes a "Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo" e "Recursos bibliográficos" evidenciam a absoluta precariedade de instalação dos Programas de Pós-Graduação, prenunciando dificuldades a médio prazo no seu funcionamento regular. Mediante os inúmeros pontos de estrangulamento expostos no decorrer deste trabalho cabe sublinhar da gravidade desta situação. Faz-se razoável considerar, portanto, que qualquer proposta de avaliação elaborada nestes dias venha a levar em conta esta ordem de obstáculos e as dificuldades de sua superação, bem como as demandas de cada PPG e seu respectivo potencial ou até mesmo as vantagens comparativas, quando se fala em pós-graduação em antropologia na Amazônia.

Mesmo sem efetuar qualquer avaliação detida parece-me prudente chamar a atenção para tanto ao apresentar os quadros demonstrativos que se seguem:

Quadro IX - PESSOAL DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

PPGAS/UFAM	Secretária (Franceane Batista Corrêa de Lima)
PPGSA/UFPA	Secretária: Rosângela dos Santos Borges; equipe de apoio técnico: Maria Edileuza Albuquerque Paes
PPGA/UFPA	Secretário: Antonio Carlos da Cruz Villas; Osmarina Gato – Colaboradora
PPGCSPA / UEMA	Corpo Administrativo: Marcionila C. de Matos; Cristina B. da Costa; Magno Cruz

Quadro X - RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

<p>PPGAS/ UFAM:</p>	<p>No site não há menção a nenhuma biblioteca do PPG, encontram-se disponíveis para download as teses e dissertações.</p>
<p>PPGSA/ UFPA:</p>	<p>No site não há menção a nenhuma biblioteca do PPG, encontra-se disponível para download as teses e dissertações. Há menção somente a 01 Laboratório de Antropologia, aquele denominado “Arthur Napoleão Figueiredo” (LAANF).</p>
<p>PPGA/UFPA:</p>	<p>No site não há menção a nenhuma biblioteca do PPG, encontram-se disponíveis para <i>download</i> as teses e dissertações. Conta com 04 laboratórios sendo eles os seguintes: Laboratório de Arqueologia I I, Laboratório de Arqueologia I, Laboratório de Bioantropologia, Laboratório de Etnodesenvolvimento / Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais.</p>
<p>PPGCSPA / UEMA</p>	<p>No <i>site</i> há um campo “biblioteca”, que se trata, em parte, de uma doação do espólio da antropóloga Diana Antonaz. Encontram-se disponíveis para <i>downloads</i> as dissertações defendidas <i>no PPG</i>. Conta com um laboratório de cartografia social para apoiar os trabalhos etnográficos com as devidas licenças dos <i>softwares</i>.</p>

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

No campo de conhecimento científico referido tão somente à pesquisa antropológica na Amazônia, dissociado das formalidades do ensino superior, tem-se a ação destacada de um museu, o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG). Corresponde à quinta instituição selecionada. Sua estrutura funcional distingue-se daquela de uma universidade. Esta distinção, aliás, remete a uma outra particularidade do desenvolvimento da pesquisa antropológica no Brasil e notadamente na Amazônia: enquanto a primeira universidade foi fundada em 1934 os museus já se estruturavam com base em atividades científicas desde a segunda década do século XIX, isto é, mais de um século antes. Há dentre eles os que inclusive tiveram vida efêmera como o Museu Botânico do Amazonas, dirigido por Barbosa Rodrigues entre 1883 e 1887.

A propósito, como nos recorda Laraia: “no Brasil as universidades surgiram muito tardiamente” (LARAIA, 2017:16).

Sim, o Museu Nacional foi fundado em 1818, o Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1866, o Museu Paraense, em 1876, e o Museu Paulista, em 1895. O lugar institucional da pesquisa antropológica, em termos históricos e durante mais de um século, esteve inteiramente coadunado com a estrutura de funcionamento dos museus, com suas coleções, reservas técnicas e exposições e com seus departamentos de pesquisa em arqueologia, antropologia e linguística.

No caso do MPEG o advento de uma produção científica em interlocução direta com os cânones acadêmicos e com os ditames universitários próprios à antropologia se estrutura, principalmente conforme já foi demonstrado, a partir de 1955. A datação, neste caso, conforme exposto no Quadro I em cotejo com o Quadro III, é radicalmente diferente e se separa em quase meio século daquela relativa às instituições universitárias. Desde a criação do CNPq, em 1951, e do INPA, em 1952, com determinações de sucessivas políticas científicas o MPEG tem se empenhado regularmente em pesquisas antropológicas. As atividades de pesquisa antropológica ganharam maior fôlego e formalização no MPEG, vale reiterar, a partir de 1955, ou seja,

há sessenta e quatro anos atrás, quando foi iniciada a gestão de Eduardo Galvão na Divisão de Antropologia do MPEG.

Quadro XI - INSTITUIÇÕES DE PESQUISA⁷⁴

INSTITUIÇÃO	SIGLA DA INSTITUIÇÃO	DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO
PESQUISA EM ANTROPOLOGIA: <ul style="list-style-type: none">• MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	MPEG	1955	SAB / MCTI

Não fez parte do propósito deste relatório e nem houve qualquer demanda no sentido de levantar a produção científica do Museu Goeldi nas últimas décadas. Tal levantamento é imprescindível para se estimar com maior discernimento as situações em que projetos de pesquisa prosseguem sendo executados fora do âmbito dos PPGA's. Um possível cotejo desta referida produção com teses, dissertações e artigos produzidos pelos membros dos PPGA's propiciaria condições para se refletir em que medida se pode falar num monopólio da produção antropológica na Amazônia a partir somente das universidades ou dos PPGA's. Este argumento com respeito às disputas em torno do monopólio da legitimação é um ponto que merece uma discussão mais aprofundada, relativa à organização do campo da produção antropológica, que escapa aos limites deste relatório.

⁷⁴ Poderíamos incluir neste Quadro XI um vasto repertório de trabalhos de pesquisa desenvolvidos em diferentes instituições federais sediadas na Amazônia, que possuem antropólogos em seu elenco funcional e se encontram desenvolvendo projetos de pesquisas antropológicas. Importa citar, pela relevância de suas contribuições à consolidação do campo da antropologia, na região um elenco significativo de profissionais: a antropóloga e linguista Profa. Dra. Ana Carla Bruno, do INPA; a equipe de antropólogos do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) - Profs. Drs. Denis Pereira, Claudina Maximiano e Alvatir - e a rede de pesquisadores em torno do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que conta com mais de treze doutores em antropologia, distribuídos em diferentes GP's, e executa pesquisas desde 2005, ou seja, que mantem há 15 anos atividades ininterruptas de pesquisas na região amazônica, que resultaram, até junho de 2017, nos produtos seguintes: 163 Fascículos, 26 Boletins Informativos, 10 Cadernos, 9 Reports, 3 Cadernos Biobibliográficos e Cartográficos, 10 mapas situacionais e 69 livros numa tiragem total de aproximadamente 350.000 exemplares impressos. Neste início de 2019 os exemplares alcançam mais de 380.000 exemplares referentes a quase 350 títulos.

Para maiores esclarecimentos consulte-se a seguinte dissertação: LIMA, Rosiane Pereira - Preservação digital e "divulgação" científica na Amazônia. PPGSCA-UFAM, 2017. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6049>> Acesso em: 25 de janeiro 2018.

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

São três os cursos de graduação em antropologia, classificados na modalidade de “bacharelado”, sendo um deles na UFAM, campus de Benjamin Constant, na região da tríplice fronteira Brasil/Colombia/Peru, um segundo na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista, e um terceiro na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém. De igual modo que os programas de pós-graduação estes três cursos foram instituídos na mesma primeira década do século XXI e a formação acadêmica dos integrantes de seu corpo docente também culmina neste mesmo período, quais sejam, defesas de teses e de dissertações. Pode-se afirmar que são experiências recentíssimas, cujos efeitos sociais teriam que ser analisados num tempo posterior.

No curso da UFRR o corpo docente é constituído por 08 (oito) doutores e um professor com mestrado, cujo doutorado se encontra em andamento na Universidade de Tubingen, Alemanha. Deste total de doutores 07 (sete) cursaram universidades brasileiras, sendo que a metade deles em duas universidades de São Paulo, a saber: PUC e UNICAMP e outros três fizeram doutorado na UFRJ, na UFPE e na UFSC. O último deles cursou o doutorado no exterior na École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, na França. Os dois que se doutoraram a mais tempo remetem ao ano de 2000 e os demais a partir de 2008.

Naquele da UFOPA tem-se 26 (vinte e seis) professores, sendo 19 doutores e 7 (sete) mestres. Para completar as informações lacunosas no *site* ter-se-ia que consultar cada um dos currículos, o que não é factível no tempo de produção deste relatório. Aliás, com respeito ao curso da UFAM em Benjamin não consegui elaborar a síntese dos dados correspondentes, por não haver informações digitais disponíveis.

Consoante a documentação apresentada pela UFOPA o curso propicia uma formação acadêmica voltada para uma “intervenção em realidades específicas das sociedades amazônicas”. De igual modo o curso da UFRR descreve seu objetivo de formação voltado basicamente para as

“especificidades do estado e da região amazônica”. Em ambos os casos há uma determinação de existência, “Amazônia”, que guia a pauta de temas de pesquisa, que circunscreve temas a uma determinada realidade localizada. Em suma, a finalidade precípua dos cursos voltada para a formação de profissionais para intervirem na região amazônica, faz da teoria um instrumento atrelado a realidades localizadas. Aqui não há o risco, que marcou o pós-II Guerra Mundial, de serem acionados métodos de trabalho sob o compasso da utilidade na solução de problemas localizados e da “mudança” sob o signo do “progresso”, designados como “antropologia aplicada”, no sentido que lhe empresta George Foster⁷⁵. Certamente que há uma preocupação explícita com o potencial do mercado de trabalho para antropólogos, sobretudo no que tange à ação pedagógica em outros cursos universitários para ministrar disciplinas e em concursos abertos por diferentes agências do Estado. Este propósito perpassa os documentos públicos de registro dos dois cursos. Não consegui, entretanto, verificar, nem encontrar qualquer registro de um planejamento que vinculasse tais cursos à implantação de um programa de pós-graduação. No caso de Benjamin Constant tem-se ademais uma grande distancia física entre a localização do curso de graduação e aquela do pós-graduação, que ultrapassa 1.000Km. É como se eles fossem pensados, circunstancialmente, nos seus próprios fins e qualquer outra possível projeção estaria implícita nisto.

⁷⁵ Cf. Foster, George M. - **Antropologia Aplicada**. Mexico D.F. Fondo de Cultura Económica. 1974

Quadro XII - CURSOS DE GRADUAÇÃO

IES	Coordenação	Corpo Docente	Titulação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	Doutora Manuela Souza Siqueira Cordeiro	Carlos Alberto Marinho Cirino – Professor Associado	Doutorado
		José Carlos Franco de Lima – Professor Adjunto	Doutorado
		Olendina de Carvalho Cavalcante – Profa. Adjunta	Doutorado
		Marcos Antonio Pellegrini – Professor Adjunto	Doutor
		Madiana Valéria de Almeida Rodrigues - Professora Adjunta	Doutorado
		Manuela Souza Siqueira Cordeiro	Mestrado
		Elaine Moreira	Doutorado
		Pablo de Castro Albernaz	Doutorado
TOTAL = 8			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	Me. Raiana Mendes Ferrugem	Amadeu de Farias Cavalcante Junior	Doutorado
		Andrei Santos De Moraes	Doutorado
		Ângela Maria Garcia	Doutorado
		Anne Rapp Py Daniel	Mestrado
		Carla Ramos	Mestrado
		Celia Regina da Silva	Doutorado
		Claide de Paula Moraes	Doutorado
		Florêncio Almeida Vaz Filho	Doutorado
		Lilian Rebellato	Doutorado
		Luciana Barroso Costa França	Doutorado
		Luciana Gonçalves de Carvalho	Doutorado
		Lucybeth Camargo de Arruda	Doutorado
		Luiz Carlos Laurindo Junior	Mestrado
		Myrian Sa Leitao Barboza	Mestrado
		Nirson Medeiros da Silva Neto	Doutorado
		Pedro Fonseca Leal	Doutorado
		Raimunda Nonata Monteiro da Silva	Doutorado
		Raoni Bernardo Maranhão Valle	Doutorado
		Ricardo Scoles Cano	Doutorado
		Rubens Elias da Silva	Doutorado
		Sandro Augusto Viegas Leão	Mestrado
		Paride Bollettin	Doutorado
		Helena Moreira Schiel	Mestrado
Gabriela Prestes Carneiro	Mestrado		
Raiana Mendes Ferrugem	Mestrado		
Cinthia dos Santos Moreira Bispo	Mestrado		
TOTAL = 26			

Obs: Não há informações digitais disponíveis sobre o Bacharelado em Antropologia da UFAM, campus Benjamin Constant.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. **Anotações e comentários à pauta da Primeira Reunião da Comissão Cultura, Línguas e Povos da Amazônia.** Brasília: Capes, 2006.

_____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8, 2008a. p. 10-12.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2a. ed. Manaus: Ufam, 2008b.

ALMEIDA, A. W. B.; DOURADO, S. B. (org.). **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas.** Manaus: UEA, 2013. (edição revista e aumentada).

BALDUS, H. Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil. **Sociologia.** São Paulo, v. 8, p. 36-44, 1946.

BARBOSA NEVES, J. A. **Pesquisa com egressos dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia do Brasil.** Belo Horizonte: Departamento de Sociologia FAFICH/UFMG; Fundação Ipead/Face/UFMG, mar. 2017. (relatório final, parte II).

BELTRÃO, J. F. (org.). **Antropologia na Amazônia:** balanço e resumos de dissertações (1994-2004). Belém: UFPA, 2006

CANGUILHEM, G. **Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie.** Paris: Librairie Philosophique, 2000. p. 11-21.

CASTRO FARIA, L. **As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

_____. **Antropologia, duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil.** Rio de Janeiro: CNPq-MAST, 2006. (organizado por Alfredo Wagner B. de Almeida e Heloisa Bertol Domingues).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) - **Origens e perspectivas.** Brasília: CNPq, 1980.

COSTA EDUARDO, O. Three-way religious acculturation in a North Brazilian city. *Afro-America*, v. III, p. 81-90, 1946.

COSTA PINTO, L. A.; CARNEIRO, E. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

FERREIRA REIS, A. C. A formação humana: política do Pará. **Boletim Geográfico**, ano III, n. 35, p. 375-382, fev. 1946.

_____. A Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, ano IX, n. 1, p. 83-104, jan.-mar. 1947.

FOSTER, G. M. **Antropologia aplicada**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1955. (série 5, Brasileira n. 284).

_____. Áreas culturais indígenas do Brasil 1900-1959. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, nova série, n. 8, jan. 1960.

_____. A etnologia brasileira nos últimos anos. **Revista do Museu Paulista**, nova série, São Paulo, v. XIV, p. 38-44, 1963.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. (Tradução: Celso Azzan Jr.). São Paulo: Annablume, 2005.

GUERREIRO RAMOS, A.; GARCIA, E. S. **Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949): com especial referência a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização; Empresa Gráfica Ouvidor, 1949, 1950.

HERKOVITZ, M. J. The negroes of Brazil. **Yale Review**, v. XXXII, p. 264-266, 1943.

_____. Drums and drummers in Afro-Brazilian cult life. **The Musical Quarterly**, v. XXX, n. 4, p. 477-492, 1944.

KLUCKHON, C. **Antropologia: um espelho para o homem**. Tradução: Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

LARIAIA, R. **Os primórdios da antropologia brasileira**. Manaus. UEA/UEMA/PPCCSPA/ PNCISA. 2017. Coleção Jornadas Antropológicas.

LOWIE, R. **The history of Ethnological Theory**. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1937.

MATTA, R.; LARIAIA, R. B. (coord.). **Pesquisa fundamental e pós-graduação: sociologia, ciência política e antropologia social-PBDCT**. Brasília: MEC; Secretaria de Planejamento da Presidência da República/MEC, 1974.

MÉTRAUX, A. La civilization Guyano-Amazonienne et ses provinces culturelles. **Acta Americana**, v. IV, n. 3, p. 130-153, jul.-set. 1946.

NUNES PEREIRA. **A Casa das Minas**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, mar. 1947. (n. 1).

OLIVEIRA, R. C. **Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükuna**. Brasília. Editora UnB/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

PIERSON, D. Survey of the literature on Brazil of sociological significance published up to 1940. In: **The American Council of Learned Societies; Social Science Research Council**. The joint committee on Latin American studies of The National Research Council. Harvard. Harvard University Press, 1945.

PRICE, R.; PRICE, S. **The root of roots or how Afro-American anthropology got its start**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

RODRIGUES, W. A.; SILVA, M. F.; SUANO DA SILVA, A. F.; RIBEIRO, N. G. Criação e evolução histórica do INPA (1954-1981). **Acta Amazônica**, v. 11, n. 1, p. 7-23, 1981.

ROQUETTE PINTO, E. Contribuição à antropologia do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, ano 1, n. 3, p. 437-451, jul. 1940.

RIBEIRO, D. **Diários índios: os Urubu-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALMERON, R. A.- **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. 2. ed. Brasília: UnB, 2007. p. 121-123.

SANDAY, P. R. (ed.). **Anthropology and the public interest: fieldwork and theory**. Nova York: Academic Press Inc., 1976.

SANTOS, Silvio Coelho dos (org.) – **Memória da Antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis. Editora da UFSC/ABA. 2006. (obs. Também colaboram nesta publicação Cecilia Maria Vieira Helm e Sergio Alves Teixeira.).

SPVEA – **Primeiro Plano Quinquenal**. Belém, 1955.

WAGLEY, C. Notas sobre aculturação entre os Guajajara. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nova série, n. 2, 1943.

WAGLEY, C. – **Amazon Town. A study of Man in the Tropics**. New York. Macmillan Company. 1953 (edição em português: Uma comunidade amazônica (Estudo do homem nos trópicos). Cia. Ed. Nacional. São Paulo.1957)

WOLFE, A. W.; YANG, H. (ed.). **Anthropological contributions to conflict resolution**. Southern Anthropological Society Proceedings, n. 29, Atenas/Londres: The University of Georgia Press, [S. d.].

The World Bank, ESMAP, ICMM – “Toolkit. Ferramentas para desenvolvimento de Comunidades”. (Versão Preliminar) s/d 50pp.

A ênfase nos trabalhos de pesquisa antropológica ganhou corpo, antecedendo, entretanto, à própria institucionalização da ação pedagógica. **Castro Faria** arrematou este argumento, posteriormente, explicando a ação pedagógica da seguinte maneira:

no Brasil a Antropologia percorreu um itinerário invertido em relação a outras formações acadêmicas. Primeiro se instituiu enquanto programa de pós-graduação e somente depois é que houve propostas de criação de cursos de bacharelado em Antropologia.

